

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Gabriel Alves Ferreira da Silva

**O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES EM BRASÍLIA**  
**Do fim do “fora Dilma” ao início do “fora Temer”**



Brasília  
2018

Gabriel Alves Ferreira da Silva

**O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES EM BRASÍLIA**  
**Do fim do “fora Dilma” ao início do “fora Temer”**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de habilitação: Bacharel em Geografia

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Marília Steinberger

Brasília

2018

AS586r Alves Ferreira da Silva, Gabriel  
O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES EM  
BRASÍLIA Do fim do "fora Dilma" ao início do "fora  
Temer" / Gabriel Alves Ferreira da Silva; orientadora  
Marília Steinberger. -- Brasília, 2018. 136 p.

Monografia (Graduação - Geografia) -- Universidade de  
Brasília, 2018.

1. Território. 2. Brasília. 3. Protestos. 4.  
Estratégia. 5. Ação Coletiva. I. Steinberger,  
Marília, orient. II. Título

Gabriel Alves Ferreira da Silva

**O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES EM BRASÍLIA**  
**Do fim do “fora Dilma” ao início do “fora Temer”**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em: 17 de agosto de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ana Maria Isar dos Santos Gomes – Doutoranda no PPGD/PUC-MG

---

Janaína Lopes Pereira Peres – Doutoranda PPGDSCI/CEAM/UnB

---

Juscelino Eudâmidas Bezerra – Prof. Dr. do Adjunto do Departamento de Geografia/UnB

---

Marília Steinberger – Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Titular do Departamento de Geografia/UnB (orientadora)

*Aos meus pais, pelo amor que sempre recebi,  
Às lutas nas ruas, pela aniquilação do capitalismo e de todas as opressões.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rosângela e Eduardo, por todo apoio, amor e paciência;

À minha orientadora, por toda ajuda e incentivo que recebi para a elaboração dessa pesquisa, e pelas aulas e conversas muito inspiradoras;

À minha família, que sempre lembro com muito carinho, os meus irmãos Fernando, Nuno e Ana Lia, os meus sobrinhos, Miguel, Felipe e Daniel, minhas avós, Joana e Jacyra e minhas muitas tias;

Aos meus amigos, Yuri Maracáipe e João Maia que foram muito importantes para a minha permanência em Brasília até a conclusão da minha graduação;

Às pessoas que ao longo da minha graduação estiveram comigo em momentos de apoio, diversão, aprendizagem, que eram frequentemente acompanhados de um litrão de cerveja ou mais, e que foram essenciais para me fazer gostar tanto da UnB, de Brasília, do movimento estudantil e, principalmente, da geografia. Em especial, agradeço à Marcelo Agner, Alessandro Igor, Thiago Almeida, Marina Medeiros, Maria Clara Silveira, Igor Carlos, Amanda Alvarenga, Carlos Henrique, Lucas Paulino, Kaio Mendes, Laura Feitosa, Amanda Gaspar, Vagner Teixeira, Beatriz Bastos, Maycon Patrick, Douglas Gasparini, Alícia de Almeida, Bárbara Costa, Andrezza Cardoso, Guilherme Felix, Lucas Duarte, Gabriela Rodrigues e Raquel Ferreira;

Ao movimento estudantil que me proporcionou tantos aprendizados dentro e fora da geografia, deu mais sentido aos meus estudos (inclusive esse), e me deu a oportunidade de conhecer pessoas sensacionais. Agradeço, principalmente, ao Centro Acadêmico de Geografia da Universidade de Brasília - CAGEA, que me fez crescer pessoalmente e academicamente, foi um espaço de acolhimento e sem ele, não seria possível ter tido uma experiência tão boa nessa graduação, além de ser a sala onde apresentei meu trabalho a banca examinadora; e à Confederação Nacional de Entidades de Estudantes de Geografia - CONEEG, que me proporcionou muito aprendizado e vários amigos, e amigas pelo Brasil;

Aos professores da Universidade de Brasília que mostraram os caminhos para a minha formação na geografia e aos professores do meu ensino fundamental e médio que me permitiram chegar até aqui;

À banca examinadora, que me possibilitou aprimorar significativamente o trabalho;

À Universidade de Brasília, ao Bar do Mendes, pelos não tão eventuais litrões, e ao Bar Vale da Lua, pelas pizzas após sair chegar tarde da universidade.

O caminho da geografia ativa, aquele que associa raciocínio estratégico e raciocínio geográfico, não é fácil, mas aparece como indispensável.

Pois a geografia não serve *somente* para fazer a guerra.

Yves Lacoste

Marielle vive.

## RESUMO

Em 31 de agosto de 2016 ocorreu o golpe da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e assume o Vice-Presidente, Michel Temer. Após uma vitória do projeto da direita, cresce a insatisfação da população em relação ao presidente recém-empossado, a conjuntura política se transforma e o cenário das manifestações também se modifica. Diante dessa transformação, estuda-se esse período pós golpe, desde o dia 31/08/2016, o dia do golpe, até 30/08/2017, com ênfase na conjuntura das manifestações, especificamente na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O objetivo foi compreender como a organização e execução das manifestações, enquanto ações políticas, se relacionam com o raciocínio geográfico. Analisou-se a forma que os manifestantes imprimem (ou não) sua indignação frente ao governo com suas estratégias e táticas territoriais adotadas e como ocorre a resposta do agente Estado; e até que ponto a geografia é considerada nas ações socioterritoriais em que constituem as manifestações. Por meio da observação presencial das manifestações, pela aplicação de questionários e por uma abordagem prática do território das manifestações, foi constatado que as manifestações se modificam conforme variam características sociais, ideológicas e geográficas e de acordo a reação dos agentes representantes do Estado. Esse estudo é elaborado pela ótica de que a geografia é ciência estratégica, pode ser cientificamente construída como tal e que a ação política deve considerar o território em que ela ocorre.

Palavras-chave: Território; Brasília; Protestos; Estratégia; Ação Coletiva.

## ABSTRACT

On August 31, 2016, the coup of the President of Brazil, Dilma Rousseff, took place and the Vice-President, Michel Temer, took over. After a victory for the right-wing project, the population's dissatisfaction with the newly installed president grows, the political conjuncture changes and so does the scenario of the public demonstrations. Considering this transformation, this post-coup period we study stretches from 08/31/2016, the day of the coup, until 08/30/2017, with an emphasis on the conjuncture of the demonstrations, specifically at the Esplanada dos Ministérios, in Brasília. The objective was to understand how the organization and execution of the demonstrations, as political actions, are related to geographic thinking. It was analyzed the way in which the demonstrators express (or not) indignation towards the government with their adopted territorial strategies and tactics, as the response of the State agent occurs; and the extent to which geography is considered in the socio-territorial actions in which the demonstrations are constituted. Through face-to-face observation of the demonstrations, the application of questionnaires and a practical approach to the territory of the demonstrations, it was found that the manifestations change as social, ideological and geographical characteristics vary and according to the reaction of the agents representing the State. This study is elaborated from the point of view that geography is strategic science, can be scientifically constructed as such and that political action must consider the territory in which it occurs.

Keywords: Territory; Brasília; Protests; Strategy; Collective action.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: diagrama da metodologia .....                                                                          | 26  |
| Figura 2: presença Nas Manifestações .....                                                                       | 44  |
| Figura 3: distribuição Das Manifestações Segundo O Tipo De Pauta .....                                           | 45  |
| Figura 4: sindicatos Se Fazem Presentes No Carro De Som, Indicando Organização Centralizada.....                 | 49  |
| Figura 5: manifestantes retornam do congresso, enquanto algo queima ao fundo.....                                | 50  |
| Figura 6: contagem da idade dos manifestantes (total de respostas: 126).....                                     | 57  |
| Figura 7: gênero d@ manifestante (total de respostas: 83) .....                                                  | 58  |
| Figura 8: raça d@ manifestante (total de respostas: 83) .....                                                    | 58  |
| Figura 9: a renda acumulada de todos os membros da residência (total de respostas:83) .....                      | 59  |
| Figura 10: ideologia d@ manifestante (total de respostas:83) .....                                               | 62  |
| Figura 11: correlações entre os tipos de mobilização coletiva numa perspectiva geográfica (PEDON, 2013). .....   | 64  |
| Figura 12: organização antes da manifestação (respostas 83).....                                                 | 68  |
| Figura 13: congresso Nacional (acervo pessoal) .....                                                             | 75  |
| Figura 14: desnível entre os Ministérios e a via N2 (acervo pessoal) .....                                       | 77  |
| Figura 15: sindicato fornece caminhão com água engarrafada para manifestantes .....                              | 78  |
| Figura 16: manifestantes concentrados de baixo da sombra (acervo pessoal) .....                                  | 79  |
| Figura 17: três policiais utilizando armas de fogo na manifestação que ocorreu dia 24 de maio de 2017 .....      | 92  |
| Figura 18: manifestante faz o uso de estilingue para lançar projéteis em forças policiais.....                   | 92  |
| Figura 19 manifestante confrontando diretamente um Policial (acervo pessoal).....                                | 94  |
| Figura 20: gráfico da preparação para situações de risco (respostas: 83) .....                                   | 99  |
| Figura 21: foto da jornalista Gisele Arthur tirada no dia 30 de novembro de 2016, durante uma manifestação ..... | 102 |
| Figura 22: policial com uma arma, pendurado de um helicóptero, observando manifestantes. ....                    | 111 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1: topografia da área central de Brasília.....                                 | 74  |
| Mapa 2: mapa das manifestações, seus trajetos e conflitos.....                      | 104 |
| Mapa 3: mapa de uma situação hipotética de repressão numa manifestação parada ..... | 109 |
| Mapa 4: mapa de uma situação de repressão hipotética na S1 .....                    | 110 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: manifestações ocorridas na Esplanada dos Ministérios no período de 31/08/2016 a 31/08/2017 analisadas no estudo, destacando o número de participantes e o conflito com a polícia .....                                                                                                                                                                                                     | 43  |
| Quadro 2: grupos que organizaram manifestações; as vezes em que um grupo se fez presente como organizador; às vezes em que um grupo se fez presente na manifestação; e quando esses grupos estavam como manifestantes, quais eram orientações políticas que se fizeram aparentes. O “*” simbolizam as categorias contabilizadas apenas ao se tratar de organizadores, e não como manifestantes. .... | 53  |
| Quadro 3: orientação política em relação ao tipo de sua reivindicação .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 56  |
| Quadro 4: horário das manifestações em relação ao conflito com a polícia. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 78  |
| Quadro 5: relação entre número de manifestantes e conflitos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 106 |

## SUMÁRIO

|                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>PREFÁCIO</b> .....                                                       | 14  |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....                                                  | 16  |
| 1.1. INTRODUÇÃO.....                                                        | 16  |
| 1.2. JUSTIFICATIVA .....                                                    | 18  |
| <b>2. METODOLOGIA</b> .....                                                 | 20  |
| <b>3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA</b> .....           | 27  |
| <b>4. A BASE TEÓRICA ESTRUTURANTE: GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS</b> ..... | 31  |
| <b>5. CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS MANIFESTAÇÕES</b> .....   | 41  |
| 5.1. AS MANIFESTAÇÕES.....                                                  | 41  |
| 5.2. AS TIPOLOGIAS DAS MANIFESTAÇÕES .....                                  | 44  |
| 5.3. CATEGORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DOS MANIFESTANTES .....         | 46  |
| <b>6. O CARÁTER GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES: O SOBREVOO</b> .....          | 63  |
| 6.1. MANIFESTAÇÕES E LUTA DE CLASSES.....                                   | 63  |
| 6.2. MANIFESTAÇÕES E MOBILIZAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS .....                   | 63  |
| 6.3. GEOGRAFIA E MANIFESTAÇÕES .....                                        | 65  |
| 6.4. O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO E A MANIFESTAÇÃO .....                         | 67  |
| 6.5. AS ESTRATÉGIAS E AS TÁTICAS, E O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO .....           | 68  |
| 6.6. A ESPLANADA ENQUANTO CAMPO DE BATALHA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE.....        | 73  |
| <b>7. O CARÁTER GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES: O MERGULHO</b> .....          | 85  |
| 7.1. A AÇÃO INSTITUCIONAL E A BUROCRACIA.....                               | 86  |
| 7.2. A SOBREPOSIÇÃO DA AÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE A AÇÃO DIRETA .....         | 88  |
| 7.3. A RACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO E O USO DA FORÇA POLICIAL .....               | 89  |
| 7.4. A VIOLÊNCIA POLICIAL .....                                             | 93  |
| 7.5. A REAÇÃO DOS MANIFESTANTES .....                                       | 96  |
| 7.6. AS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS, E A ESCALA DE IMPACTO .....                  | 99  |
| 7.7. DAS DIFICULDADES DE SE MANIFESTAR EM BRASÍLIA .....                    | 102 |
| 7.8. IDEOLOGIAS E MODOS DE FAZER NA MANIFESTAÇÃO.....                       | 114 |
| <b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                        | 117 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                                    | 121 |
| <b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MANIFESTANTES</b> .....             | 127 |

## PREFÁCIO

Esse trabalho produto de quase 2 anos de pesquisa durante minha graduação, o que corresponde à metade do tempo que levei para concluir meu bacharelado em geografia. Foi um semestre fazendo o projeto e outros três de pesquisa e escrita, sem contar o tempo de reedição após os apontamentos da banca examinadora. Ele está profundamente ligado aos caminhos que escolhi traçar na geografia: uma visão marxista sobre essa ciência, onde se propõe a construir um conhecimento que possa apoiar a revolução proletária e contrário a uma ideologia burguesa.

Dado o tempo de elaboração, essa temática das manifestações está ligada ao meu engajamento com o movimento estudantil e ação política durante a minha graduação. Foi me perguntando sobre as variadas formas em que a geografia poderia contribuir com a ação política anticapitalista que essa surgiu essa pesquisa. Essa pergunta resultou num questionamento quanto ao raciocínio geográfico, este que aqui está no sentido de organizar o deslocamento no espaço geográfico, fazer análises da estratégia e tática daqueles que entram em atrito e materializar suas reivindicações na organização espacial.

Foi me organizando junto ao Centro Acadêmico de Geografia e indo às manifestações para protestar que pude perceber um raciocínio geográfico mal estruturado por parte dos manifestantes, embora ele estivesse constantemente presente. Observava, repetidas vezes, estudantes, sindicalistas, mães e jovens sofrerem repressões injustas pela Polícia Militar, e até do exército, ao mesmo tempo, em que havia uma forma sistemática de repressão por parte dessas instituições, relativamente previsível. Em alguns casos ocorria uma preparação prévia, mas raramente algo muito substancial que pudesse manter a posição dos que estavam protestando.

A pesquisa, portanto, está associada ao pesquisador. Foi dessas inquietações que saíram o desejo e a motivação para realizar uma pesquisa acerca da temática. É também uma pesquisa de final de graduação, com direito às palavras empolgadas da juventude e fruto de breve acúmulo de experiências acadêmicas.

Inicialmente, a ideia da pesquisa partiu da geografia regional, mais precisamente de Yves Lacoste (2016) com a sua obra “A Geografia, Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra”. Foi dela que peguei emprestada essa expressão “raciocínio geográfico”, e adaptei ao contexto da minha pesquisa. A partir da leitura desse livro percebi que a minha inquietação tinha um sentido coletivo e geográfico, não só para mim, e reafirmei a condição de objeto de estudo.

Apoio-me nas teorias marxistas e nas atualizações que estas sofreram e contínua sofrendo ao passar dos anos. Entendo o coletivo, sem ignorar a construção do sujeito e a importância dessa construção no coletivo. A obra de Milton Santos (2017) “A Natureza do Espaço: tempo e técnica, razão e emoção” foi outra base teórica na qual me apoiei substancialmente. Observei o espaço seguindo também o que ele coloca em Espaço e Método (Santos, 1985), percebendo as categorias do espaço: forma, estrutura, processo e função, como será descrito aqui.

A racionalização e a emoção, como coloca Milton Santos, pode soar um tanto contraditório, principalmente em relação ao “raciocínio” que é proposto no título. Contudo, o pensar, o raciocínio humano, já implica em fluxos cognitivos providos de carga emocional. Ceticismo e a racionalização, por si só, são uma condição emocional. É certo que Lacoste não trata tanto essa questão, e realmente interpreta um lado racional da geografia. Apesar disso, procuro aqui compreender as emoções, o racional e questões que cercam a construção do sujeito, como uma unidade material.

Como coloca Andreilino Campos (2011), nós nascemos indivíduos e nos tornamos sujeitos. Estes sujeitos, somente possuem suas ações detidas de sentido se compreendidos socialmente. No estudo dos movimentos sociais, é preciso considerar isso, pois a formação de um movimento é consistida por diversos sujeitos, detidos de um objetivo comum, cujo sentido é coletivamente construído e respaldado. E, a diversidade de objetivos e grupos, formam essa pluralidade que representam os movimentos sociais.

Conforme o texto se encaminha para as discussões acerca da ação e para o seu encerramento, as teorias da ação de Ana Clara Torres Ribeiro (2012) são percebidas. Uso de suas teorias e reflexões para elaborar as minhas análises, e compreender melhor o que vem a ser esse sistema de ações que compõem o espaço geográfico. Elaborei uma pesquisa que pode ser interpretada como uma compreensão um tanto “maquiavélica” da realidade, (no sentido de conduta traiçoeira), mostrando que somos rodeados por uma realidade um tanto perversa, onde não podemos perder de vista a esperança. Fico com as palavras da professora Ana Clara:

Nós temos [...] uma maneira sempre negativa de fazer referência a Maquiavel: “isto é uma ação maquiavélica”, “isto é puro maquiavelismo”. Como se o fato de se ter alguma ideia estratégica da existência fosse alguma coisa feia, negativa. Em uma sociedade cheia de bom-mocismo como a nossa, vamos dizer assim — ou falso bom-mocismo — tentar desvendar alguma estratégia do outro é confundido com um tipo de adesão às teorias da conspiração. [...] [ela mesma indaga: ] “Porque? Conspiração não existe? De repente ficamos todos bons-moços, na superfície tudo limpo, tudo transparente, perfeito, ninguém está conspirando nada? ”. [...] uma vez, em uma Conferência, eu fiquei muito irritada, pois estava ouvindo essa bobagem pela vigésima vez. E então eu comecei a bater [gesticula batendo uma caneta] dizendo: - “Conspiração existe! Conspiração existe! ” e a caneta quebrou e eu fiquei até sem graça (RIBEIRO, 2014, p.98).

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. INTRODUÇÃO

“O príncipe que tiver mais temor de seu povo do que dos estrangeiros, deve construir as fortalezas; mas aquele que sentir mais medo dos estrangeiros que de seu povo, deve abandoná-las. [...] mesmo que tenham fortificações elas de nada valem se o povo te odeia”.

Nicoló Machiavelli (1513, p.85)

Em 31 de agosto de 2016 ocorreu o impeachment da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e assume o Vice-Presidente, Michel Temer. Esse processo de impeachment iniciou-se em 2 dezembro de 2015, e foi a culminância de um golpe político articulado entre diversos setores da esfera pública e privada, dentro e fora do Brasil. Tal “acordão” ficou evidenciado numa gravação divulgada pela Folha de São Paulo no dia 23 de maio de 2016, dias após o afastamento de Dilma da presidência da república, Sérgio Machado (PMDB - CE), ex-Senador da República, em conversa com o Senador Romero Jucá (PMDB - PR), declara: “*Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer][...] É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional*”, e Jucá completa “*Com o Supremo, com tudo*”<sup>1</sup>.

Quando ocorre a posse definitiva de Temer como Presidente do Brasil, observa-se uma série de manifestações contra o governo em escala nacional, questionando a legitimidade e as medidas tomadas pelo mesmo. Concomitantemente, a mobilização dos que realizavam manifestações a favor do impeachment passam a desacelerar. Estuda-se, portanto, justamente esse período, em que cresce a insatisfação da população frente ao cenário político, principalmente, em relação ao presidente recém-empossado, e aumenta a sensação de desconfiança em relação aos levam a política como profissão. O organismo estatal se insere mais ainda numa crise econômica e política, a aprovação do governo diminuindo e a rejeição aumenta, inversamente proporcional.

O golpe, a crise política, foi algo articulado a partir de um projeto, que faz o uso de uma determinada estratégia, promovendo ações que incidem tanto em escalas como a da economia nacional e a política do estado, a exemplo das ações tomadas para incentivar as terceirizações e concessões, a contenção de gastos públicos percebida na redução dos ministérios e a mobilização política para a aprovação do que veio a ser a emenda constitucional

---

<sup>1</sup> VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 23 maio 2016. Disponível em: <<http://folha.com/no1774018>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

95/2016 que congela os gastos públicos por vinte anos; até escalas do cotidiano, a exemplo do impacto da reforma nas leis trabalhistas e da previdência social. Esse projeto se estende também à repressão policial, que se intensificou nas manifestações e ao bombardeio midiático com propagandas a favor do governo, no sentido de diminuir a dimensão as mobilizações políticas em torno das demandas e direitos retirados.

Entendendo esses fatores, essa pesquisa foi feita com base num recorte temporal específico, estudando os eventos que ocorrem desde o dia 31/08/2016, o dia do golpe, e até o dia 30/08/2017, um ano depois (assim se explica o subtítulo). Já o recorte territorial é a Esplanada dos Ministérios, sede dos 3 poderes da política nacional, situada no Distrito Federal da República Federativa do Brasil. Local em que ocorre a maioria das manifestações em Brasília, e normalmente são direcionadas a uma escala de governo nacional.

O objetivo foi compreender como a organização e execução das manifestações, enquanto ações políticas, se relacionam com o raciocínio geográfico. Dessa forma, analisar a forma que os manifestantes imprimem indignação (ou não) frente ao governo nas estratégias e táticas territoriais adotadas, como ocorre a resposta do Estado e se existe consideração da geografia nas mobilizações socioterritoriais que constituem as manifestações.

As manifestações são observadas tanto a partir de perspectiva imersa na manifestação, quanto a partir de um sobrevoo. Isto é, não só se interpreta as estratégias e táticas da ação como um espectador inserido na manifestação, captando os fenômenos de perto, mas também se desloca o olhar e para alternar a escala geográfica. Para isso, são utilizadas técnicas de pesquisa referentes à aplicação de questionários, trabalhos de campo e fotografia. Apesar de considerar as questões midiáticas e das redes sociais, as análises consistem na apuração de dados primários, com o olhar sempre partindo da rua, em oposição a uma posição de espectador através de programas e reportagens jornalísticas.

Trata-se aqui o contexto das manifestações, a estrutura do espaço na qual ela ocorre, o tempo e a soma dos tempos que resultam o espaço geográfico e, conseqüentemente no território que corresponde à Esplanada dos Ministérios. Trata-se também dos objetos que nela existem, os fluxos que nela ocorrem, e as diversas ações que tomam conta do fenômeno da manifestação.

No capítulo “UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA”, procura-se rememorar rapidamente o que vem a ser o contexto político atual, a situação dos movimentos sociais e as conseqüências que determinados cenários vem gerando. Na “BASE TEÓRICA ESTRUTURANTE: GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS”, explano a teoria que serviu de base para iniciar as análises, de modo a realizar uma contextualização das teorias. Na “CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E

DAS MANIFESTAÇÕES”, elaboro – mostrando os dados obtidos por trabalhos de campo e questionário – uma caracterização socioeconômica dos movimentos sociais e das manifestações que são produzidas por estes, apresentando os primeiros aspectos a serem analisados. Em “O CARÁTER GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES: O SOBREVIVO”, efetuo uma compreensão dos fatores que envolvem a manifestação, partindo de uma análise que considera primeiro o que está externo ao protesto, depois a escala mais íntima da manifestação para ver como ela será afetada. Já em “O CARÁTER GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES: O MERGULHO”, faço o caminho contrário, levo primeiro em consideração a prática na manifestação, partindo inclusive da perspectiva do sujeito, para depois entender a relação com o seu redor. Ambas essas expressões metafóricas foram retiradas de Souza (2018, p.103 – 104)

Nesses dois últimos capítulos são traçados dois caminhos, para se efetuar a análise, resultando numa compreensão dialética da questão. A abordagem prática das manifestações refere-se à visão instrumental da manifestação, observando seu caráter organizacional e estratégico, revisando e pensando novas práxis no âmbito das manifestações. Já a abordagem analítica passa pela revisão conceitual de diversos saberes, interpretando o fenômeno e entendendo a sua existência. Uma noção prática não pode ser vista separadamente da analítica, e vice-versa.

Por fim, reitero que, por mais que eu tenha tentado fazer uma abordagem dialética, observando vários pontos e questões acerca da manifestação, ainda existem questões a serem analisadas. Em relação aos dados produzidos nessa pesquisa, existe uma base de dados com diversas possibilidades exploratórias, que não consegui abarcar aqui, tanto ao se tratar das manifestações quanto ao se tratar do questionário aplicado aos manifestantes.

## **1.2. JUSTIFICATIVA**

Este trabalho parte de uma necessidade de perceber e compreender as estratégias e táticas utilizadas em manifestações sediadas em Brasília, as problemáticas e soluções que prejudicam e aumentam a sua viabilidade, tanto por parte dos manifestantes quanto por parte do aparelho do Estado. Se objetiva abordar a operação da manifestação. É feito mais nas ciências militares. Consequentemente, torna-se uma aplicabilidade da ciência geográfica que não é explorada pelos geógrafos, apenas apropriada por outros profissionais. Com frequência, ficamos apenas na análise da teoria ou, quando se trata da análise de movimentos socioterritoriais, em outros aspectos da prática.

Aqui, procura-se preencher minimamente essa lacuna existente, realizando uma crítica objetiva a partir da caracterização materialista, abrangendo não só a geografia, mas no estudo dos novos movimentos sociais. Isto é, fazendo um trabalho capaz de gerar conhecimento acerca das estratégias geopolíticas, novas análises e cartografias. O desconhecimento sobre essas questões pode levar a ações precipitadas ou mal executadas, resultando em prejuízo humano ou material.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa visa estudar, pela ótica da geografia, de que forma a parcela a sociedade brasileira e brasiliense, inserida em movimentos sociais e manifestações, se organiza na Esplanada dos Ministérios. Como já foi dito, o recorte temporal desta pesquisa foi de 31 de agosto de 2016, o dia do impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, até 30 agosto de 2017, um ano depois. Desta forma, tornando possível analisar a relação entre as manifestações promovidas por movimentos sociais e o Estado, a forma em que essa relação se manifesta no território.

O estudo geográfico das manifestações pode usufruir de uma abordagem da geografia política clássica, entendendo que as informações descritivas do território são úteis para formulação de estratégias e para organização, tanto do Estado, quanto dos manifestantes. Contudo, a geografia de Ratzel, este o precursor da geografia política clássica, destinada à fins militares, naturalmente se encaixa em um contexto de guerra.

As manifestações não deixam de ser uma espécie de confronto, onde há conflitos de interesse, disputas de poder, reivindicações, tomadas e retomadas de territórios, usando o mesmo como instrumento de poder e podem fazer o uso, ou sofrer de violência. A guerra, por ser uma palavra carregada de sentido simbólico, que perpassa a definição escrita em dicionários, pura e simples<sup>2</sup>, por isso, não pode idealmente aplicada neste trabalho. Todavia, notar uma semelhança analisando batalhas e uma manifestação é inevitável, como argumenta David Harvey (2014, p.213):

As características atuais de cada lugar são importantes e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com os protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos.

Entre os aspectos a se considerar, está o grupo, como este se organiza, pautas reivindicadas e as posturas que dominam o recorte espacial em análise. Exemplificando esses componentes, pode-se citar possíveis variáveis. Quanto ao grupo, ele pode ser composto predominantemente por mulheres, homens, de cor negra, branca, com variadas orientações sexuais, das elites ou de classe baixa. As pautas podem ser relativas a salário, igualdade, racismo, LGBTfobia, contra o machismo, defendendo juízos de valores, contra corrupção,

---

<sup>2</sup> Ao pesquisar o significado de guerra (“guerra + significado”) no Google surgiu para mim, como segunda definição da palavra, oferecida pelo próprio motor de busca, “qualquer combate com ou sem armas; combate, peleja, conflito”. Esta é a definição na qual me refiro ao falar guerra (pesquisa realizada no dia 16/03/2018).

políticas públicas ou questionando demissões. A postura pode demonstrar consciência de classe, ser contra repressão, que advém de uma realidade confortável, vulnerável, com fins revolucionários, reformistas, que busca o diálogo ou são facilmente provocadas. E há o contexto político, em que a maioria dos manifestantes pode estar um pouco ou muito insatisfeitos se sentem livres ou reprimidos.

Para além dessas observações, foram utilizadas para elaborar a metodologia - e, conseqüentemente, a análise - autores como Barkan (1979), Tatagiba (2014) e Canuto & Carvalho (2016).

Barkan destacou, ao analisar as estratégias e táticas, e dilemas organizacionais dentro dos movimentos contra a energia nuclear nos E.U.A., os tipos de protestos, a intensidade e forma de distúrbios, as suas habilidades e os seus recursos. Também, observou as dualidades envolvidas em relação às variáveis de pauta única e multi-pauta, entre a desobediência civil e a não-violência, entre grupos consensuais e grupos de afinidade, e os desfechos que ocorreram nos tribunais de justiça.

Tatagiba fez uma análise temporal de três ciclos de protestos: 1984, 1992 e 2013. Dela, foi considerado a sua metodologia de analisar a construção simbólica dos protestos, a infraestrutura e as performances confrontacionais.

De Canuto e Carvalho, foi considerado a sua preocupação em não só em analisar, mas em ilustrar as táticas utilizadas em manifestações a partir de documentários. A metodologia se baseou em “1) assistir, discutir, mapear e cartografar, a partir dos documentários sobre manifestações e/ou ocupações, os modos como estes se apropriam do meio urbano para reivindicar determinadas agendas relacionadas ao direito à cidade; 2) registrar na forma de desenhos esquemáticos e *storyboards* as estratégias e táticas utilizadas tanto por manifestantes quanto por policiais nas manifestações e ocupações pesquisadas afim de mostrar o espaço vivido como produto social; 3) pesquisar em bibliografia adequada as relações entre polícia, urbanismo, uso do espaço urbano, guerra e protestos; 4) entrevistar membros participantes de manifestações/ocupações urbanas e a polícia militar.” (CANUTO E CARVALHO, 2016, p. 51 – 52). Como resultado, produziram dois sites<sup>3</sup> que expõem as diferentes técnicas estratégicas e táticas seja da polícia ou de manifestantes.

São consideradas, também, as contradições da cidade, sua morfologia, levando em conta os aspectos do local onde se dá a manifestação, e a relação desses fatores da cotidianidade. Por exemplo, a Esplanada dos Ministérios, possui ruas largas, poucos becos, um gramado

---

<sup>3</sup>Ver <<https://dapolicia.wordpress.com/>> e <<https://dacontrapolicia.wordpress.com/>>.

extenso, poucas sombras, destoando em relação a outros palcos de manifestações pelo Brasil, principalmente nas grandes cidades. Aspectos físicos como a questão do clima, se o tempo está ensolarado, se existem sombras, se está frio, se chove, podem influenciar na disposição do manifestante de se comprometer a manifestação.

Se olharmos, em comparação, para o centro da última capital do país, Rio de Janeiro, por causa, principalmente, dos prédios, existe uma abundância maior de sombra, sua localização geográfica proporciona ventos mais fortes e frequentes que canalizam nas ruas estreitas, deixando a temperatura mais agradável, por outro lado, dispersando mais os gases como spray de pimenta e gás lacrimogêneo utilizados pela polícia.

Tendo isso em vista, foi considerado também a interação entre a manifestação e o ambiente por onde passa. Observando, por exemplo, se existe comércio, residências, prédios sedes de governos, prédios sedes de empresas, etc. Como o Estado reage a esse trajeto? A polícia bloqueia o trânsito, colabora com a manifestação ou tenta alterar o trajeto? A manifestação se locomove ou fica parada? A forma como ocorre a comunicação interna do protesto é importante. Isso diz muito quanto à postura, à estrutura utilizada na manifestação, sobre as relações poder que estão vigentes ali, sobre a organização e, como consequência, nos diz muito sobre a própria manifestação.

A comunicação realizada entre a polícia e os manifestantes, também pode ajudar a compreender a relação entre os dois, a própria ausência dela já se mostra como um indicativo. A forma que o Estado se faz presente na manifestação demonstra, não só sua posição quanto as pautas, mas a posição de seus servidores (o que podem representar coisas diferentes). A atuação da polícia corresponde também a postura do estado ou da própria polícia frente ao estado e dos indivíduos que trabalham nela.

Naturalmente, existem divisões desiguais de poder na manifestação, assim como insatisfações e incompatibilidade. A variação da intensidade deste processo de polarização, isto é, a constância com que ocorre conflitos, é diretamente proporcional com o quanto de poder está sendo disputado. Existem manifestações que nitidamente possuem uma organização centralizada com autoridade para realizar decisões ao longo e antes do ato. Já outras, possuem formas de organização mais horizontais, em que as decisões são tomadas em conjunto, não necessariamente sendo uma autogestão. A comunicação expressa processos de disputa por poder.

A centralização da comunicação, o domínio de instrumentos como o carro de som, implica numa possibilidade de controle maior dos rumos e da agitação. Condições diferentes proporcionam diferentes manifestações.

A respeito dos trabalhos de campo realizados para essa pesquisa, foram realizados registros fotográficos e anotações sobre manifestações presencialmente. A maioria dos registros fotográficos utilizados aqui e para a análise foram retiradas do acervo pessoal do pesquisador. Outras, capturadas por terceiros e postadas em redes sociais e/ou reportagens online.

A fotografia não retrata a totalidade do momento, apenas um recorte de sua representação material. Tentou-se capturar o que acontecia nos dois lados (ou mais), no sentido de não só registrar os manifestantes, mas a polícia, terceiros que estivessem apenas de passagem, etc. As fotos das manifestações feitas desempenharam um papel importante no mapeamento realizado durante essa pesquisa, por serem registros dos fluxos da manifestação para além das anotações e pesquisas.

Foi utilizado software de Sistema de Informação Geográfica como ferramenta principal de trabalho na elaboração dos mapas, usando de informações levantadas e dados disponíveis gratuitamente na internet, no Geoportal da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, e o Open Street Maps.

Para coletar dados acerca dos manifestantes, suas opiniões, tendências variando de acordo com sua orientação política (ver apêndice), o questionário foi aplicado com o objetivo de compreender as coerências entre os manifestantes e a organização do ato político, de forma que se puder captar as micro-relações de poder, nos grupos políticos protagonistas nas manifestações. O questionário serviu para a captar a opinião dos manifestantes acerca dessas ações em conjunto, de forma que fossem representadas opiniões coletivas.

A pesquisa por questionário também foi útil para compreender a escolha ou não de uma determinada estratégia/organização da manifestação, associando aspectos geopolíticos com a linha seguida pelos movimentos sociais. O motivo que levou a pessoa a participar da manifestação não é abordado, é apenas considerado para fins de análise da manifestação.

O público que respondeu ao questionário foi inteiramente captado através das redes sociais, de forma que a disseminação do questionário se assimilasse à disseminação de um evento político. Assim, coletando as respostas de pessoas que frequentam os ciberespaços onde é discutido política, organizado manifestações e a organização de eventos políticos, inserindo a pesquisa nessa nova era cibernética nos movimentos sociais e da política, considerando a nova fase dos movimentos sociais, que se encontra extremamente integrada as redes sociais e internet.

O questionário será aprofundado no capítulo 4, porém para adiantar um pouco a discussão, os principais enfoques do questionário são: como se dão as tentativas de dominação territorial e processos relacionados à territorialização; ferramentas e objetos utilizados por parte

dos organizadores e dos participantes (carro de som, camisa, aparelhos sonoro, publicidade, artigos de defesa pessoal ou para ofensiva); grupos presentes e quais estão em maior número; conflitos entre os grupos; estratégia territorial; preocupação dos presentes com a regularidade em relação à legislação; relação entre os agentes estatais e manifestantes; como se dá a divisão do poder na manifestação; como ocorre a resposta do Estado no território e qual a reação dos presentes no ato político em relação a isso.

No total, descartando as pessoas que responderam incorretamente à questão controle<sup>4</sup> e as repostas vazias, foram consideradas para a pesquisa 131 respostas para o questionário. No entanto, dependendo do gráfico são obtidos diferentes resultados. Isso ocorre, pois, nem todas as repostas preencheram o questionário por completo. Como a maioria das perguntas podia ser considerada individualmente, caso atendessem aos fatores eliminatórios supracitados, foram levadas em conta mesmo que o questionário não tenha sido totalmente preenchido. Na produção de alguns gráficos foi acrescentada aos critérios eliminatórios a resposta positiva relativa à presença em uma manifestação nos últimos 2 anos.

Nas manifestações, nos movimentos sociais e nas ações coletivas em geral, o sujeito, enquanto integrante da mobilização, é um ser detentor de uma subjetividade individual. A subjetividade, por sua vez, se responsabiliza pela produção dos sentidos, que está associada com uma história e contexto social que caracterizam sua personalidade. Múltiplos sujeitos, ao agir em conjunto, criam uma subjetividade coletiva, que se difere da subjetividade individual. Assim, é necessário reconhecer a individualidade [que se difere do individualismo] para então se reconhecer a coletividade, pois o indivíduo está inseparavelmente ligado às ações sociais. (GONZÁLEZ REY 2004). Foi neste sentido que o questionário foi aplicado e analisado. As respostas, foram baseadas em ideologias políticas pessoais, mas a análise foi com base em padrões coletivos. Estes padrões, como a postura, estratégia, ou ideologia predominante numa manifestação, são antes reflexões individuais, coletivizadas.

Analisa-se também, apesar de não serem aspectos quantificáveis e pouco concretos, a desobediência civil, se o sujeito julga necessário a desobediência, como é a sua relação pessoal com Estado e os agentes que nele operam, como a pessoa entende a forma de promover transformações. Também foram considerados os quesitos tratando das condições de vida pessoais, como classe social e local de moradia. Na análise dos dados, foi relacionado o trabalho conceitual e empírico para averiguar a relação entre esses fatores.

---

<sup>4</sup> Houve uma questão controle no questionário que pedia para o inquerido marcar uma determinada opção como resposta, cujo o objetivo era ver se estava respondendo aleatoriamente, ou estava prestando atenção.

Com isso, este trabalho considera as relações de poder presentes no território, variando em cada manifestação, considerando fatores das particularidades do cotidiano local, as políticas públicas envolvendo o objeto de estudo e a carga simbólica que está presente (ou não) no território. Efetua-se uma reflexão acerca das problemáticas e discussões levantadas na fase de interpretação, revisando as afirmações propostas ao longo dos capítulos.

A imagem a seguir (figura 1) representa uma síntese da metodologia. É o fenômeno da manifestação destrinchado e categorizada em itens de forma que possa facilitar sua compreensão e análise. As categorizações buscam abrir as possibilidades de abordagem da manifestação, de forma que, como foi exposto nesse capítulo, possam ser traçadas inter-relações entre a geografia, os movimentos sociais e as manifestações.

# METODOLOGIA

Simplificação de *alguns* aspectos a serem considerados

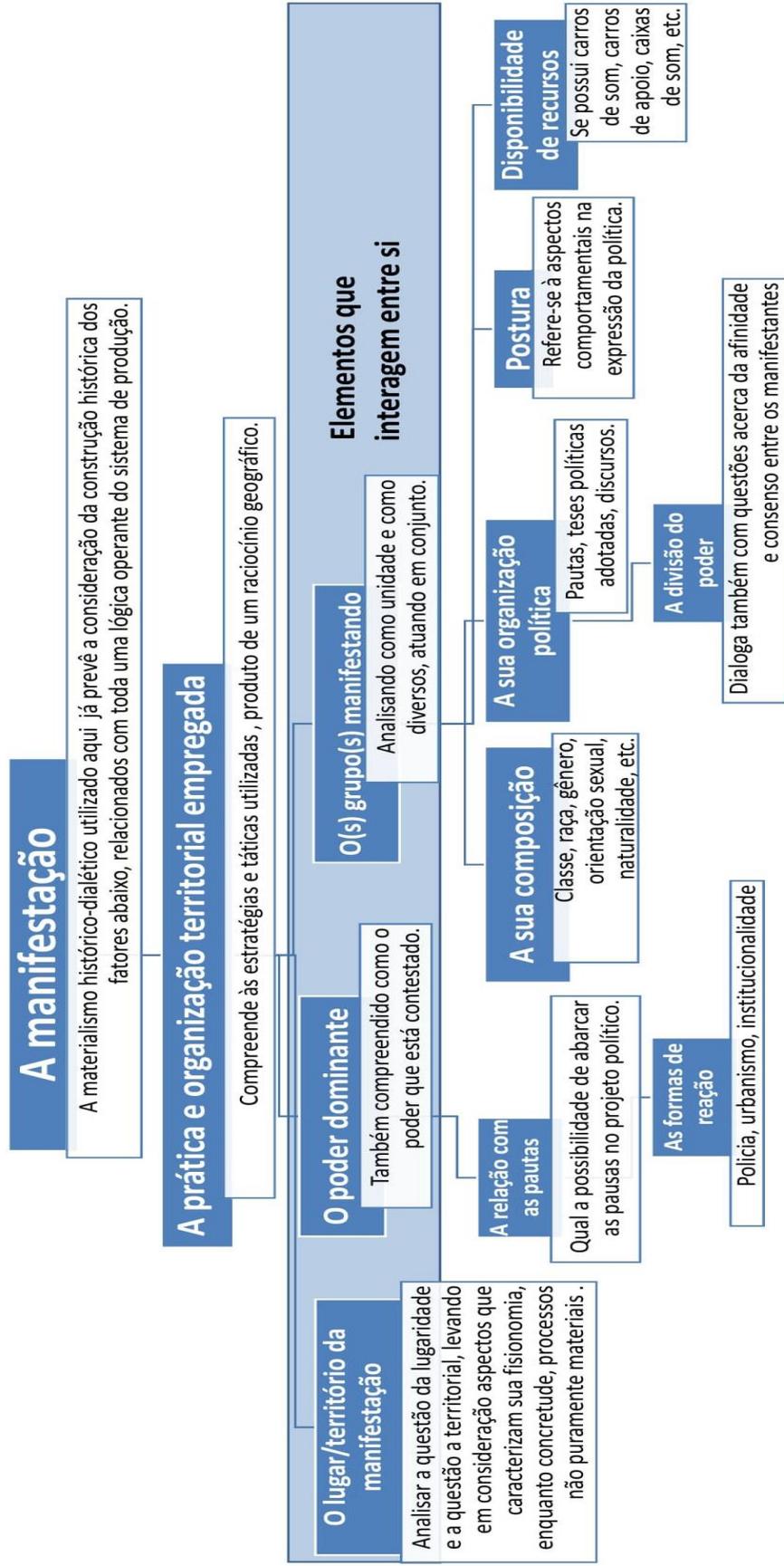


Figura 1: diagrama da metodologia

### 3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA

É necessário fazer um mínimo de contextualização do cenário atual dos movimentos sociais, por este trabalho fazer parte de uma conjuntura maior. A partir da análise da conjuntura, a análise das manifestações um sentido, seguindo o princípio leninista de uma análise concreta de uma situação concreta.

O Brasil é “vítima de processos de desruralização, de migrações brutais desenraizadoras, de urbanização, expansão do consumo de massas, entre tantos outros fatores, se efetivaram de forma tão concomitante e contemporânea” (ALVARENGA, 2011, p. 162). Esses processos são alinhados com uma supressão de direitos, liberdades civis e democráticas, contribuindo para um aumento da desigualdade social e econômica entre as classes sociais e um desenvolvimento desigual, concentrando riquezas e recursos em determinados locais (*Ibidem*).

O Brasil, atualmente, está saindo de um processo de redemocratização e passando para a consolidação do chamado estado democrático de direito. Concordo com Maior (2013) quando ele afirma que não há como negar que a ordem jurídica nacional está pautada pelos preceitos do direito social, que possui uma função em torno da diminuição da desigualdade social, diminuição da pobreza, dando sentido e ampliando o que viria a ser a cidadania. Contudo, esse direito é algo que ainda não se concretizou na prática.

O direito social possui uma relação de dependência com a democracia política, de forma que só é possível ocorrer uma organização e crítica à realidade, se a política não fizer atuar para deslegitimá-la (*ibidem*). Retrato aqui, que no presente momento, sem dúvida ocorre uma deslegitimação dos movimentos sociais na esfera da política tradicional, e essa deslegitimação permeia o judiciário e compromete o direito social.

O que vivemos no Brasil há anos é uma resistência ao cumprimento da ordem jurídica constitucional, pautada pelos direitos humanos e pelos preceitos do direito social. E o pior é o fato de que todos aqueles que tentaram demonstrar isso publicamente até o passado recente foram criminalizados ou discriminados de alguma forma. (*Ibidem*, p.87).

Tatagiba (2014) nos lembra que na história recente, durante o processo de redemocratização, tivemos 3 grandes ciclos de manifestações, todos com características distintas, porém todos em torno da garantia da democracia. Em 2013, diferente dos dois ciclos anteriores, a democracia reivindicada não se trata, em primeiro lugar, de escolher quem está nos cargos executivos, mas é sobre uma democracia em torno do acesso a serviços públicos. Todas também com traços de associativismo, lembrando as teorias de Touraine (*apud* Gohn,

2014), que em torno de pautas permeia as estratificações sociais mais comuns, referente às classes sociais. Isto é, tiveram a participação de diferentes setores da sociedade, com diferentes ideais de desfechos e futuro.

Gohn (2014) coloca que neste novo milênio ainda é muito cedo para tirar conclusões acerca do que virão a ser os movimentos sociais no futuro. É claro que estamos, ou estamos saindo, de um momento de efervescência. A conquista do poder por aqueles que estavam acostumados a estar na oposição gerou uma ampliação das políticas sociais e democratização acesso à saúde, educação e seguridade social, em geral. Entretanto, isso não significa que houve um fortalecimento dos movimentos sociais, uns até se enfraqueceram, se rendendo ao desejo por governança em detrimento dos desejos da base.

Existem dois principais fatores a serem destacados. Primeiro, o avanço das ONG's. Ainda falarei sobre elas, mas a autoresponsabilização da sociedade civil em torno das obrigações do Estado, pautando um pragmatismo em torno da atuação privada e atuando por meio da publicidade. Está ocorrendo não só uma revisão das formas de mobilização, isto é, pontuais, de longe, pelas redes sociais. Perde-se a categoria de movimento social e entra como mobilizações sociais [pontuais]. (*Ibidem*). Também é revista a forma como é exercido o protagonismo. As organizações políticas que seguiam vias mais clássicas, possuem uma forma de exercer o protagonismo em torno da discussão e da apresentação do projeto. Já as novas formas de protagonismo, que surgem principalmente a partir dos anos 90, exercem a legitimidade em torno da capacidade propositiva. Esta, é garantida pela representatividade, que ocorre pela identificação com a construção social do sujeito. (RIBEIRO, 2014).

Outra questão é a comunicação, a televisão se transformou em “mídia de massa”, se juntando a outros meios de comunicação, a velha mídia formada pelos detentores de estações de rádio, revistas, jornais impressos. Se supera a premissa liberal de que essa velha mídia é garantidora da opinião pública e da fiscalização do governo. Ainda assim, acompanham manifestações como se fosse apenas uma observadora imparcial (LIMA, 2014). As redes sociais *online* assumem um papel importantíssimo na disseminação de movimentos políticos, mas que também são perigosos pelo seu potencial, sua difícil regulação e sua fácil *viralização*, às vezes com notícia falsas ou manipuladoras.

O ciclo mais recente de 2013 foi a expressão de que existem diversos resquícios da ditadura civil-militar, muitas vezes reafirmada pela ação da Polícia Militar, para atitude repressora domina. O que ocorreu foi uma somatória dos efeitos da espoliação urbana, gerando indignação sobre as contradições capitalistas, culminando numa série de manifestações, pautando sobre tudo a crise urbana (HARVEY, 2014). Se destacaram momentos de profundos

rompimentos com o associativismo, no momento em que não se utilizam mais performismos de confrontação, as festas comícios, e passa-se a usar o uso de violência como estratégia de reação ao uso de violência do Estado.

Durante a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, foram organizadas novas manifestações contra a realização dos eventos, novamente pautando a questão da cidadania, a melhoria da qualidade e ampliação de serviços públicos básicos e a diminuição da desigualdade em geral. Essas manifestações foram duramente reprimidas pelo governo, pressionado pela FIFA, para a realização de uma Copa que seguisse suas exigências.

Em 2015, após a eleição e a posse de Dilma Rousseff, a então presidente eleita, começamos a observar um avanço substancial de forças de direita, conservadoras, com propostas para a economia fundamentadas em preceitos neoliberais. A manifestação da direita foi crescendo, sendo respaldada pela mídia hegemônica e por políticos conservadores oportunistas. Culminou em um golpe político por meio do *impeachment*. Esse golpe ocorreu sem base investigativa, operou por dentro dos canais institucionais da democracia representativa e facilitou o avanço de políticas que iam contra justo o que os manifestantes de 2013 pediam: justiça social.

Mudou-se o discurso da direita que estava presente nas jornadas junho ou os interesses nunca foram os mesmos? O discurso de anticorrupção e ética política a mais lógica e simples solução para as linhas que tendem à direita, para a garantia do funcionamento do aparelho estatal. Aparentemente, muitas das fontes de corrupção vinham das políticas sociais promovidas pelo Partido dos Trabalhadores, para amenizar as desigualdades sociais, e isso estava acabando com o desenvolvimento capitalista do Brasil. Segundo essa retórica, o Partido dos Trabalhadores saindo de cena, seria iminente um crescimento econômico do Brasil.

Entre as atrocidades, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por vinte anos; a reforma da previdência, valorizando os fundos de previdência privadas; a reforma trabalhista e a flexibilização das leis trabalhistas em prol do empregador; a reforma do ensino médio, tecnificando o ensino, uma intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e diversas outras questões relacionadas a retiradas de direitos e o sucateamento de serviços públicos, agindo em prol da privatização. Esse projeto privatizante, permeia até os movimentos sociais, valorizando movimentos que atuam pela institucionalidade e criminalizando manifestações, a não ser que fossem pró-*impeachment*, contra a corrupção, ou verde e amarela em geral.

A repressão por meio da violência física e simbólica, e a criminalização de quem se manifesta disposto a impedir a continuidade da injustiça promovida pela perpetuação do sistema

capitalista, da política neoliberal e de todas as contradições que nela estão intrínsecas, quando assassinam a vereadora do município do Rio Janeiro Marielle Franco, com 3 tiros na cabeça, e o motorista que estava em serviço, Anderson Gomes, que completa 5 meses em 14 de agosto de 2018, ainda sem resposta da autoria do crime. Fazia da sua presença na Câmara, uma representatividade a voz das periferias negligenciadas pelos agentes das metrópoles, advogava pelos direitos humanos, afrontava os milicianos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e sofreu uma execução.

No dia 17 julho de 2018, 23 pessoas foram condenadas por participar em manifestações populares de 2013 e 2014 no Rio de Janeiro. A maioria recebeu a pena de 7 anos de prisão em regime fechado. Seus crimes seriam causar danos à propriedade pública e privada, lesão corporal, associação criminosa e corrupção de menores. Tratam-se, de condenações cínicas, autoritárias, a partir de uma narrativa distorcida<sup>5</sup>.

As condenações não possuem interesse em contemplar o que foi autodefesa do manifestante, o direito de organização política nem as atitudes injustificáveis do estado. Não se trata de condenar a violência exercida em um dado momento, se trata de condenar uma ideologia e sua prática política. Os 23 condenados como bodes expiatórios de uma perseguição política dos manifestantes.

Essa contextualização teve como objetivo rememorar as atrocidades administrativas feitas sem qualquer escrúpulo da noção do que seria ter uma perspectiva de justiça social. Assim, entendendo o contexto na qual análise está inserida, é possível entender a própria análise. Neste sentido, deve ficar nítido até o final do trabalho é como as contradições, que se apresentam aqui numa escala de conjuntura geral, se fazem presente na escala de atuação política cotidiana.

---

<sup>5</sup> Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/justica-do-rio-condena-sininho-e-outros-ativistas-a-prisao-por-protestos-de-2013.shtml>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

#### 4. A BASE TEÓRICA ESTRUTURANTE: GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para conceitualizar os movimentos sociais, utiliza-se a definição abaixo retirada da obra Dicionário de Política, de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 787), na qual foi formulado um conceito dos movimentos sociais e os comportamentos coletivos.

[...] os comportamentos coletivos e os movimentos sociais constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados. Comportamentos coletivos e Movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos.

Hoje, temos a emergência dos novos movimentos sociais na América Latina. No entanto, a sua contextualização inicia-se, baseando na obra de Montañó e Duriguetto (2011), com a queda do sistema colonial e a emergência do neocolonialismo. Essa política se caracterizou pela independência institucional dos Estados latino-americanos, sem que exista uma independência política e econômica em relação aos estados europeus. Por meio dessa dominação, foi possível sustentar o consumo exacerbado da revolução industrial na Europa e começam a surgir as empresas exportadoras que monopolizam setores dos mercados das antigas colônias, concorrendo com os produtos locais, dificultando sua emergência.

Com o fim da segunda guerra e o início da guerra fria, os Estados Unidos da América ascendem ao *status* de primeira potência imperialista mundial e começa sua ofensiva à URSS, apelando para táticas que envolvem política, economia, cultura e força bélica em escala mundial. Desta forma, ocorre a consolidação da política de imperialismo por parte dos Estados Unidos e dos países do oeste europeu.

Nessa linha, Sader (2003), (*apud* Montañó e Duriguetto, 2011), baseado em aspectos socioeconômicos, propõe três periodizações do século XX na América Latina: o primeiro período que se caracterizava como uma extensão do século XIX, onde ainda havia um processo de acumulação primária em andamento, uma economia de exportação e um poder estatal que é apropriado por diversas elites econômicas; o segundo é o período posterior a crise de 1929, onde vários países, como México, Chile, Argentina e Brasil passam por um processo de industrialização, fruto de uma combinação de fatores. Tal processo diminuiu a dependência de importações e modificou a estrutura social, o poder, então, passa a ser disputado por novas elites econômicas, e ocorre também o fortalecimento organizacional da classe trabalhadora; o terceiro período é um contexto em que ocorre a volta das grandes corporações internacionais ao

mercado, a entrada de políticas imperialistas, agora grande parte delas advindas dos Estados Unidos da América e a instalação de regimes ditatoriais.

Ainda segundo Montañó e Duriguetto (2011), os movimentos sociais latino-americanos atuantes foram influenciados por diversas revoluções e movimentos, por exemplo, a revolução Bolchevique na Rússia, em 1917, a revolução cultural Chinesa, em 1966, e a revolução cubana, em 1959. Entretanto, talvez um dos movimentos mais importantes, no sentido de sua influência, foi o chamado Maio Francês, que se refere às mobilizações de maio de 1968, na França. Tal mobilização se caracterizou pela aliança entre o movimento de trabalhadores e o movimento estudantil. As revoltas que desencadearam uma greve geral foram antecedidas por um crescimento demográfico aliado à falta de expansão do sistema público de ensino, que por sua vez deu lugar a uma crise urbana.

Além da emergência do movimento estudantil à categoria de protagonista, o chamado Maio Francês trouxe à tona pautas político-culturais progressistas antes invisibilizadas em mobilizações ditas “populares”, como o movimento negro, feminista, o ambientalismo e a questão da homofobia (que mais tarde abrange as questões LGBT) e a classe média acabou simpatizando com as pautas. O Maio Francês promoveu uma revolução cultural onde se levanta uma bandeira antiproibicionista. A mobilização também representou o início da ofensiva às políticas neoliberais, tal como a mercantilização do ensino público e ao que Mandel (1982, p. 172 – 192, *apud* Montañó e Duriguetto, 2011) considera a “proletarização do trabalho intelectual”. Isto é, um ensino direcionado e comercializado para e como, respectivamente, a uma dinamização da circulação de mercadorias e maximização da produção, dessa forma formando intelectuais que se submetam às lógicas do sistema capitalista.

Segundo Gohn (2014), ao final da década de 1970 e início da década 1980, surgem estudos sobre movimentos sociais não organizados na forma tradicional de partido e sindicato, com problemáticas que, à primeira vista, não estão em torno da questão capital - trabalho. No Brasil, destaca-se a articulação de movimentos indígenas, de mulheres, negros e pobres em geral com a “nova esquerda”, e a produção teórica também acompanhou esta lógica.

Maria da Glória Gohn (2009, p. 5), no contexto do século XX e no sentido de compreender os novos movimentos sociais existentes, coloca que “as transformações que aconteceram no mundo nas últimas décadas e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou as demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento identitários e culturais ganharam destaque, ao lado de movimentos sociais globais. ”

A chamada “nova” esquerda, principalmente, é exemplo dessas novas características. Ela representa um distanciamento das influências da esquerda comunista e revolucionária, de forma que passa a entender o capitalismo como uma realidade insuperável, resultado fatores como o medo e a perseguição nos regimes ditatoriais que se ergueram em meio à guerra fria, aliados a política imperialista estadunidense. Há, então, uma alteração do discurso dos intelectuais que substituíram a palavra revolução por democratização, viabilizaram as negociações e parcerias inter-classes e naturalizaram as contradições capitalistas exploratórias (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011). Também, podemos compreender essa mudança de interpretação da realidade como uma adaptação às necessidades de políticas públicas direcionadas às camadas mais carentes da sociedade. Isto é, o capitalismo atingiu uma “estabilidade” política e econômica em escala global, (ou ao menos promove tal impressão), que atua no sentido de inviabilizar uma revolução proletária, ou até mesmo uma grande reforma promovida por setores da esquerda.

A partir da década de 1990, o chamado “terceiro setor”<sup>6</sup> começa a ganhar mais visibilidade. Essencialmente, são ONGs e outros tipos de organizações sem fins lucrativos, que se destacam como “novos” agentes dos movimentos sociais, e tiveram um impacto na produção teórica. Como Gohn (2014, p. 34) coloca:

Alguns autores passaram a tratar os novos sujeitos [As organizações não governamentais (ONGs) e as organizações do terceiro setor] como sinônimo dos movimentos ou manifestação ampliada; outros aproveitaram a emergência das ONGs para desqualificar os movimentos, como uma manifestação de grupos do passado, e só tratar do terceiro setor como a forma moderna e hegemônica de associativismo na sociedade. Outros ainda, de forma criativa e inovadora, retomaram os estudos sobre os movimentos sociais de forma distinta, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil que passa por processos de institucionalização [...] construídas, portanto, já nos anos de 1970 e desenvolvidas posteriormente na teoria da ação comunicativa, em que a comunicação é entendida como um processo de interação compartilhada.

Esse “terceiro setor” e as ONG’s se organizam por “campanhas” e “projetos”, argumentam por meio da ética, moral e de pesquisas feitas por profissionais particulares ou terceirizado. A apelação para a hipersensibilização do público alvo também é uma estratégia muito utilizada principalmente por organizações como a Greenpeace, WWF, SOS Mata Atlântica e Médicos Sem Fronteiras. Aliás, a questão da publicidade das ONGs, por si só, já se apresenta como um ponto polêmico.

A publicidade é um dos principais meios de atuação das ONGs, utilizando a comunicação para disseminar suas pautas humanitárias, altermundistas. Equipes e comunicação

---

<sup>6</sup> O nome “terceiro setor” parte de uma lógica onde o primeiro setor representa a esfera pública; o segundo setor, a esfera privada, organizações que visam lucrar; e no terceiro setor estão as organizações, privadas, que não possuem fins lucrativos e atuam em causas sociais.

são contratadas ou terceirizadas, pois, para uma organização do tipo, ter a sua atuação e existência (re)conhecida é fundamental para manter o fluxo de capital entrando e para manter sua influência. De acordo com Powers (2014), algumas investem mais em ações publicitárias em canais que possuem um público alvo pertencente à elite, outras investem em canais com um público alvo mais irrestrito, que apresentam grande variedade de classes sociais. Essa variação ocorre de acordo com seus objetivos, que por sua vez impactam na forma como é feito o trabalho de comunicação.

As ONGs operam seguindo a lógica de que as iniciativas [privadas] são mais dinâmicas, democráticas e flexíveis, além da auto-responsabilização da sociedade civil frente as mudanças sociais e às vezes até utilizam desse discurso como para criticar a atuação da esfera pública. As doações e o associativismo que muitas ONGs utilizam para se manter, podem ser interpretadas como uma forma de terceirização da responsabilidade de mudança social, institucionalização dos movimentos sociais e, com isso, um controle privado da ação política dos frutos da indignação social.

Quanto a essa questão, Poupeau (2007, p. 47 – 48, *apud* Gohn, 2011, p. 339) promove a seguinte reflexão:

Estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade.

O discurso da argumentação utilizando da ética e moral<sup>7</sup> age, inevitavelmente, no sentido da despolitização (considerando que não existem fatores lógicos para argumentação, apenas juízos de valor). A prática conhecida como conciliação de classes e parcerias inter-classes também é amplamente utilizada. Elas se dão por um discurso que pauta a solidariedade, voluntariado e a auto-responsabilização sobre os deveres do estado, que é uma tentativa de terceirização, menor regulação do estado, ou diminuição da atuação de mesmo.

Visto isso, o “terceiro setor” se apresenta como uma nova resposta às questões sociais, persegue objetivos como o combate à miséria, fome e defesa do meio ambiente e redireciona os impactos da indignação para fins institucionais, distanciando a população da ação,

---

<sup>7</sup> Para exemplificar, pode-se uma campanha contra o consumo de produtos de origem animal da ONG chamada Mercy For Animals. Ao acessar seu endereço eletrônico no dia 29/03/2018, depara-se com a frase “toda vez que nos sentamos para comer, podemos optar pela empatia ao invés da crueldade”. Dessa forma, a argumentação é somente baseada no juízo de valor. (MERCY FOR ANIMALS, 2018).

desarticulando a mobilização social em massa por meio do direcionamento dos esforços para vias institucionais. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Lembrando Max Weber (1996), existem aqueles que vivem para a política, e aqueles que vivem da política. As pessoas que trabalham se tratam daqueles que vivem da política. As ONG's não empregam o militante profissional, mas empregam profissional que trabalha diretamente com a política/militância. A relação sendo profissional implica em seguir um protocolo e ordens de superiores, centralizando decisões, além de estar mais sujeita às desilusões do dinheiro frente a realidade capitalista (trocar de trabalho por um que pague mais, dificultando a permanência de funcionários, realizar *networking* para seu próprio benefício, etc) e os fins políticos que envolvem uma empresa privada dependente do financiamento de outras empresas privadas com fins lucrativos e privilégios tributários.

Assim, os novos movimentos sociais surgem num sentido de fracasso do socialismo e o capitalismo é visto como uma realidade insuperável, no sentido do “fim da história” de Fukuyama<sup>8</sup>. Ocorre uma renúncia à estratégia revolucionária e ao materialismo histórico e dialético e surgem novas formas de organizações passam a participar do cenário político, independente do tradicional partido/sindicato, e que permeiam as divisões de classes sociais. Observa-se também uma autonomia em relação ao estado e uma investida no ativismo por vias institucionais, de forma que é pautada uma ampliação, ou aperfeiçoamento, da democracia, a garantia dos direitos e liberdade civis, e antiespoliação do espaço urbano. É importante colocar que esses novos atores ou novos movimentos sociais, não são particularmente novos no sentido de novidade, a exemplo do movimento feminista que é atuante desde o final do século XIX. São novos no sentido da visibilidade e no protagonismo nas mobilizações sociais. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

A partir desse contexto surgem três principais correntes teóricas de movimentos sociais: a histórico-estrutural, a culturalista - identitária e a institucional/organizacional - comportamentalista. A primeira, se trata de uma corrente marxista, na qual podem se exemplificar autores como Manuel Castells e Jean Lojkine. A corrente aborda as classes sociais como sua centralidade de análise e possui muitos estudos empíricos tratando do movimento operário e camponês de organização leninista, através de partidos e sindicatos. Neste sentido, o foco dessa corrente é nos processos de mudança e transformação social das estruturas (o sistema econômico, político e ideológico) que se inserem em contextos reformistas ou revolucionários.

---

<sup>8</sup> Como o autor liberal escreve em O Fim da História e o Último Homem.

A segunda corrente, a cultural - identitária ou acionalista, entende que a relação capital - trabalho não explica os conflitos e opressões, adotando uma pós-industrial, portanto, foca nos aspectos culturais dos movimentos sociais, abrindo espaço para novas formas de organizações e causas que estavam invisibilizadas como o movimento negro, indígena, LGBT, feminista, etc. Também abordam ação do sujeito por meio da subjetividade e fórmula novas interpretações para a ação individual e coletiva. Entre os principais autores dessa corrente estão Alain Touraine e Tilman Evers.

A terceira corrente, referida aqui como a institucional/organizacional - comportamentalista, observa os fenômenos através de uma ótica econômica, organizam-se e executam suas práticas sociais por meios institucionais. Seus objetivos giram em torno da generalização e democratização desses interesses. Pautam também a autoresponsabilização das questões sociais, associada a uma autorregulação de seus atos, e distancia-se da vinculação estatal. (GOHN, 2014 e MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011).

Com o amplo uso das redes sociais *on-line* e *off-line*, na sociedade contemporânea, os movimentos sociais também sofrem alterações. A conexão interpessoal se dá por múltiplas formas, como por meio da internet e ligações celulares. Castells (2017, p.192 ) coloca que “formam-se redes no movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral”. Neste sentido, o movimento pode ser “simultaneamente local e global” (*ibidem*, p. 193). São locais porque sua articulação é direcionada a localizações geográficas específicas, mas podem se tornar globais com a disseminação e adesão ao movimento por meio da sua rápida conexão, e disso se apresenta outro fator da mobilização das redes sociais: a possibilidade da “*viralização*”.

O movimento “viral” representa a disseminação da ação por meio das redes locais e mundiais, chamando a atenção para o curto tempo com que isso acontece. Se tratam de redes articuladas em redes, que não possuem uma centralidade nítida e, ainda assim uma organização é garantida. Essa organização ocorre horizontalmente, menos hierarquizada, há uma desconfiança em relação à delegação de poder e a autorreflexão é feita por meio do diálogo nas redes da comunidade. É, portanto, é nas redes de interação que o movimento sem liderança consegue sobreviver, autonomamente. A internet, nesse sentido, pode representar a incorporação desses movimentos a cultura da liberdade, começou a ser pautada após o Maio Francês. (CASTELLS, 2017).

Especificamente abordando o cenário brasileiro, Gohn (2014) cita que os movimentos estão fragilizados em meio a institucionalização dos meios de mudança social e que seu acesso ocorre de cima para baixo. Habermas (*apud* Gohn, 2014, p55) coloca que a democracia

deliberativa como um modelo de dupla entrada: uma pela via institucional, ou pela via extra institucional. No contexto atual, a via extra institucional perde espaço, pois existem setores da sociedade que se encontram marginalizados em relação ao processo de democratização da política brasileira, e a democracia perde toda a sua função emancipatória. Dessa forma, as ONGs e, de forma geral, o “terceiro setor” se destacam por sua capacidade publicitária. Por meio das redes sociais, assumem o papel da mobilização social, no sentido da intervenção na sociedade, se apresentando apenas como um sistema que se adaptou ao modelo de democracia atual.

Aumentando a escala de análise para a Esplanada dos Ministérios, há uma contradição conceitual ao trabalhar com os movimentos sociais, nomeadamente com as manifestações. Se observarmos a Esplanada por uma ótica que entende o território de uma forma estadista<sup>9</sup>, podemos compreender a Esplanada como talvez como “espaço vital” do território Brasileiro, do Distrito Federal, por exemplo. Logo, a área de estudo dessa pesquisa se trataria de um *lugar* ou de um espaço, enfatizando nestes conceitos o recorte de uma base material, que por sua vez é carregado de conteúdo simbólico remetendo, entre outras questões, a política e a gestão do território nacional.

Todavia, observando ao nível de uma manifestação, percebe-se que a Esplanada é pode ser compreendida como um território, delimitado por relações de poder, onde existem aspectos como territorialidades, lugares, territorialismos<sup>10</sup> e monumentos, além de substrato material, fruto das relações sociais de produção do espaço, que viabiliza estratégias de defesa específicas para a dada área.

Em uma rápida revisão conceitual para discutir essa dualidade na interpretação, pode-se chegar à consideração que podemos interpretá-la como os dois, simultaneamente. Como Bonnemaïson (2000, *apud* Haesbaert 2016, p.27), unindo os dois conceitos, define o território o *lugar do poder*, que contemplando o espaço vivido, toda a dimensão cultural-simbólica do espaço utilizando o conceito de lugar, com a dimensão política do espaço, utilizando o conceito de poder.

Já Milton Santos (2017, p. 322), considera o lugar como um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições. Na Esplanada, não existem locais de moradias fixas, no entanto, se caracteriza como um local de trabalho. Existem empregos

---

<sup>9</sup>Fazendo referência a concepção do território *ratzeliana*, em que este seria compreendido com algo estritamente vinculado ao estado.

<sup>10</sup>Entendendo territorialismo como algo além da concepção comum de instinto animal, mas como uma questão de estratégia, como explicitado como Marcelo Lopes de Souza, em sua contribuição ao livro Geografia: conceitos e temas, por Castro, Gomes e Corrêa (org.) (2000).

informais e formais, no setor público e no setor privado. É um local de passagem, existe alto fluxo de linhas de ônibus, pela proximidade com a rodoviária, pelo alto número de pessoas regressando após o trabalho. É um ponto que movimenta o turismo do DF, possui uma significância histórica, religiosa e cívica. Simboliza o poder do estado brasileiro. Lá também ocorrem shows, desfiles, encontros e manifestações.

Entretanto, no momento das manifestações a Esplanada pode ser analisada conforme o conceito de território. Esse fenômeno será aprofundado mais à frente, no entanto, já é possível adiantar um pouco a discussão. Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 96), por exemplo, define o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

O conceito de poder, adotado pelo autor, é o elaborado por Hannah Arendt (2016, p. 60), que coloca o poder como uma “habilidade humana de não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, ele pertence a um grupo e existe enquanto esse grupo se conserva unido”. A autora também compreende o poder como algo oposto à violência. A violência seria algo que surge na decadência do poder, estaria mais perto do vigor e seria incapaz de surgir poder a partir da violência.

Na mesma linha, Souza (2000, p. 87) coloca que “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço do que espaços concretos” (se referindo ao substrato material da territorialidade). Sendo assim, ações de movimentos sociais e do Estado, carregadas de intencionalidade, podem resultar numa territorialização, desterritorialização e reterritorialização antes, durante e depois de uma manifestação.

É preciso considerar, também, o cuidado com a questão da escala. Lacoste (2016), fazendo uma reflexão sobre a escala e as questões geográficas que cercam este conceito, nos mostra que ao privilegiar certos níveis de análise pode ocorrer uma deformação ou ocultação dos fatores. Isso porque, independente da escala escolhida para análise, existem fenômenos ocorrendo ali, de diferentes dimensões, microscópicas ou quilométricas.

Ele chama atenção para um raciocínio geográfico e destaca que variar a escala não corresponde, necessariamente, a uma variação do nível de concepção, apesar de que os fatores que queremos observar são mais ou menos evidenciados de acordo com a escala. Este raciocínio geográfico corresponde, então, a uma forma de pensar e agir que considera assuntos no escopo da geografia e entendendo que estão todos relacionados. Portanto, é necessário ter um raciocínio geográfico para adaptar a escala de acordo com o nível de concepção. O nível de concepção, se refere a procedência e o impacto do fenômeno estudado. Exemplificando, ao estudar uma dada área podemos dar ênfase aos fenômenos que possuem escala de impacto global, que se originou

em outro país, ou podemos observar os fenômenos que se originaram e se manifestam localmente.

Como explicita Iná Castro (2000), a escala cartográfica é apenas uma representação geométrica que espelha a realidade. Justo por ser uma representação geométrica, material e cartográfica, ela não consegue transferir todos os fenômenos que estão ocorrendo, apenas aqueles que possuem uma estrutura material evidenciada. Nessa mesma linha, a variação da escala, agora geográfica, também implica em considerar o quanto e como um fenômeno pode alterar o seu impacto. Assim, “tão importante quanto saber que quando o tamanho muda, as coisas mudam, é saber como elas mudam e quais os novos conteúdos nas novas dimensões” (*ibidem*, p. 121), explica a autora.

Por fim, interpreta-se o território de forma prática e analítica. Rogério Haesbaert (2016) explana que um território prático se referir à interpretação amplamente utilizada por movimentos sociais, ligado à questão de ser utilizado como ferramenta política para reivindicações e disputas de poder, ou referir-se a práticas do cotidiano. O território analítico se trata da sua revisão conceitual, o seu uso jurídico, acadêmico e/ou filosófico, considerando as suas potencialidades, planejamento, regionalização. O autor ainda explica que tais interpretações não são opostas, são congruentes e uma complementa a outra.

Uma manifestação, no sentido de uma demonstração política composta por um grupo organizado de pessoas, se trata de um evento em um dado território prático. Como coloca Manuel Castells (2017) em *Redes de Indignação e Esperança*, os movimentos sociais abraçaram o espaço cibernético e as plataformas de Redes Sociais. Até porquê, diante do amplo uso das redes sociais *on-line e off-line* na sociedade contemporânea, os movimentos sociais também sofrem alterações, incluindo a conexão interpessoal.

Podemos citar o Facebook, Twitter e Whatsapp como plataformas que foram apropriadas por movimentos sociais para usufruir de sua capacidade de alta capacidade organizativa e comunicacional. Um grande exemplo são os eventos de Facebook, que podem ter uma grande abrangência, chegando a ter milhares de respostas de presença confirmada.

Neste sentido, trabalhando conceitualmente os eventos, para Milton Santos, um atributo principal do evento é o lugar. Ele pode ocorrer em escalas diferentes, mas possui um ponto de origem. Podemos observar a escala da produção do evento, ou seja, onde ocorreu a sua origem, e a escala do impacto do evento. Os eventos não se repetem, eles possuem uma singularidade e ocorrem num dado momento, e cada evento possui durações diferentes, tanto de sua ocorrência, como do seu impacto. Um momento, um instante, como dizia Henri Lefebvre (citado por Milton Santos em sua obra *A Natureza do Espaço*, 2017, p. 144) é uma totalidade,

com diversas possibilidades, e esgota uma à medida que o momento é vivido, criando e liberando sentido e ações.

Podemos fazer uma associação direta entre esses conceitos (território, eventos, redes sociais, etc) com as manifestações. Ela ocorre num dado território, porém pode ter uma escala de impacto que venha a extrapolá-lo. O momento em que cada uma ocorre não é o mesmo, mudam os integrantes e diferentes possibilidades podem se concretizar ou não. A internet e as redes sociais podem aumentar a escala de impacto de um momento e a grandiosidade de um evento, aumentando o número de adesão e conhecimento do mesmo, o que ocorreu nele e a comoção após sua ocorrência.

A ação coletiva, um aspecto da natureza social do ser humano é, como já vem sendo dito, o motor de uma manifestação política. Dentro dessa ação, existem relações de poder, nas quais possuem alto grau de complexidade. Uma ação, segundo Santos (2017, p. 78) se trata de “ ‘um processo, mas um processo dotado de propósito’, “o qual um agente, mudando alguma coisa, muda si mesmo”. Portanto, tais ações se materializam a partir das relações sociais, que por sua vez influenciam o espaço em diferentes formas: muros, migrações, guerras, acordos, etc. Entende-se como política a interpretação e organização desses aspectos.

## 5. CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS MANIFESTAÇÕES

Para a realização dessa pesquisa, como já foi dito anteriormente, utilizei uma amostra temporal das manifestações realizadas na Esplanada do Ministérios obtida ao longo de 1 ano (de 31/08/2016 a 31/08/2017). No entanto, não foi possível comparecer em todas as manifestações.

### 5.1. AS MANIFESTAÇÕES

Para identificar e registrar as manifestações foi feito o uso dos meios eletrônicos. Utilizando a rede social Facebook, foi possível estar a par dos eventos políticos que ocorriam. Nessa rede social, foi feita a inserção em “grupos”<sup>11</sup> direcionados ao debate e organização política, pertencentes a diversas linhas políticas e pesquisei na própria ferramenta de buscas da rede social sobre os possíveis “eventos”<sup>12</sup> e ‘páginas’<sup>13</sup> que organizaram ou podem organizar esses eventos. Também procurei reportagens em blogs, colunas e em jornais eletrônicos de grande alcance e financiamento como o G1, Correio Braziliense, El Pais, Metrôpoles, Folha, Estadão, Globo, e jornais de menor alcance e com um financiamento significativamente menor, como Brasil 247, Pragmatismo Político e Mídia Ninja. Assim como foram considerados relatos pessoais, notas de coletivos, fotos tiradas por terceiros, divulgações nas redes sociais, etc.

Deste modo, a relevância no noticiário e nas redes sociais se tornou um fator decisivo para o registro das manifestações, pois serviu de base para perceber a escala de alcance do evento. Seguindo o raciocínio de que eventos com baixo alcance de repercussão tiveram baixa adesão e/ou baixa divulgação e/ou baixa interferência no cotidiano político, quando comparamos à dimensão do poder simbólico e concreto da Esplanada dos Ministérios. Voltando em Milton Santos (2017, p. 95): “[...] o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é,

<sup>11</sup> Os grupos do Facebook são um espaço cibernético, de que você pode fazer parte ou não, destinado à discussão de uma determinada gama de temas. Eles podem ter um caráter secreto (só quem está dentro do grupo sabe que ele existe), fechado (só quem está dentro do grupo consegue ver o conteúdo que circula em seu interior, mas outras pessoas podem saber de sua existência e solicitar participação) e aberto (qualquer um na rede social pode saber da existência do grupo e pode ver o conteúdo que é publicado nele, sem ter que participar do mesmo). As formas de ingresso nesses grupos podem ser por meio de solicitação, pelo próprio pretendente, ou ser colocado por alguém que já está dentro. Existem casos em que é preciso aprovação de um administrador do grupo ou alguém que já está presente no grupo.

<sup>12</sup> Eventos do Facebook são outra forma de organização social online. Eles podem ser eventos privados, em que só se conseguem saber da existência se foi convidado, ou eventos públicos. Os eventos privados oferecem a resposta de confirmar o comparecimento ao evento, falar talvez, ou que não. Já os públicos, possuem a opção de marcar como interessado no evento, ou que vai comparecer.

<sup>13</sup> As páginas do Facebook são como se fossem blogs ou representações de organizações dentro da rede social. Essas organizações podem ou não atuar fora da rede social. Elas podem ser comparadas com uma pessoa jurídica, no sentido que também representam um sujeito abstrato, mesmo que quando são páginas acerca de pessoas físicas, citando a páginas de políticos por exemplo.

quando se perfaz e se completa. O evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes”.

Completando: embora um evento, que hipoteticamente não foi registrado nessa pesquisa, possa ter ocorrido no mesmo lugar que os outros, a sua escala de impacto e comoção foi menor. Isso não necessariamente deslegitima o evento/manifestação ou hierarquiza a importância dos mesmos, apenas dificulta o reconhecimento desses eventos cujas escalas de abrangência são menores para os registros dessa pesquisa.

Portanto, reconheço que um dos critérios para o registro foi, em primeiro lugar, a sua organização e/ou divulgação *online*. Então podemos dizer, que mesmo que os eventos não tenham sido 100% divulgados/organizados/reportados por meio de portais eletrônicos, pode-se dizer que algo sobre eles foi registrada na internet, e isso inclui os eventos sem adesão. Isto é, houve manifestações que foram marcadas como evento no Facebook, mas que resultaram em situação adversa: ninguém apareceu [o que foi constatado em trabalho de campo] ou apareceu pouca gente que seguiu para outro rumo, mudando a proposta do ato político, talvez para evitar o desgaste [político] [também constatado em trabalho de campo]; ou não teve nenhuma repercussão midiática, nem mesmo por parte dos próprios organizadores em suas páginas no Facebook [nesses casos não houve a comprovação empírica que a manifestação ocorreu].

Logo, entramos no segundo critério para o registro do evento: a repercussão do evento após ou durante sua ocorrência, seja por redes sociais como Facebook, Twitter ou Whatsapp, por blogs, ou por jornais eletrônicos. Não necessariamente foram aplicados os dois critérios, embora essa condição tenha sido bem recorrente, mas no mínimo, uma dessas condições tivera que constar para que tenha sido feito o registro.

Como ponto negativo nessa metodologia, temos a possível exclusão de manifestações que não foram divulgadas ou não repercutiram nesses meios eletrônicos. Todavia, também apresenta como ponto positivo as manifestações registradas nas mídias sociais que fazem parte dessa nova condição de integração entre os movimentos sociais e as redes sociais e, com isso, essa pesquisa pode auxiliar na melhor compreensão dessa relação e pensar os resultados que podem se desencadear a partir desse fenômeno.

As 27 manifestações que foram registradas no recorte espacial e temporal estão discriminadas no Quadro I.

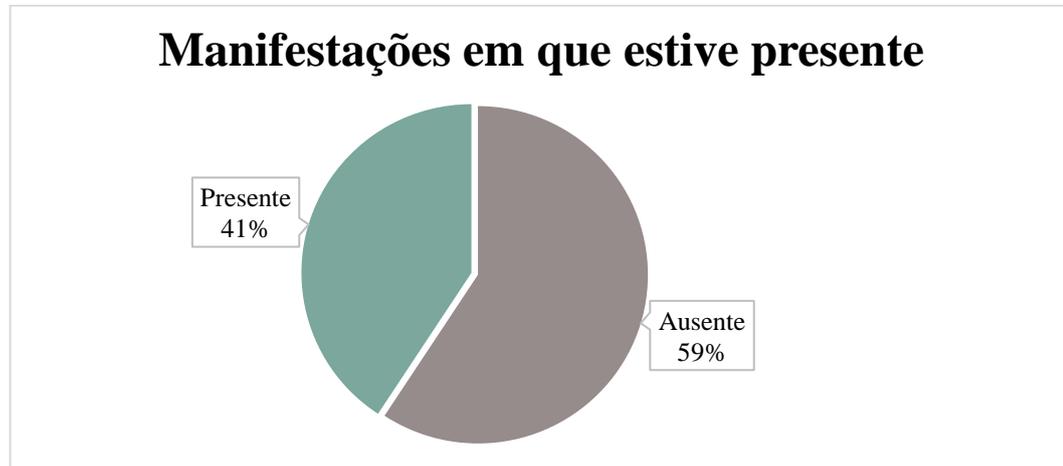
| Manifestações                                                    | Data     | Número estimado de participantes <sup>14</sup> | Conflito com a polícia |
|------------------------------------------------------------------|----------|------------------------------------------------|------------------------|
| Péssimas vindas a Temer                                          | 31/08/16 | 1.000                                          | Sim                    |
| Resistência nas Ruas - Fora Temer                                | 02/09/16 | <100                                           | Não                    |
| Grito dos Excluídos: Fora Temer                                  | 07/09/16 | 3.000                                          | Não                    |
| Paralisação Nacional -- Ato Fora Temer! Nenhum Direito a Menos!  | 22/09/16 | 2.500                                          | Não                    |
| Vem Pra Rua                                                      | 20/11/16 | <100                                           | Não                    |
| Ocupa Brasília                                                   | 29/11/16 | 30.000                                         | Sim                    |
| Vem Pra Rua                                                      | 04/12/16 | 1.500                                          | Não                    |
| 2º Ato Nacional Unificado Contra a PEC 55                        | 13/12/16 | 3.000                                          | Sim                    |
| Marcha das Mulheres                                              | 08/03/17 | 5.000                                          | Não                    |
| Dia nacional contra a reforma da previdência                     | 15/03/17 | 10.000                                         | Não                    |
| Chega de impunidade                                              | 26/03/17 | 500                                            | Não                    |
| Contra a Reforma da Previdência                                  | 31/03/17 | 1.000                                          | Sim                    |
| Acorrentamento dos Professores à Catedral Metropolitana          | 11/04/17 | 2.000                                          | Não                    |
| 1ª marcha do Acampamento Terra Livre 2017                        | 25/04/17 | 3.000                                          | Sim                    |
| 2ª marcha do Acampamento Terra Livre 2017                        | 27/04/17 | 3.000                                          | Não                    |
| Manifestação da 1ª Greve Geral de 2017                           | 28/04/17 | 3.000                                          | Não                    |
| Marcha da Maconha                                                | 06/05/17 | 500                                            | Sim                    |
| Manifestação contra a corrupção de Temer                         | 17/05/17 | 200                                            | Sim                    |
| Manifestação de "Despedida do Temer"                             | 18/05/17 | 1.500                                          | Sim                    |
| Estudantes em Brasília pela Retirada das Reformas #OcupaBrasília | 24/05/17 | 150.000                                        | Sim                    |
| 20ª Parada do Orgulho LGBTQI+ de Brasília                        | 25/06/17 | 60.000                                         | Não                    |
| Ato contra as Reformas e a Perseguição ao Presidente Lula        | 20/07/17 | 250                                            | Não                    |
| Liberdade Para Rafael Braga!                                     | 01/08/17 | <100                                           | Não                    |
| Ato Fora Temer – Brasília                                        | 02/08/17 | 100                                            | Não                    |
| Vigília da Justiça                                               | 15/08/17 | 100                                            | Não                    |
| Julgamento da ADIn 3.239 no STF                                  | 16/08/17 | 300                                            | Não                    |
| Jornada de Lutas da Juventude: contra os cortes na educação      | 17/08/17 | <100                                           | Não                    |

*Quadro 1: manifestações ocorridas na Esplanada dos Ministérios no período de 31/08/2016 a 31/08/2017 analisadas no estudo, destacando o número de participantes e o conflito com a polícia*

Estive presente em 11 (41%) dos 27 eventos registrados (Figura 1). É importante colocar que o fato de não ter me feito presente na maioria das ocasiões, não compromete a cientificidade da pesquisa. Isso porque procura-se padrões de ocorrências nos atos políticos, e todos os dados necessários para fazer tais associações que promovem a relevância e o caráter

<sup>14</sup> O número de participantes foi estimado de acordo com o número divulgado pela polícia e o número divulgado pela organização. Não foi feita uma média ou mediana desses valores, mas foram avaliados de acordo com o juízo de valor do pesquisador. Números incompatíveis com as fotos ou com as experiências em campo foram diminuídos ou aumentados, variando de acordo com a situação. Também ocorreu de descartar uma fonte (polícia ou organização) em detrimento da outra, por uma estar a ter mais precisão, conforme o observado em trabalho de campo.

científico dessa pesquisa foram constatados. As questões constatadas (que serão explanadas no próximo capítulo), acabam se extrapolando e validando outros eventos pela repetição e esgotamento das variações, formulando padrões nas manifestações.



*Figura 2: presença nas Manifestações*

Não faz parte dos objetivos dessa pesquisa analisar a indignação que levou um grupo a se manifestar. O que se analisa aqui é a indignação no momento da manifestação, isto é, não buscando entendê-la a partir de uma perspectiva do sujeito, mas observar como ela é externalizada. Será aprofundada essa questão no próximo capítulo. Aqui, procura-se destacar que não podemos entender fatores isoladamente. Cada uma das questões que trato aqui influenciam e são influenciadas por outros aspectos da manifestação. Essa troca de influências é o que vai resultar no fenômeno da manifestação como um movimento coletivo.

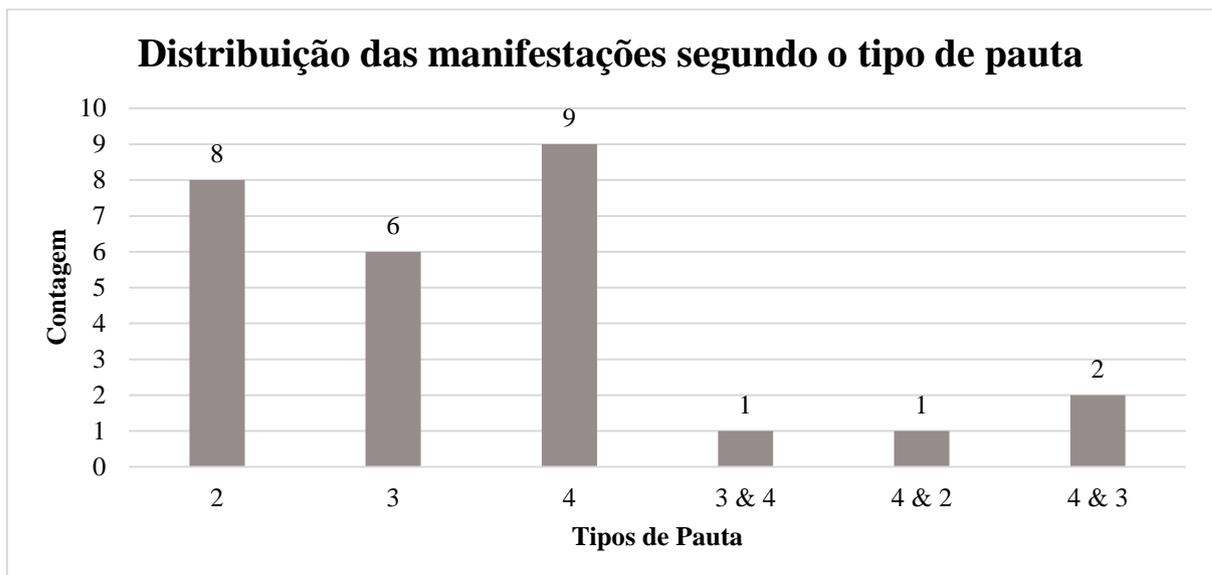
## **5.2. AS TIPOLOGIAS DAS MANIFESTAÇÕES**

A reivindicação (principal e secundária) proposta pela manifestação, faz parte dessa indignação externalizada, que, por sua vez, integra os fatores que compõem uma manifestação, e a análise é necessária para compreendê-la. Proponho, portanto, uma divisão em 4 categorias ou tipos as possíveis pautas presentes numa manifestação.

Essa proposta foi fundamentada com base na observação presencial e online das manifestações, percebendo os padrões que cada uma segue. Foram 3 aspectos que determinaram a categorização dos tipos de pauta apontados na figura 3 (a seguir): (a) quem organizou a manifestação? Uma organização política direcionada para causas gerais ou para causas específicas? (b) a que remetem o nome, a descrição e a publicidade da manifestação? Por último, (c) os cartazes e outros aspectos referente ao recado que a manifestação queria passar, podendo observá-los por presencialmente ou através de sua repercussão online. Considerando esses três aspectos, foram identificados 4 tipos de pautas, assinalando que pode haver

manifestações com pautas mistas (envolvendo mais de um tipo). Na Figura 3 é apresentada a distribuição das manifestações analisadas segundo essa tipologia.

- Tipo 1: Políticas envolvendo parcerias público-privado (ex.: privatizações, preço de passagem de ônibus, construções de hidroelétricas...);
- Tipo 2: Preconceito, igualdade, conquista de direito e/ou legalização de atividade para um (ou mais) grupo social (ex.: marcha LGBT, marcha das mulheres, marcha indígena, legalização da maconha ou do aborto...);
- Tipo 3: Políticas envolvendo o orçamento e políticas sociais (ex.: educação pública, saúde pública, previdência social, assistência social...);
- Tipo 4: Assuntos relacionados ao descumprimento da lei, ética ou ideologias de conjuntura política (ex.: contra a corrupção, judiciário tendencioso, fora Temer, fora Dilma, fora PT, Fora Cunha...).



*Figura 3: Distribuição Das Manifestações Segundo O Tipo De Pauta*

O tipo 1 de pauta não teve nenhuma manifestação registrada no recorte espacial estudado, ainda assim, esse tipo foi mantido na tipologia proposta por constituir pautas de grande relevância para o contexto histórico dos movimentos sociais na totalidade. Foram registradas, no entanto, manifestações em locais próximos à Esplanada, como as 3 manifestações contra o aumento da passagem, que se iniciaram na Rodoviária do Plano Piloto (no caso da 3ª, ela permaneceu lá) e foram em direção ao Palácio do Buriti.

É fato que uma manifestação não se resume em apenas uma pauta ou posição política. Ao realizar essa divisão, incorre-se, inevitavelmente, no reducionismo. Mas, nesse caso, o reducionismo age mais em prol da análise final das manifestações que ocorreram no período,

do que na omissão de fatores da manifestação. A fotografia, o trabalho de campo e a leitura de matérias jornalísticas, por exemplo, são utilizadas para compensar essa omissão.

Em 4 casos não foi possível rotular a manifestação em apenas uma tipologia de pauta. O número que aparece primeiro se refere à pauta principal da manifestação. O número que aparece em segundo se refere às pautas que foram abarcadas na manifestação, seja devido ao contexto, por interferência dos organizadores, ou pela abundância de cartazes/gritos em direção a uma pauta diferente do tipo principal da manifestação.

É difícil considerar outros autores para subdividir as manifestações, pois existem estudos sobre os tipos de movimentos sociais, mas não as manifestações que eles promovem. Ambos devem ser considerados separadamente, até porque não necessariamente um movimento social promove uma manifestação alinhada com sua proposta principal de reivindicação. Gohn (2000), ao considerar uma divisão interna entre as reivindicações dos movimentos sociais, elabora uma proposta que atua complementarmente a essa divisão. Inicialmente, parte-se da ideia de que “a análise sobre os movimentos sociais não pode ser separada da análise de classe social, mas também não podemos resumir os movimentos a algo determinado pelas classes”.

Ela também define 4 formas de diferenciação. A primeira, se trata dos interesses comuns de um grupo. Por si só, as características não podem definir um movimento, é necessário criar e renovar os repertórios de suas ações, ideias e valores. A segunda se trata justamente da questão da ação. Referente ao lugar em que um movimento atua e de onde parte sua atuação. Poderíamos, nesse caso, perguntar se trata de uma atuação mais geral, que permeia classes sociais e fica apenas em questões culturais, ou é uma questão restrita a uma determinada classe? A terceira é relativa ao tipo de ação ao fazer seu protesto ou reivindicação: violenta, pacífica, artística, etc. E, por último, a quarta é onde ocorre essa ação. Ocorre em espaços públicos, privados, institucionais, na internet?

### **5.3. CATEGORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DOS MANIFESTANTES**

A categorização dos movimentos sociais abarca duas instâncias: os grupos organizadores e os grupos que estavam presentes. Em ambos os casos deve ser considerado que pode existir mais que um grupo agindo em conjunto ou presente na manifestação.

Os organizadores e manifestantes das manifestações registradas foram categorizados em 10 tipos. Descrevendo cada um na ordem alfabética apresentada no quadro 2, os ativistas independentes representados aqui não são aqueles ditos autonomistas, que seguem teorias com raízes anarquistas, como a autogestão e a organização horizontal do poder, ou simplesmente aqueles que não estão vinculados à alguma organização política. Refire-se àqueles ativistas que

não são engajados no movimento estudantil ou em movimentos sociais, nem possuem atuação através de sindicato ou partido. São os ativistas esporádicos, engajados na política, que, devido a alguma indignação, resolveram se manifestar. Só houve um registro na organização, que foi a Manifestação de "Despedida do Temer".

A organização feita por um Coletivo artístico foi registrada uma vez, na organização do primeiro evento registrado no recorte temporal, a manifestação de “péssimas vindas a Temer”. Remete à relação da arte com a política. A organização feita por figura pública remete a políticos, ocupando um cargo ou não. Apesar de normalmente estarem vinculados a um partido, eles se diferem dessa organização pela chamada da manifestação estar vinculada ao nome da pessoa, e não ao partido.

A organização indígena se refere a movimentos sociais que tem a pauta indigenista como sua principal, entre os exemplos, destaca-se a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), ao organizar anualmente o Acampamento Terra Livre em defesa dos direitos e da visibilidade dos indígenas e da demarcação de suas terras.

O movimento social lato sensu (M. social lato sensu), refere-se a uma categoria geral dos movimentos sociais, que não são organizados da forma “clássica” de sindicato, partidária e, mais recentemente, estudantil (embora isso não exclui que podem existir pessoas organizadas dessa forma no movimento). Para citar alguns exemplos: VemPraRua.net, Grito dos Excluídos, Marcha da Maconha, Avaaz, Parada [LGBT] Brasília, Articulação das Mulheres Brasileiras, entre outros.

A manifestação espontânea ocorreu uma vez, na manifestação “contra a corrupção de Temer”. Ela nada mais é que, sem uma organização prévia, grupos organizados e indivíduos decidem ir se manifestar sem marcar com antecedência. Ela ocorreu após o vazamento do áudio do presidente Michel Temer falando com o empresário Joesley Batista<sup>15</sup>, em que se deduz que existe um esquema de corrupção.

Na categoria de movimento estudantil estão contidas as organizações de curso como Centros/Diretórios Acadêmico, secundaristas e universitários autônomos ou organizados por meio de juventudes (organizações políticas destinadas aos jovens), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE’s), União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros.

Partidário se refere àquelas manifestações que foram organizadas por partido políticos, como o Partido dos Trabalhadores e Partido Socialismo e Liberdade.

---

<sup>15</sup> Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-trechos-da-conversa-entre-temer-e-joesley-que-foram-recuperados-pela-pf.ghtml>>.

A organização quilombola é aquela que efetuada por membros da comunidade quilombola, sendo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) a única representante no período registrado. As ações políticas da comunidade quilombola, apesar de ter pautas congruentes com as da comunidade indígena, preferi por representá-las separadamente. A articulação conjunta ocorreu nas manifestações contra a ADIn° 3239<sup>16</sup>, Vigília da Justiça e Julgamento da ADIn° 3239 no STF, mas no geral, foram registrados mobilizações separadas. Além do fato de destacar a presença desses dois grupos políticos, frequentemente invisibilizadas, e não os generalizar as suas ações.

A organização sindical<sup>17</sup> se refere à sindicatos e organizações trabalhistas como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Sindicato dos Professores do DF (SINPRO-DF), entre outros.

A organização desses eventos foi percebida seguindo uma metodologia que se baseou na observação virtual da manifestação, por meio do Facebook, notícias publicadas na internet, comparecimento ao evento e observação das chamadas ao evento. No Facebook, quando se faz um “evento”, existe a condição de organizador e co-organizador do evento. Ao fazer a reportagem, muitas vezes indicam a organização. Além das fotos que são publicadas na reportagem, que podem ser utilizadas para deduzir a organização. Quando se observam carros de som, carros de apoio, caixas de som ou coisas do tipo, também se infere que o provedor é um dos organizadores. Por último, as chamadas para o evento também indicam a organização. O reconhecimento dos organizadores não é feito observando apenas um ou outro meio citado, e sim utilizando-os em conjunto para se chegar à melhor conclusão. A próxima tabela (tabela 1) mostra a contagem das vezes em que um dado grupo organizou uma manifestação no período registrado.

---

<sup>16</sup>Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239, votada no STF, referente ao direito à posse de terras das comunidades quilombolas.

<sup>17</sup> Foram incluídas nessa legenda também organizações como o MST e MTST. Apesar de não serem uma organização sindical, representam uma categoria de trabalhadores e se manifestam de uma forma similar.



*Figura 4: sindicatos Se Fazem Presentes No Carro De Som, Indicando Organização Centralizada*

Uma manifestação, à medida em que ela ocorre, pode tomar diversos rumos a depender das variáveis internas e externas ao evento. No próximo capítulo essa noção será aprofundada, mas entre essas variáveis, introduz-se agora a questão dos manifestantes e sua orientação política. Um ato político pode ter sido organizado para agregar apenas estudantes, ou apenas pessoas de orientação política  $x$ , mas acabou-se por agregar outras categorias além dessas, com outras orientações políticas. Percebeu-se que a escala de impacto de uma divulgação não ocorre controladamente: há uma intencionalidade e um resultado que pode vir a ser diferente dos objetivos traçados. Tal fato pode vir a mudar os rumos da própria manifestação, já que um dos fatores que influenciam os rumos desta última são aqueles que estão participando da mesma.

A percepção dos manifestantes se fez da mesma forma que a percepção da organização: utilizando reportagens, redes sociais e a presença física nas manifestações. No entanto, a manifestação é um evento em que se busca comoção externa, e se faz presente quem é notado por suas bandeiras, cartazes, vestimentas, acessórios, gritos, etc. (como pode ser visto na figura 4). Uma manifestação sindicalista, por exemplo, pode até agregar estudantes, mas pelo fato de eles estarem dispersos e em pouca quantidade, não são contabilizados. Outro exemplo, se uma grande emissora de TV entrevistar um estudante nessa mesma manifestação sindicalista, ela passa a ter uma nítida representação estudantil, justamente pela questão da escala de impacto do evento.

No quadro 2 também está disposto em **negrito** a categoria dos presentes na manifestação e, embaixo de cada categoria, a orientação política que se fez presente cada vez que aquela categoria foi se manifestar. A orientação política descrita não diz respeito à

orientação do grupo, apenas quais orientações políticas se fizeram presentes nos dias em que ela foi se manifestar. As categorias são as mesmas elaboradas para observar os organizadores da manifestação. Não só existe mais de uma categoria organizadora, mas existe mais de uma categoria compondo o grupo de manifestantes, e conseqüentemente as orientações políticas. Portanto, acaba ocorrendo o mesmo ao somar o número de manifestações e as orientações políticas, não se chega num total, pois uma manifestação normalmente tem mais que um grupo político presente, com mais de uma orientação política. Neste sentido, o quadro 2 mostra apenas a quantidade de vezes que um grupo compareceu a uma manifestação, existindo ocasiões em que mais de um grupo participou.



Figura 5: manifestantes retornam do congresso, enquanto algo queima ao fundo.

Ao que diz respeito da legenda *esquerda*, refere-se aos grupos orientados pelas variações das ideologias marxistas, em direção ao socialismo e comunismo. Já a *direita*, considera-se aqueles que valorizam o privatismo capitalista, diminuição do aparato estatal e liberalismo econômico. A respeito do *centro-esquerda*, é uma orientação conciliadora entre as ideologias de esquerda e direita, que tendendo mais para a esquerda, podendo exemplificar com algumas ONGs. A orientação política *monarquista* se refere aos que pedem a reinstalação de um regime monárquico no Brasil. O *anarquismo* se refere às variações da ideologia do anarquismo clássica que surgiu em meados do século XVIII, que se opõe ao capitalismo, defendendo as organizações coletivas com poder horizontalizado e a aniquilação do Estado.

O *indigenismo*, apesar de frequentemente se alinhar com o pensamento da esquerda como veremos a seguir, neste caso se refere à uma orientação política que visa garantir os direitos, autonomia e voz na sociedade brasileira, indo congruentes com ideias descolonizadas.

Ela se difere das outras porque não visa, a princípio, mudar a forma que se organiza o estado brasileiro, e sim ter sua própria autonomia e nação garantido pelo mesmo. Muitos alinhados com essa orientação se veem obrigados a entrar no sistema para garantir essa autonomia. Os que *não se enquadram* numa orientação política ocidental, também se referem àqueles que priorizam seu próprio grupo, e não visam transformar a sociedade/ nação brasileira como um todo. O único caso registrado foi o dos quilombolas. E por último, o grupo *sem orientação política definida*, que é relativo aos grupos que estão advogando por uma pauta específica e creem que sua pauta perpassa uma orientação política específica. Os casos registrados foram os da Marcha da Maconha e a Parada LGBT.

Os gritos, as vestimentas e acessórios, os coletivos presentes, cartazes, faixas e a organização são fatores fundamentais na indicação da orientação política. Tanto a presença desses símbolos políticos quanto a ausência deles podem auxiliar na interpretação da orientação da manifestação. Na marcha da maconha, por exemplo, existiam grupos que, nitidamente, eram inexperientes em manifestações, sem cartazes, com camisetas neutras, que não expressavam outro pensamento senão o da legalização da maconha. O mesmo na parada LGBT. Nesta última, no carro de som principal mostrava apoio/patrocínio da empresa UBER, contrariando alguns preceitos do pensamento de esquerda, que, muito frequentemente, advoga pela causa.

E então, no quadro 2, está disposta os grupos na organização das manifestações, as vezes em que um grupo se fez presente como organizador e quando esses grupos estavam como manifestantes, quais eram as orientações políticas que se fizeram aparentes. A construção dos eventos ocorre devido ao esforço de diversos agentes e atores, nem sempre coordenados entre si. Por isso, se somarmos as contagens, elas não totalizam 27 ou 100%. Muitas manifestações foram organizadas por diversas categorias, e abaixo está listado apenas quantas vezes uma categoria participou da organização e o que isso representa relativo a 100% das manifestações. O mesmo ocorre em relação aos manifestantes. A orientação política foi somente contabilizada encarando o grupo como manifestantes, e não organizador. Orientação política foi escolhida para caracterizar os manifestantes e não os organizadores porque foram considerados mais influentes que a organização, no sentido de caracterizar politicamente uma manifestação. Dessa forma o “\*” simbolizam as categorias contabilizadas apenas ao se tratar de organizadores, e não como manifestantes, pelo fato de sua baixa ou imperceptível adesão enquanto participante marcante na manifestação.

| Categoria dos organizadores/manifstantes e, abaixo, as orientações política dos grupos presentes em manifestações junto a essas categorias | Contagem das participações enquanto organização |            | Contagem das participações enquanto manifestantes e das orientações políticas presentes nessas manifestações |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
|                                                                                                                                            | Absoluta                                        | Relativa   | Absoluta                                                                                                     | Relativa    |
| <b>Ativistas Independentes</b>                                                                                                             | <b>1</b>                                        | <b>4%</b>  | <b>12</b>                                                                                                    | <b>100%</b> |
| Esquerda                                                                                                                                   |                                                 |            | 8                                                                                                            | 67%         |
| Direita                                                                                                                                    |                                                 |            | 5                                                                                                            | 42%         |
| Indigenista                                                                                                                                |                                                 |            | 3                                                                                                            | 25%         |
| Sem Orientação Política Definida                                                                                                           |                                                 |            | 2                                                                                                            | 17%         |
| Monarquista                                                                                                                                |                                                 |            | 1                                                                                                            | 8%          |
| Centro Esquerda                                                                                                                            |                                                 |            | 1                                                                                                            | 8%          |
| Anarquista                                                                                                                                 |                                                 |            | 1                                                                                                            | 8%          |
| Não se enquadram                                                                                                                           |                                                 |            | 1                                                                                                            | 8%          |
| <b>Coletivo Artístico*</b>                                                                                                                 | <b>1</b>                                        | <b>4%</b>  | -                                                                                                            | -           |
| <b>Figuras Públicas*</b>                                                                                                                   | <b>1</b>                                        | <b>4%</b>  | -                                                                                                            | -           |
| <b>Filiados à partido/Organização partidária</b>                                                                                           | <b>3</b>                                        | <b>11%</b> | <b>6</b>                                                                                                     | <b>100%</b> |
| Direita                                                                                                                                    |                                                 |            | 3                                                                                                            | 50%         |
| Esquerda                                                                                                                                   |                                                 |            | 3                                                                                                            | 50%         |
| Monarquista                                                                                                                                |                                                 |            | 1                                                                                                            | 17%         |
| Sem Orientação Política Definida                                                                                                           |                                                 |            | 1                                                                                                            | 17%         |
| Anarquista                                                                                                                                 |                                                 |            | 1                                                                                                            | 17%         |
| <b>Indígena</b>                                                                                                                            | <b>4</b>                                        | <b>15%</b> | <b>5</b>                                                                                                     | <b>100%</b> |
| Esquerda                                                                                                                                   |                                                 |            | 4                                                                                                            | 80%         |
| Indigenista                                                                                                                                |                                                 |            | 3                                                                                                            | 60%         |
| Centro Esquerda                                                                                                                            |                                                 |            | 1                                                                                                            | 20%         |
| Direita                                                                                                                                    |                                                 |            | 1                                                                                                            | 20%         |
| Anarquista                                                                                                                                 |                                                 |            | 1                                                                                                            | 20%         |
| Não se enquadram                                                                                                                           |                                                 |            | 1                                                                                                            | 20%         |
| <b>Manifestação espontânea*</b>                                                                                                            | <b>1</b>                                        | <b>4%</b>  | -                                                                                                            | -           |
| <b>Movimento Estudantil</b>                                                                                                                | <b>9</b>                                        | <b>33%</b> | <b>16</b>                                                                                                    | <b>100%</b> |
| Esquerda                                                                                                                                   |                                                 |            | 16                                                                                                           | 100%        |
| Anarquista                                                                                                                                 |                                                 |            | 6                                                                                                            | 38%         |
| Direita                                                                                                                                    |                                                 |            | 2                                                                                                            | 13%         |
| Sem Orientação Política Definida                                                                                                           |                                                 |            | 2                                                                                                            | 13%         |
| <b>Organizados em M.S. (lato sensu)</b>                                                                                                    | <b>13</b>                                       | <b>48%</b> | <b>11</b>                                                                                                    | <b>100%</b> |
| Esquerda                                                                                                                                   |                                                 |            | 7                                                                                                            | 64%         |
| Direita                                                                                                                                    |                                                 |            | 4                                                                                                            | 36%         |
| Indigenista                                                                                                                                |                                                 |            | 3                                                                                                            | 27%         |
| Sem Orientação Política Definida                                                                                                           |                                                 |            | 2                                                                                                            | 18%         |
| Monarquista                                                                                                                                |                                                 |            | 1                                                                                                            | 9%          |
| Centro Esquerda                                                                                                                            |                                                 |            | 1                                                                                                            | 9%          |
| Não se enquadram                                                                                                                           |                                                 |            | 1                                                                                                            | 9%          |
| <b>Quilombolas</b>                                                                                                                         | <b>2</b>                                        | <b>7 %</b> | <b>1</b>                                                                                                     | <b>100%</b> |
| Indigenista                                                                                                                                |                                                 |            | 2                                                                                                            | 100%        |

| Categoria dos organizadores/manifestantes e, abaixo, as orientações política dos grupos presentes em manifestações junto a essas categorias | Contagem das participações enquanto organização |             | Contagem das participações enquanto manifestantes e das orientações políticas presentes nessas manifestações |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
|                                                                                                                                             | Absoluta                                        | Relativa    | Absoluta                                                                                                     | Relativa    |
| Não se enquadram                                                                                                                            |                                                 |             | 2                                                                                                            | 100%        |
| <b>Sindicalistas</b>                                                                                                                        | <b>9</b>                                        | <b>33%</b>  | <b>12</b>                                                                                                    | <b>100%</b> |
| Esquerda                                                                                                                                    |                                                 |             | 12                                                                                                           | 100%        |
| Anarquista                                                                                                                                  |                                                 |             | 4                                                                                                            | 33%         |
| Direita                                                                                                                                     |                                                 |             | 1                                                                                                            | 8%          |
| <b>Total de Manifestações</b>                                                                                                               | <b>27</b>                                       | <b>100%</b> | <b>-</b>                                                                                                     | <b>-</b>    |

*Quadro 2: grupos que organizaram manifestações; as vezes em que um grupo se fez presente como organizador; as vezes em que um grupo se fez presente na manifestação; e quando esses grupos estavam como manifestantes, quais eram orientações políticas que se fizeram aparentes. O “\*” simbolizam as categorias contabilizadas apenas ao se tratar de organizadores, e não como manifestantes.*

Observando o quadro acima e comparando-o com anterior, percebe-se que existem diferentes relações entre as participações enquanto organizadores e manifestantes. Os ativistas independentes participam mais do que organizam. Isso por causa da própria categorização deles: pessoas ativas politicamente, desvinculadas de organizações políticas, que se enquadram como manifestantes esporádicos. É caracterizada por ser a mais eclética das categorias, tendo indivíduos de diversas orientações que se comovem pelas pautas e se manifestam, não sendo um grupo que pertence a uma só orientação nem muito seletivo quanto à sua participação junto a outros grupos. Um dado que não é evidenciado é que a direita se fez presente 5 vezes neste recorte temporal. Em todas, esses *ativistas independentes* estavam presentes, se caracterizando, portanto, como um dos principais grupos que compõem a direita brasileira, e talvez, a brasileira.

O coletivo artístico, figuras públicas e manifestações espontâneas, foram categorias delimitadas apenas para fins de percepção organizacionais, e não de presença nas manifestações. Será, no próximo capítulo, discutido um pouco sobre as questões das atrações e intervenções artísticas que ocorrem durante uma manifestação.

Sindicalistas e organizações partidárias possuem uma boa média de participação em relação à organização. Em 2013, quando houve os levantes de junho, os partidos e bandeiras de organizações de movimento social em geral foram duramente reprimidos. Em 2015, após as eleições, com a volta dos escândalos de corrupção e consolidação da Lava Jato, perde-se mais a confiabilidade em Partidos Políticos. Isso pode explicar uma relativamente baixa participação dos partidos políticos nas manifestações. Já os Sindicatos, são os mais expressivos se contarmos com as organizações e participações em atos, junto com o movimento estudantil e organizações de movimentos sociais no sentido *lato sensu*.

É importante notar que os sindicatos costumam estar presente junto com os que compartilham a ideologia de esquerda, podendo ser relacionado com o fato de tal ideologia defender o poder aos trabalhadores e o reconhecimento da ausência do mesmo. A organização Partidária, por outro lado, é equivalente entre a direita e a esquerda. Deduz-se que isto se deve à diversidade na maior orientação política ao se tratar de partidos políticos do que em sindicatos, onde é mais recorrente a orientação de esquerda, devido à sua construção histórica.

Os indígenas e Quilombolas, como já foi dito, não se enquadram na clássica distinção ocidental entre orientações políticas de esquerda e direita. São comunidades tradicionais, têm interesses adversos da sociedade “ocidentalizada”. A sua organização e participação em manifestações visam, em geral, interesses próprios. Não no sentido do egoísmo, mas no sentido de se livrar das políticas com mentalidades colonizadoras. Muitas vezes, essas pautas entram em consonância com o pensamento de esquerda e anarquista, por isso, se manifestam junto.

O movimento estudantil sem dúvida é o movimento mais expressivo durante o período de tempo pesquisado. Esteve presente em quase 2/3 das 27 manifestações, abrangendo os tipos de pautas 2, 3 e 4, tendo organizado 9 manifestações. Ou seja, não só se faz presente, como organiza as demonstrações políticas e abrangem diversas pautas. Sem dúvida é um dos movimentos protagonistas do grito “fora Temer”, sendo composto majoritariamente pela esquerda e por anarquistas. Infere-se que o ambiente escolar e universitário é um ambiente de debate e fomento político, dando espaço às indignações e com isso, reivindicações. Também existe a questão do tempo: entre estudantes é mais fácil de se deparar com integrantes da população economicamente inativa, ou seja, pessoas não inseridas no mercado de trabalho. Em alguns casos, estagia 6 horas ao dia. Isso lhe proporciona mais tempo e disposição para exercer seu direito de se manifestar. Também, em sua maioria, composto por jovens, possuem uma taxa de fecundidade menor, reforçando a relação com a disponibilidade de tempo.

O nome “movimento social *lato sensu*” surgiu de uma nota de rodapé de Marcelo Lopes de Souza (2015) em que ele fala sobre os movimentos sociais *stricto sensu*. O que se intenta é enquadrar diversas organizações reivindicadoras numa categoria, sem distinção de orientação política ou tipo de reivindicação, tendo com requisito apenas ser algo sem vínculo estudantil, sindical ou partidário. Consequentemente, essa categoria aglutina organizações diversas entre si e é importante desatacar que, por isso, o movimento *lato sensu* que se manifestou junto aos indígenas não foi a mesma que esteve com os monarquistas.

O quadro a seguir (quadro 2) também reflete cada orientação política e qual tipo de pauta que ela mais reivindica. O que é importante perceber nele é que a orientação 4, que trata justamente de assuntos relacionados ao descumprimento da lei, questões éticas e ideológicas

em relação à conjuntura política. Isso por causa do período pesquisado, em que existia a polêmica do *impeachment* e da posse de Michel Temer na Presidência do país. Além das questões relacionadas à Operação Lava Jato e dos escândalos de corrupção que foram descobertos nessa operação e em outras.

No entanto, percebe-se que as orientações de direita, monarquistas, e de centro-esquerda, só se manifestaram em torno dessa tipologia de pauta. Suas intervenções políticas costumavam ser baseadas em juízos de valor, essencialmente relativizados, brandos e sem objetividade. Operam, por exemplo, defendendo o “cidadão de bem” e a “família tradicional brasileira”, que representam símbolos de um conservadorismo colonial. A sua pauta principal, “contra a corrupção” não é tão objetiva e baseada numa ética comum. Parte também de valores conservadores como “bons costumes”. Essas qualidades são vistas apenas em políticos de direita, mas também em grupos que possuem certa tendência à direita, vulgo os de “centro”. Ou seja, o discurso de isenção e neutralidade, substituindo a ideologia pela valorização da ética se auto invalida no momento em que são consideradas apenas propostas elitizadas e economicamente liberais.

| Orientação política dos manifestantes e o tipo de pauta da manifestação em que estiveram presentes | Contagem das presenças na manifestação/Tipo de pauta |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| <b>Anarquista</b>                                                                                  | <b>6</b>                                             |
| Pautas do tipo 3                                                                                   | 3                                                    |
| Pautas do tipo 4                                                                                   | 2                                                    |
| Pautas do tipo 2                                                                                   | 1                                                    |
| <b>Centro-Esquerda</b>                                                                             | <b>1</b>                                             |
| Pautas tipo 4                                                                                      | 1                                                    |
| <b>Direita</b>                                                                                     | <b>5</b>                                             |
| Pautas tipo 4                                                                                      | 5                                                    |
| <b>Esquerda</b>                                                                                    | <b>22</b>                                            |
| Pautas do tipo 2                                                                                   | 6                                                    |
| Pautas do tipo 3                                                                                   | 6                                                    |
| Pautas do tipo 4                                                                                   | 6                                                    |
| Pautas dos tipos 4 & 3                                                                             | 2                                                    |
| Pautas dos tipos 3 & 4                                                                             | 1                                                    |
| Pautas dos tipos 4 & 2                                                                             | 1                                                    |
| <b>Indigenista</b>                                                                                 | <b>2</b>                                             |
| Pautas do tipo 2                                                                                   | 2                                                    |
| Pautas do tipo 4                                                                                   | 1                                                    |
| <b>Monarquista</b>                                                                                 | <b>1</b>                                             |
| Pautas do tipo 4                                                                                   | 1                                                    |
| <b>Não se enquadram</b>                                                                            | <b>3</b>                                             |
| Pautas do tipo 2                                                                                   | 3                                                    |

| Orientação política dos manifestantes e o tipo de pauta da manifestação em que estiveram presentes | Contagem das presenças na manifestação/Tipo de pauta |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| <b>Sem Orientação Política Definida</b>                                                            | <b>1</b>                                             |
| Pautas do tipo 2                                                                                   | 1                                                    |

*Quadro 3: orientação política em relação ao tipo de sua reivindicação*

As orientações indigenistas, orientações que não se enquadram e pessoas sem orientação política se encontram protestando, naturalmente, pela tipologia de pauta 2. Ela representa um protesto direcionado ao preconceito, igualdade, conquista de direito e/ou legalização de atividade para um (ou mais) grupo social. Ou seja, algo muito mais direcionado, que, na visão dos que estão protestando, extrapola uma orientação política ou não necessita de uma orientação para defendê-la. É importante constar que esse tipo pauta também consta em legendas de esquerda e anarquista. Naturalmente, as pessoas dessas orientações também protestam por tais pautas.

É importante perceber como é falho o discurso de que uma reivindicação “x” pode perpassar uma orientação política, ou não precisa de orientação política para defendê-la. Isso pode até ser um fato, mas quem está de fato se mobilizando concretamente, por meio de manifestações, para defender essas pautas são os grupos sociais afetados, esquerda e anarquistas.

Por último, as pautas de tipologia 3, que trata de políticas públicas envolvendo o orçamento e a seguridade social. Esta se vê exclusivamente contidas em ações da esquerda e anarquista. Preocupações relacionadas com essa tipologia também foram vistas em grupos que são ativistas dentro da tipologia 2, exemplo: saúde indígena, acesso das mulheres e/ou LGBTs ao tratamento da saúde mental e física. Mas é algo não foi distinto o suficiente da tipologia 2 para ser entendido como algo separado.

No intuito de finalizar a caracterização das manifestações, entro agora na descrição dos manifestantes. É uma forma de equilibrar a abordagem. Se por um lado analiso a manifestação por aquilo que ela externaliza como um coletivo, por outro lado, observo-a por suas características externalizadas individualmente, que formam tendências coletivas, mas que também elucidam a heterogeneidade de pensamento dos manifestantes.

A figura 6, a seguir, demonstra que existe uma tendência das respostas referente à idade dos respondentes a se concentrarem entre 18 e 26 anos. Entre esse intervalo estão concentrados cerca de 87% das respostas ao questionário. O que levanta outra hipótese: a forte presença do movimento estudantil nas manifestações não se dá apenas devido à maior

disponibilidade de tempo. Tem a ver também com a integração entre os movimentos sociais e as redes sociais. Trata-se de uma questão de geração<sup>18</sup>.

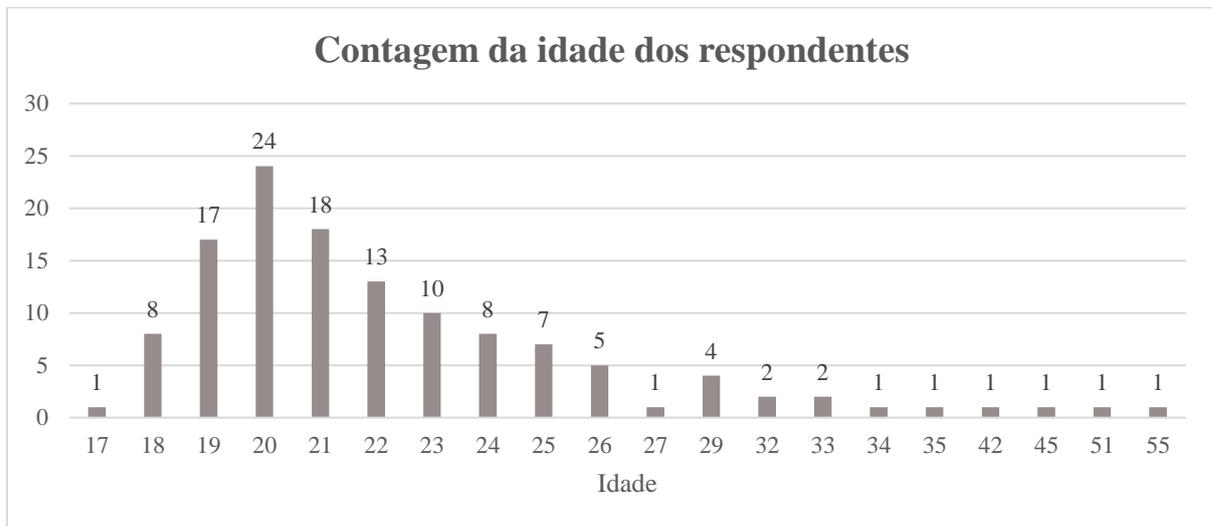


Figura 6: contagem da idade dos manifestantes (total de respostas: 126)

Na figura 6, afim de perceber a faixa de idade daqueles que preencheram o questionário, apenas foram aplicados, enquanto critérios eliminatórios, a questão controle e as respostas vazias. Nos gráficos a seguir (figura 7, 8 e 9) foi aplicado o critério de ter estado presente uma manifestação nos últimos 2 anos, além do filtro da questão controle. Cerca de 1 ano a mais que o recorte dessa pesquisa.

As figuras 7, 8 e 9 representam gênero, raça, e classe socioeconômica dos manifestantes. O gênero é relativamente equilibrado, tendo uma leve assimetria positiva em relação ao masculino, no entanto, nada que represente algo destoante. A precedência racial que mais marcou presença nas manifestações foi a branca, em segundo lugar miscigenado ou não se identifica com nenhuma. Isso é oposto ao que foi constatado no censo de 2010, em que a população autodeclarada parda<sup>19</sup> ultrapassa a população autodeclarada branca. Consta-se então que existe uma predominância branca na manifestação, não condizente com a demografia do Distrito Federal (IBGE, 2017). Ou seja, os dados refletem uma reprodução do racismo institucional, reflexo da estrutura racista do estado Brasileiro, irreparado desde sua formação.

<sup>18</sup> Os que nasceram a partir da década de 90 (e principalmente mais ao seu final) já iniciaram sua juventude imediatamente imersos no universo da internet. Essa imersão cresceu durante o período de democratização do acesso às tecnologias de informação (leia-se celular, televisão, internet, computador, etc.). É de se imaginar que, em meio à vários fatores, isso garantiu uma integração dessa geração em relação às redes sociais, fazendo com que as manifestações divulgadas via internet chegassem aos jovens com facilidade.

<sup>19</sup> A opção parda no questionário recebeu apenas duas marcações no questionário, não considerando a filtragem. Ou seja, não foi levada em conta.

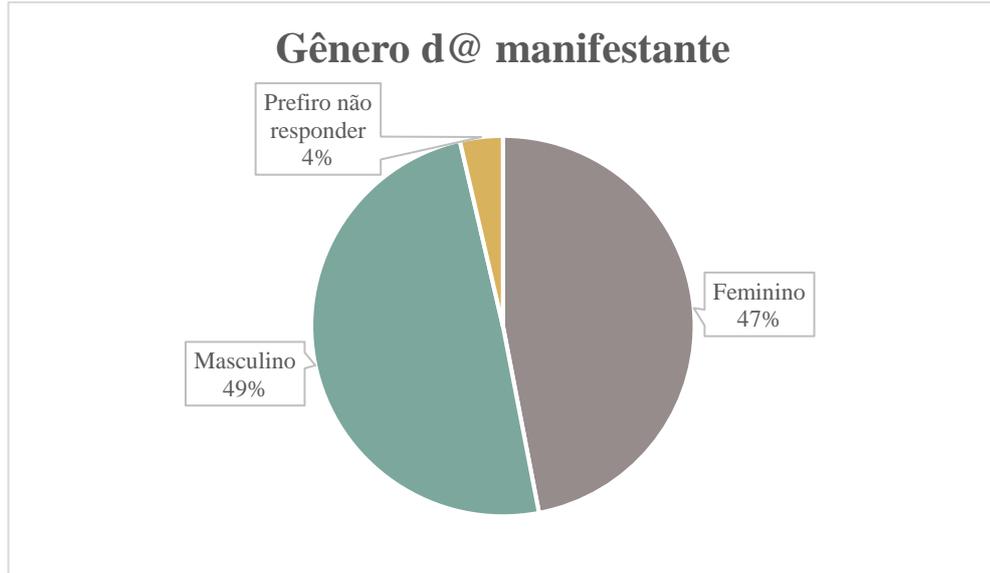


Figura 7: gênero d@ manifestante (total de respostas: 83)

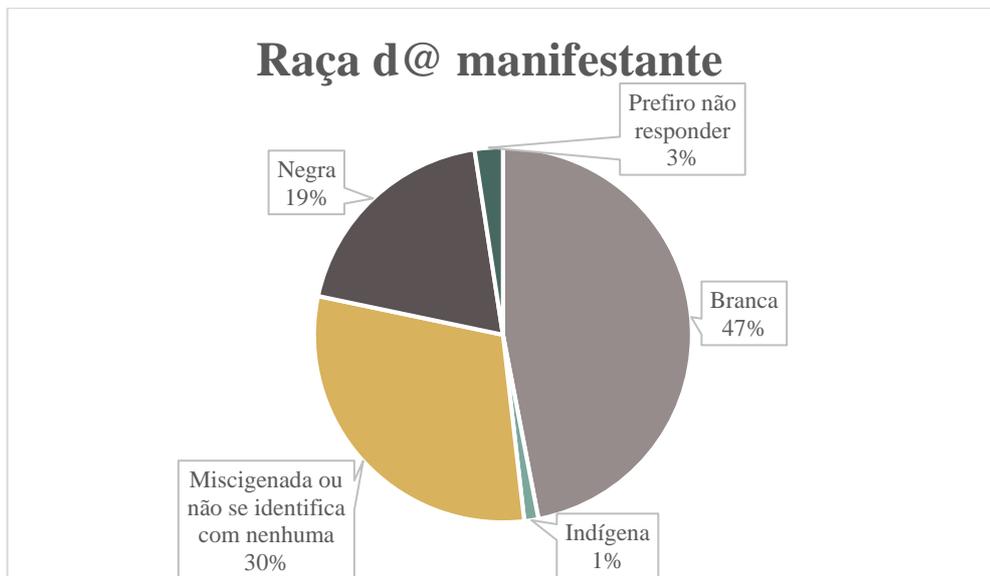


Figura 8: raça d@ manifestante (total de respostas: 83)

Há um referente a classe econômica da população negra, que também é diretamente relacionada com a taxa escolaridade e escolarização. No questionário, das respostas daqueles que estiveram numa manifestação na esplanada dos ministérios nos últimos dois anos mediante suas respostas, 44% das respostas enviadas por negros indicava que a renda acumulada de todos os membros da residência era igual ou inferior à 3 salários mínimos. A mesma legenda, ao se tratar das pessoas brancas, indica 18% das respostas enviadas na faixa de igual ou inferior à 3 salários mínimos.

O tempo livre, portanto, se reafirma como um fator relevante para o manifestante: uma população com um rendimento econômico menor, que ocupa cargos hierárquicos mais baixos, tem sua mão de obra mais explorada, e a assim possui mais necessidade por capital aquisitivo,

o que remete dividir o tempo destinado a estudo com trabalho ou estágio, visto que as políticas de assistência estudantil da Universidade de Brasília estão operando com eficiência abaixo do ideal [e da universidade pública, em geral, antes mesmo dos cortes no orçamento da educação federal que começam a se intensificar em 2015], fazendo com que estes tenham menos tempo para se manifestar na Esplanada ou de modo geral.

Isto porque perante o capitalismo uns possuem dignidade em forma de privilégio, obtida pela disponibilidade de poder aquisitivo. Outros são obrigados a vender sua dignidade e força de trabalho, se sujeitando a condições de trabalho mais precárias e explorações mais severas. Desta forma, a representatividade negra nas manifestações, e de outras minorias políticas de modo geral, fica subordinada às condições econômicas e disponibilidade de tempo para estar presentes.

Observa-se então, a figura 9 que indica a classe socioeconômica dos manifestantes. Para os pisos salariais do salário mínimo, foi utilizado o valor do salário mínimo para o ano de 2017. Cerca de 70% dos valores apresentados no gráfico possuem como rendimento da residência abaixo de 10 salários mínimos. Os valores de maior representação são os de até 3 salários mínimos e de 6 – 10 salários mínimos, ambos com 25% de representação sob o total das respostas válidas e filtradas.

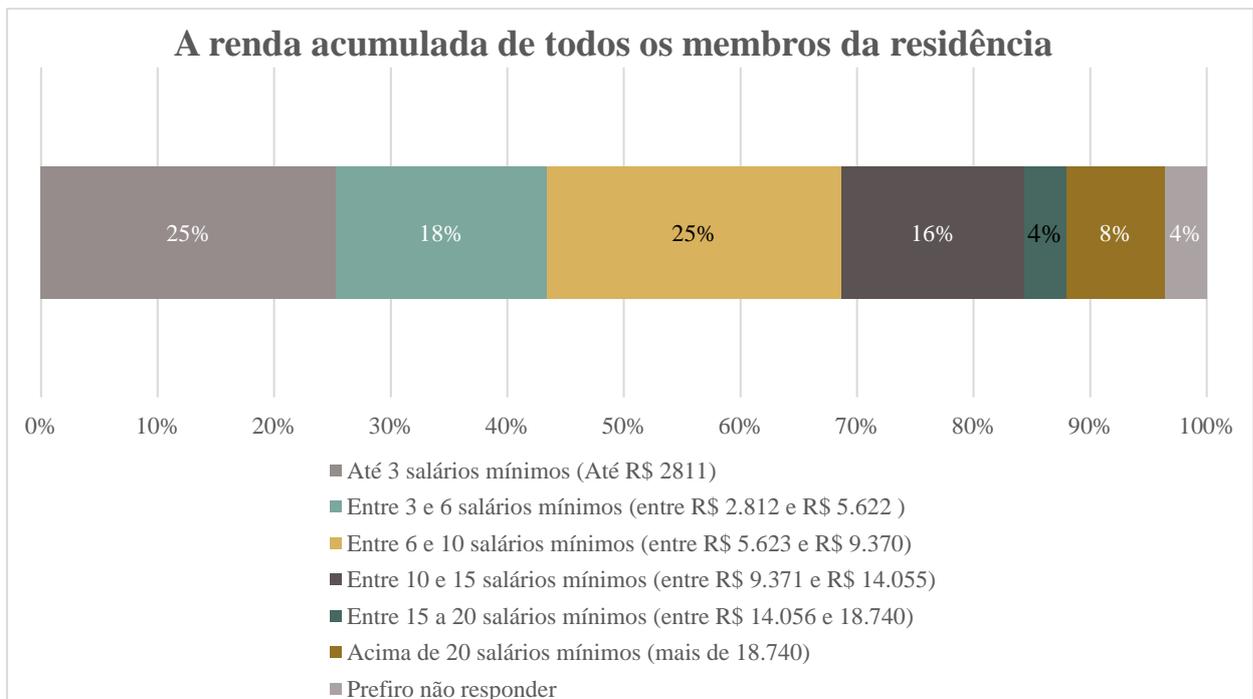


Figura 9: a renda acumulada de todos os membros da residência (total de respostas: 83)

Na medida que o gráfico evolui para as classes econômicas mais altas, começa a diminuir a participação nos protestos. Classe econômica mais alta delimitada no questionário

(rendimento superior à mais de 20 salários mínimos), observando o PNAD contínuo de 2017 (IBGE, 2018), equivaleria uma faixa cerca de 2% da população brasileira. No entanto, pela lógica da disponibilidade do tempo, capital disponível para suporte, facilidade na permanência e continuação dos estudos, a classe alta deveria representar uma porcentagem maior dos manifestantes. Percebe-se que o tempo, o capital e o acesso/permanência no sistema de ensino somente se torna um determinante enquanto indignação e ação caminham juntos.

Marx e Engels (1999, p. 10), escrevem em sua obra O Manifesto Comunista “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Publicado pela originalmente em 1848, os escritos de Marx e Engels não possuem uma atemporalidade para continuarem valendo presentemente (sem uma revisão mínima), assim como seria um tanto quanto ignorante considerar o estado apenas como um instrumento de manutenção da burguesia.

No entanto, através do materialismo-histórico dialético, Marx (2012, p.90) propõe, ao escrever a Contribuição à Crítica da Economia Política, que as relações sociais determinam a natureza de sua força de produção e, por sua vez, a sua estrutura econômica. Tal estrutura de “produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Ou seja, a nossa consciência, estando inserida num contexto capitalista, pensará de acordo caso não seja antecedida por uma desconstrução. O mesmo pode ser dito em relação ao manifestante de classe alta: se o indivíduo está inserido num contexto em que não vende sua dignidade, vivendo a cidade e/ou o campo confortavelmente, com boas condições de vida e com acesso a políticas públicas, é de se entender que a sua indignação não seja a mesma.

Adaptando a reflexão de Marx e compreendendo que a produção da consciência perpassa as classes sociais: a consciência é uma fusão de fatores relacionados com o sistema de produção e à classe econômica, mas que não podem ser resumidos a estes. Fatores como o racismo, o gênero, o meio/contexto inserido, a cultura, a intersubjetividade produzida através de processos de aprendizagem e troca de informação numa esfera psicológica, durante a infância até a vida adulta. Sendo assim, um negro tende a perceber mais o racismo, por exemplo. O mesmo com a mulher em relação ao machismo, e com o pobre em relação à supressão de direitos.

O que se entende com essa afirmação é que a forma de demonstrar essa indignação varia não só de acordo como conformismo e a consciência de cada indivíduo, mas como um indivíduo sente e exterioriza a opressão e sua reação, respectivamente. Abordarei essa questão mais a fundo no próximo capítulo.

Por fim, a Figura 10 representa um gráfico que se refere à ideologia dos inqueridos. Como já disse, houve pouca coleta das respostas com orientações políticas tendendo à direita, o mesmo ao se tratar das manifestações. A ideologia de esquerda se destaca e compõem maioria e se juntar com pensamentos mais específicos como o comunismo, socialismo, marxismo, e anarquismo/anarco-comunismo. As orientações que tendem à direita (direita, neoliberalismo, conservadorismo, nacionalismo e liberalismo) foram minoria, junto as orientações mais centristas (social-democracia e centro). Em 8% dos casos afirmou-se que não possui ideologia, 6% optou por não responder, e em 1% dos casos a ideologia não foi citada.

Durante a pesquisa, em 18% das manifestações estavam presentes grupos politicamente orientados à direita. Apenas 18 respostas, das 146 recebidas no total, indicaram orientação política à direita. Após a aplicação do filtro da questão controle e o referente à participação em manifestações nos últimos 2 anos, esse número diminui 66,7%, indo para 6 respostas. Ou seja, indo de acordo com o que foi constado em relação à baixa incidência de manifestações políticas na esplanada dos ministérios abraçadas pela direita brasileira.

Também podemos relacionar a assiduidade da direita às manifestações com a questão ideológica e econômica. Se possuímos um sistema político e econômico que opera respeitando as regras do capitalismo, é de se imaginar que está indo de acordo com alguns desejos desses grupos políticos. O que implica que a adoção dessas ideologias de direita implica num mínimo de conformismo. Em ideologias contra o sistema vigente (esquerda e indigenista, por exemplo), esse conformismo se faz muito menos presente, o que resulta em indignação e vontade de se manifestar.

O ato de sair de casa e se fazer presente na rua, demonstrando uma opinião política, requer, por natureza, um reconhecimento que existe uma carência de ações no espectro temático que abrange aquela manifestação. É uma atitude que simultaneamente abrange um propósito de realização pessoal e coletiva, sobre a ideia de aquilo incomoda suficiente a sujeição ao cotidiano do manifestante, que é preciso interromper o cotidiano alheio para chamar atenção à pauta.

A conformidade a um sistema político-econômico implica na sensação de que a sequência de itinerários do cotidiano possui sentido pleno e o problema não é sua alienação, mas sua falta de dinamização. O protesto de direita, portanto, não faz sentido - a não ser que seja em oposição aos ideais de esquerda e respeitando a dinâmica da economia. A contribuição fundamental da análise ideológica é que, na Esplanada dos Ministérios, uma manifestação de plena esquerda, tem uma proposta de conquista do território; e uma manifestação de plena direita almeja uma reafirmação do ordenamento territorial hegemônico.

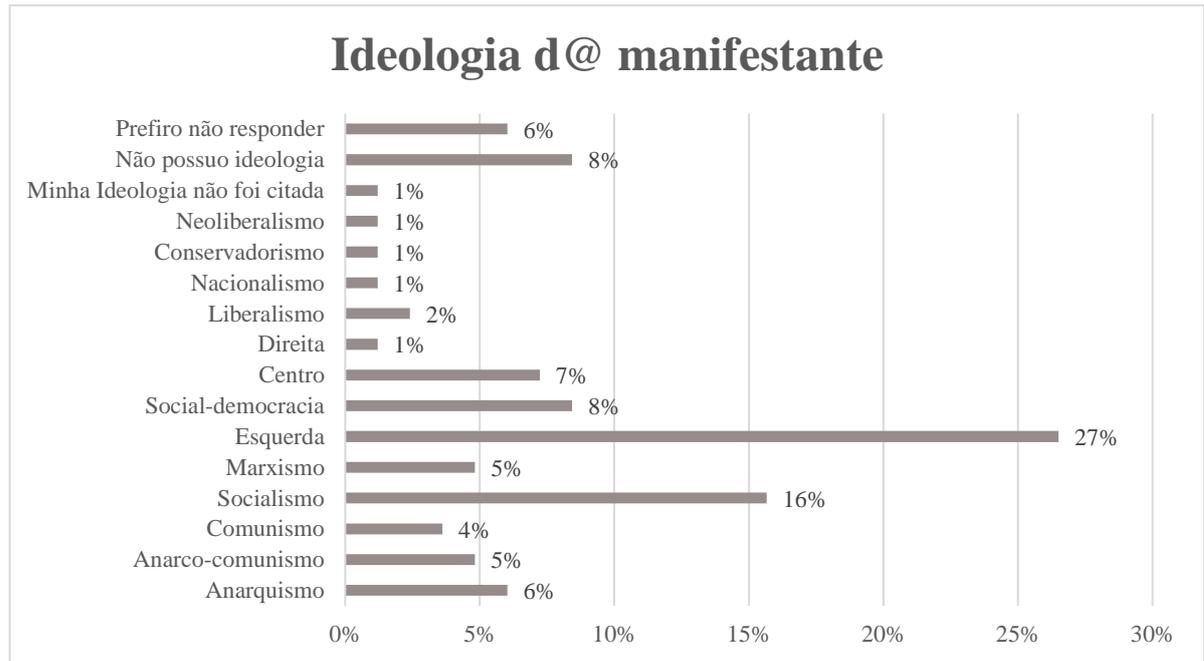


Figura 10: ideologia d@ manifestante (total de respostas:83)

## 6. O CARÁTER GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES: O SOBREVIVO

### 6.1. MANIFESTAÇÕES E LUTA DE CLASSES

A manifestação possui uma similaridade com a guerra, mas precisamente as batalhas nela travadas. Marta Harnecker e Gabriela Uribe (1973, p. 11), citando Lenin, colocam que “a luta de classes entre o proletariado e a burguesia deveria ser concebida como uma guerra”<sup>20</sup> (tradução livre). Contudo, as manifestações não deixam de ser uma espécie de confronto, como expressão da luta de classes nas ruas onde há conflitos de interesse, disputas de poder, reivindicações, tomadas e retomadas de territórios, usando este último como instrumento para reforçar o poder, em que existe o uso de diversos tipos de violências. Existe um processo de luta, seja ela simbólica, abstrata e política, ou física, sendo materializado. Isto, conseqüentemente, favorece o uso da geografia política descritiva, onde é caracterizado o território na tentativa de conhecê-lo, para nele saber atuar.

### 6.2. MANIFESTAÇÕES E MOBILIZAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS

Nelson Rodrigo Pedon (2013, p.196), no livro *Geografia e Movimentos Sociais*, fala sobre os movimentos socioterritoriais. Nas palavras dele, “o movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas”. Ele cria um conjunto onde existem intersecções entre movimentos, como demonstra a figura 11. O movimento socioterritorial estaria nos movimentos socioespaciais.

Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de associações de moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas. O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança).  
(*Ibidem*, p. 197).

As mobilizações coletivas “podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que buscam organizar suas ações com o objetivo de obter respostas às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda”. (*ibidem*, p.197). Ou seja, diferente dos movimentos socioespaciais e das mobilizações coletivas,

---

<sup>20</sup> “Para Lenin, la lucha de clases entre el proletariado y la burguesia debía ser concebida como una guerra” (HARNECKER e URIBE, 1973, p. 11).

especificamente em relação aos movimentos socioterritoriais, Pedon os caracteriza como uma ação exclusivamente da classe trabalhadora, por assumir que ela faz parte de uma mobilização de uma classe excluída, que não participa do poder. Tal afirmação parte de uma premissa em que o estado visto como um instrumento da burguesia, para efetuar a manutenção da ordem. É necessário observar, além disso: nem como uma instituição neutra, nem como uma instituição composta pela burguesia, mas um órgão heterogêneo que serve como eixo estruturante do para funcionalidade da economia.

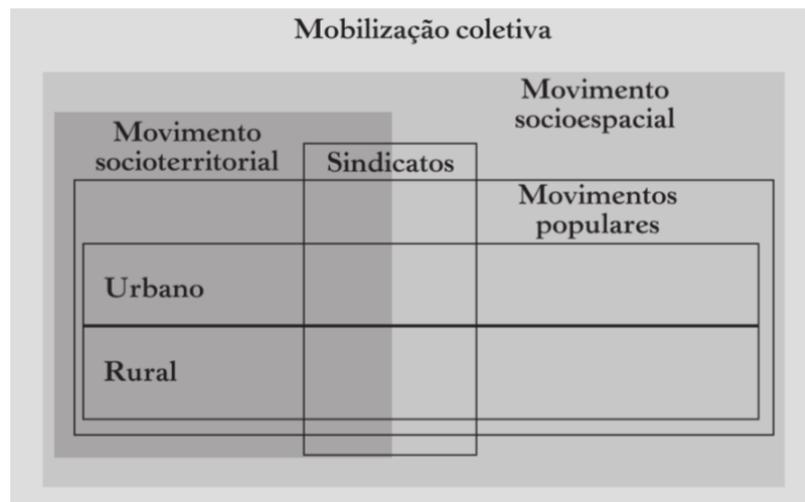


Figura 11: correlações entre os tipos de mobilização coletiva numa perspectiva geográfica (PEDON, 2013).

Pedon coloca a manifestação como uma mobilização coletiva. Acima de tudo, é isso que ela representa. Entretanto a manifestação também se refere a um grupo que influencia e é influenciado, reagindo ao lugar e modificando o mesmo através de sua coletividade. O ato de se manifestar está carregado de uma intencionalidade, que é regida por uma indignação que surgiu a partir da interpretação sobre as relações de poder que envolve os indivíduos. Neste sentido, aqui uma manifestação não é apenas uma mobilização coletiva. Chamá-la assim, transmite a expressão que ela poderia estar desprovida de uma ação estratégica territorial e uma tática supostamente suspensa no território e ser igual em qualquer lugar. Se é uma forma de ação socialmente construída a se materializar no território, devemos colocá-la numa categoria de *mobilização socioterritorial*.

A categoria *movimento socioterritoriais* é direcionada, portanto, para outras ocasiões, a exemplo da tática de ocupação de um dado lugar, muito utilizada por movimentos sociais como o do MTST e MST, ou a explosão de ocupações puxadas no movimento estudantil no segundo semestre de 2016, onde escolas e universidades foram ocupadas para barrar a

aprovação da Emenda Constitucional 55<sup>21</sup>. Todavia são exemplos que se diferem e devem ser analisados em dois momentos. O movimento enquanto uma ocupação que visa transformar o território ocupado em uma área de assentamento e o movimento que ocupa consciente de ser algo temporário, para obter uma determinada demanda. Logo, a ideia que difere um *movimento socioterritorial* de uma *mobilização socioterritorial* não é tanto o quanto tempo permanecem ou já permaneceram, mas a pretensão de permanecer para além de um curto prazo (algumas horas).

A diferença, então, passa ser uma questão de *modus operandi* frente aos conceitos que tangem a temática dos movimentos sociais e a geografia. A caracterização de *mobilização* é derivada do conceito de *movimento*, porque segundo Pedon (2013), o movimento, seja ele socioespacial ou socioterritorial, é composto por um conjunto de mobilizações. Um conjunto de mobilizações que são manifestações pode originar um movimento, à exemplo do 8M (manifestações feministas do 8 de março que ocorrem em escala mundial) ou o surgimento dos protestos antiglobalização.

A questão de ser socioterritorial em detrimento de socioespacial ocorre, pois, apesar da mobilização não prescindir de uma espacialidade única, agregando potencialmente diversos movimentos sociais, ou melhor, socioespaciais, ela objetiva a apropriação de um determinado território para cumprir suas demandas. Isto é, unindo diversos agentes, atores, movimentos e indivíduos para atuar na territorialização de um determinado recorte, no qual não está estagnado (o recorte se move, se molda e é moldado), cuja o objetivo parcial que norteia a estratégia da mobilização é chamar atenção para uma determinada demanda, protesto, reivindicação e afins. Assim, o território e a organização nele, neste caso, é uma constante estrutural da existência da mobilização e a disputa política, está em todos os momentos, das mobilizações pontuais, até as ações gerais. A manifestação é, portanto, uma mobilização socioterritorial.

### **6.3. GEOGRAFIA E MANIFESTAÇÕES**

Dito isso, entra-se no Capítulo 20 da obra de Yves Lacoste, A Geografia – isso serve, em primeiro, lugar para fazer a guerra (2016, p.177): “*saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber ali combater*”. Evidencia-se, com ele, o caráter geográfico da manifestação.

Apesar de Lacoste reconhecer que poder geopolítico é um fator de disputa entre nações, aqui, ao observar as manifestações, usa-se o seu trabalho diferentemente, aplicando à realidade da pesquisa. Isto é, existe um território sendo disputado entre uma população, atuando

---

<sup>21</sup> Proposta limitava os gastos orçamentários da união destinado à seguridade social por 20 anos.

coletivamente em prol de uma pauta, assumindo-se enquanto agentes sociais, desafiando outros agentes sociais e atores, como o Estado, empresários, ministros ou membros do executivo.

A geografia, como qualquer outra ciência, requer o uso da interdisciplinaridade, pois “a parte da realidade que se propõe a estudar jamais é separada das outras por uma delimitação precisa” (DURKHEIM, 1900 *apud* Santos, 1986, p. 116). Contudo, o que difere as ciências são as suas devidas construções epistemológicas em torno de seus objetos de estudo: “cada ciência é, por suas divisões, reduzível a aplicações de um nível inferior. Cada uma delas, em sua organização específica, permanece, porém não reduzível. A psicologia não pode ser reduzida à biologia, nem esta à química, ainda que haja lugar para uma bioquímica e uma psicobiologia” (FRAISSE, 1976, p. 11 *apud* Santos, 1986, p. 115 – 116).

Sendo assim, “o tema central da geografia não é separadamente os objetos nem as ações, mas objetos e ações tomados em conjunto [...] e, para Baudrillard (1973, p. 16), a descrição de um sistema de objetos depende da descrição de um sistema de práticas” (SANTOS, 2017, p. 94).

Ao recorrermos a Sun Tzu, em seu livro milenar, A Arte da Guerra. O autor cita inúmeras vezes a importância de conhecer o terreno antes de entrar em combate, o capítulo 9 é intitulado Da Importância da Geografia. No texto, ele coloca: “o conhecimento exato do terreno é o material essencial de que o general dispõe para arquitetar uma vitória tão relevante para a tranquilidade e a glória do Estado” (TZU, 2000, p.59).

A manifestação, tendo em vistas tais reflexões, é um tipo de ação política territorializada, algo intrinsecamente ligado a geopolítica. Uma ação intencional, segundo Jean-Luc Petit (1990, *apud* Santos 2017, p.92), “é o “movimento consciente e voluntário” do agente na direção das coisas”. Santos (*ibidem*, p.94) completa que os resultados dessas ações dependem da carga racionalidade contida no processo de tomada decisão e execução da ação. Além desse resultado estar relacionado com a noção de intencionalidade, implicando que a ação, seja ela provida de um raciocínio ou não, possui um produto separado do produtor da intenção, afinal o produtor só possui controle sobre a forma da ação, e não sobre as condições de impacto dessa ação (SANTOS, 2017).

De acordo com o território em que ocorre a ação política da manifestação, muda-se o raciocínio. Isso, pois, existimos materialmente, dentro de um espaço geográfico, onde não é possível replicar ao exato uma espacialidade em outro contexto, senão a dela. Assim, o raciocínio na ação, considerando a geografia, deve sempre estar presente. É num contexto de geopolítica, onde a geografia se manifesta de forma pura e aparente, que devemos enfatizar a

geografia no planejamento das ações. De volta com Lacoste, na tentativa de descrever a geografia dessa mobilização:

Toda ação desde que é um movimento, ou comando, fora do quadro familiar implica raciocínio quanto ao espaço terrestre. Se há [raciocínios] elementares que podem ser elaborados por qualquer um, existem, em contrapartida, raciocínios muito complicados que exigem, para serem eficientes, verdadeiros profissionais do raciocínio geográfico.  
(LACOSTE, 2016, p.202 – 203.).

#### **6.4. O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO E A MANIFESTAÇÃO**

O que viria a ser esse “raciocínio geográfico” compreendido na lógica das manifestações? Esta última, enquanto um fenômeno de mobilização socioterritorial, é passível de uma análise a partir da geografia, visando também um planejamento prévio, estratégico, ao se utilizar de um *raciocínio geográfico*. Esse raciocínio é uma forma específica de agir e pensar considerando aspectos geográficos. Pensamos a geografia todo dia. Nos caminhos que fazemos, nos caminhos que não queremos fazer, ao imaginar um lugar, ao observar a paisagem... A operacionalização e interassociação das variáveis com base no espaço geográfico ao pensar a ação é o que se entende aqui por um *raciocínio geográfico*; de forma que estabelece relações entre fenômenos previamente conhecidos e as problemáticas que se apresentam.

No entanto, a análise desse raciocínio é responsabilidade das geógrafas e dos geógrafos, mas estes não possuem o seu monopólio. O raciocínio geográfico se constrói quando a geografia é utilizada para além da simples confecção de cartas, assumindo a função de formular análises sobre as cartas, comparar escalas, compreender, planejar e executar sobre espaço geográfico, considerando aspectos que importa à geografia (Lacoste, 2016). O raciocínio geográfico, banalizado ou não, é, no fim, a desmistificação da geografia oculta no cotidiano.

A curiosidade que instigou a realização dessa pesquisa era se existia um raciocínio geográfico nas manifestações. O que consta, até agora, é que existe um raciocínio banal. Paul Claval (2010) afirma que a geografia é uma ciência banal, no sentido em que ela está no cotidiano, inserida de forma prática e não sistematizada. Como resultado, ocorre uma desconsideração pela ciência por uma falsa sensação de desuso.



Figura 12: organização antes da manifestação (respostas 83)

Um exemplo dessa banalidade do saber geográfico está na Figura 12. O trajeto, entre às quatro questões pedidas para serem avaliadas, está caracterizada como a menos importante, apesar de não ter sido avaliado como algo desprovido de importância. É quase como se o trajeto, a geograficidade da mobilização socioterritorial estivesse dada numa condição inalterável, e era necessário trabalhar a partir disso. É necessário saber operar na forma que o território está disposto, e não apenas ficar passível à sua imposição. Cria-se a hipótese que a luta é organizada para combater nas relações interpessoais de uma forma desterritorializada. No entanto, o que se encontra é o contrário, um adversário pouco pessoalizado, ciente do território que o cerca, operando por meio desse conhecimento.

### 6.5. AS ESTRATÉGIAS E AS TÁTICAS, E O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO

A estratégia e a tática são, portanto, imprescindíveis no que concerne o agir de uma manifestação, frente a possibilidade de existir conflito. O antropólogo Michel de Certeau (1998, p. 99 – 100) conceitua a estratégia como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças [...]. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”; e a tática como “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio<sup>22</sup>” ela “não tem lugar senão o do outro”.

A concepção de estratégia, segundo Certeau (*ibidem*), é acompanhada de um “poder do saber”, que se daria por uma capacidade de transformar história em espaços legíveis. O que se interpreta, na verdade, é uma análise geográfica do recorte espacial em questão. Se “em cada lugar o tempo atual se defronta com o passado, cristalizado em formas” (Santos, 2017, p. 140),

<sup>22</sup> A “ausência do próprio” considerada pelo autor é impossibilidade de capitalizar sob as vantagens conquistadas, “a tática não tem por lugar senão o do outro”, como coloca Certeau (1998, p. 100).

o agir estratégico no território deve ser antes acompanhado de uma análise dessas formas, concretas ou abstratas, contextualizando as suas histórias e assim entendendo o presente.

O “poder do saber” contido na estratégia, seja qual for o objetivo desta, deve estar munido de uma interdisciplinaridade, para além da geografia, pois “o que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento” (Santos, p.156). Por fim, Certeau ainda afirma que o poder não é só um resultado da estratégia, nem algo que surge a partir do planejamento da mesma. O poder surge antes do saber, conseqüentemente, também da estratégia. O pensamento estratégico compõe o processo de expansão ou resistência do poder.

A tática é pensada e implantada de acordo com uma escala geográfica e nível de concepção local, considerando o campo do visível, sem projetos globais. Opera seguindo uma lógica de “lance por lance” logo, algo momentâneo e oportunista. É uma ação que envolve tensão, e altos riscos, com pouco tempo entre o planejamento e a ação, ocorre no território que lhe é imposto, podendo estar atuando onde existe uma relação de não pertencimento entre o grupo executor e local de execução (CERTEAU, 1998).

Certeau observa esses conceitos em situações de conflito. As manifestações estão inseridas nesse contexto e se assemelha, por vezes, a uma situação de guerrilha. As estratégias das manifestações almejam a sua permanência e segurança dos manifestantes, para que possam reafirmar suas reivindicações. Como será exposto mais a frente, por vezes é necessário estabelecer-se no controle de um recorte territorial para se manter nele. A tática é aplicada e modificada de acordo com a situação para se atingir o objetivo estratégico parcial.

Uma manifestação ocorre em território inimigo. O ato de protestar contém a finalidade de ocupar uma dada localidade de forma temporária. O território na manifestação é um sinônimo de disputa política: quanto mais tempo um protesto ocupa um lugar, mais ele está, por meio da territorialidade criada, disputando um discurso e uma política com outras forças hegemônicas; e não se trata de uma disputa subjetiva, existem fatores materiais.

Marta Harnecker e Gabriela Uribe (1973, p. 16), num contexto de guerrilha contra os regimes ditatoriais latino-americanos, pós revolução cubana, elaboram numa conceituação mais adequada ao contexto aqui analisado. A estratégia, em seu livro *Estrategia y Tactica*, fica definida como a forma que planeja, organiza e orienta os diversos combates para obter sucesso no que convêm ao objetivo fixado. A tática concerne às distintas operações executadas concretamente para realizar os combates de acordo com o plano estratégico geral.

É certo que existe uma tática nas manifestações, afinal, são executadas ações a base do improviso, pensadas em curto prazo, considerando o contexto que se mostra visível no

momento. Entretanto, existe uma estratégia? Ou manifestação por si só, já é uma tática fruto de estratégia maior? Como Harnecker e Uribe (*ibidem*) colocam, existe um objetivo estratégico final, que pensa em como ganhar a “guerra”, no que diz respeito à totalidade do conflito, e um objetivo estratégico parcial, tratando de uma batalha, um combate inserido num conflito maior. Este último sendo regido pelo primeiro.

Logo, a manifestação é, em simultâneo, algo tático, utilizado como recurso de estratégia final, assim como algo estratégico, entendido como uma estratégia parcial, uma estratégia do evento.

Existem diferentes formas de alcançar um objetivo político. Arias e Amorim (2015) exemplificam com a concepção de ação direta e ação institucional. A ação direta foi usada inicialmente em 1890 como “antônimo de ação política” (parlamentar ou institucional), se refere à luta compreendida pelo uso de métodos libertários<sup>23</sup> (meios) para o alcance de uma sociedade libertária (fins). Esses métodos libertários se referem à ideia de que uma ação que visa um resultado concreto a partir do esforço e decisão do próprio agente, sem uma mediação política por uma entidade formal, seja ela uma figura pública ou uma instituição. Podem fazer o uso da ação direta aqueles que seguem linhas advindas das teorias de movimentos sociais históricos-estruturais ou culturais-identitários.

São comuns movimentos sociais que adotam a ação direta recorrerem a instrumentos de reivindicação como a manifestação de rua, nesse caso esta faz parte de uma estratégia maior e um princípio político, podendo vir a ser interpretado também como tática. A ação direta é frequentemente associada com a violência, com grupos orientados pelo anarquismo<sup>24</sup> e com o autonomismo<sup>25</sup>. Pela definição, pode-se associá-la à luta revolucionária armada ou às táticas

---

<sup>23</sup>A praxis libertária, segundo Souza (2015), compreende, ao conjunto de abordagens e práticas comprometidas com a liberdade e a igualdade, dotadas de uma coerência histórica, que se contrapõem profundamente, simultaneamente, ao capitalismo e ao seu Estado, de um lado, e ao “socialismo burocrático” de outro.

<sup>24</sup> O anarquismo clássico, segundo Souza (2015), compreende à uma ideologia que se baseia na práxis e pensamento libertário, que crê numa sociedade sem poder, leis ou autoridade, rejeitando instituições em geral, mas principalmente o Estado e a Igreja Católica, possuindo uma tendência à adotar decisões consensuais em detrimento votação por maioria. Hoje, existe o neoanarquismo, que corresponde à revisão dessas teorias, em que o poder passa a não ser associado com algo negativo, e sim o poder concentrado, e uma diminuição da hostilidade frente ao voto por maior. (SOUZA, 2015).

<sup>25</sup> O autonomismo, frequentemente adotado por anarquistas, mas não exclusivamente, são práticas que entendem que uma sociedade sem poder e leis faz parte de um pensamento fictício. Desta forma, ela entende que as controvérsias da democracia, isto é, goste ou não, “essa também é minha lei”, mas é necessário que se participe do processo de formação e funcionamento das leis, sem que tenha mediação institucional nem uma obrigação de tomar uma posição política, por pertencer à algum coletivo. O poder autônomo é aquele, consciente da pluralidade de opiniões individuais, é exercido por uma coletividade que, na ausência de assimetrias estruturais (existindo dirigentes e dirigidos) e consciente do processo de autoinstituição social (isto é, sem atribuir as regras/normas à uma burocracia ou a alguma fonte extrassocial, por natureza inalcançável), estabelece e reabre constantemente (de maneira livre) o debate e o processo decisório em torno dos fins e dos meios numa determinada sociedade. (CASTORIADIS, 1990 *apud* SOUZA, 2015, p.82; SOUZA, 2015, p. 85)

*Black Bloc*, mas também as atividades de propaganda, agitação, organização, não podendo ser reduzida à violência, (SOUZA, 2015, p.55). Retorna-se a esse ponto mais à frente.

A ação institucional se daria exatamente pelo oposto. Ela pode ou não ter um fim de obter uma sociedade libertária, mas os meios são obtidos por mediação ou canalização das forças políticas individuais para uma representatividade (SOUZA, 2015). Existem, no entanto, diferenciações. Existe uma forma marxista-leninista de atuar institucionalmente através de partidos e sindicatos; há também a forma, mais congruente com as práticas libertárias, de operar institucionalmente através de entidades sociais autoinstituídas, com poder distribuído mais horizontalmente; e, por fim, há a ação instrucional privada, travada por empresas ou ONGs.

Quanto às manifestações, se tratando de uma pressão coletivamente exercida, há uma organização social, existem formas de divisão do poder diferentes (que também serão tratadas mais a frente). Existem manifestações dirigidas por um determinado grupo, minoria em relação ao total de manifestantes, e manifestações em que os manifestantes, como um todo, dirigem a manifestação. Há, portanto, escolhas estratégicas e táticas variadas não uniformes entre as mobilizações.

Ora, se aspectos sociais mudam o decorrer de uma manifestação, aspectos geográficos, que também dialogam com estes sociais, também alteram a estratégia. O pensamento estratégico é limitante ao banalizar sua parte teórica, analítica e abstrata, (como foi visto), em detrimento de uma análise prática, que não se apresenta suficiente para orientar uma manifestação. O *raciocínio geográfico*, defendido aqui, na linha de pensamento estratégico, deve vir antes e durante a definição da tática e estratégia, pois ela orienta a prática de uma manifestação conforme uma linha teórica previamente definida.

Marcelo Lopes de Souza (2015) indica, utilizando uma metáfora futebolística, que “a luta institucional será sempre jogar no campo adversário”, pois a ação institucional, por estar combatendo numa instância burocratizada, está sujeita a imposições pré-definidas, imutáveis, capazes de neutralizar uma reivindicação. Para ele, a ação direta deve orientar e balizar a luta institucional, e não o contrário. Não entrando no mérito da afirmação, mas aproveitando o gancho que ela nos deixa: como se manifestar na Esplanada dos Ministérios, um território que pode ser considerado vital para o governo brasileiro, se arriscando o mínimo possível?

Santos (2017, p. 257) coloca que “cada lugar, cada subespaço tanto se define por sua existência corpórea, como por sua existência relacional. De resto, é assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros”. Ou seja, o ato de se manifestar em um dado lugar vai se diferenciar pelas diferenças na morfologia do território e nas relações sociais.

Carlos Marighella (1969), em *Manual do Guerrilheiro Urbano*, coloca: “o guerrilheiro urbano tem que ser uma pessoa preparada para compensar o fato de que não têm suficientes armas, munições e equipe”, e continua, “os militares de carreira ou a polícia governamental têm armas, transportes modernos e podem viajar com liberdade utilizando a força de seu poder”. A preparação referida, talvez por motivos pacifistas numa realidade onde existe uma redemocratização apaziguadora e “cidadã”, vem sendo deixada de lado na manifestação, enquanto o estado continua exercendo a violência.

O conhecimento do território atua no sentido de compensar essa desproporcionalidade de força bélica, mas a academia, por suas devidas justificativas, não adentra nessa questão prática e restringe a ciência ao analítico, resultando em poucas aplicabilidades. Voltando em Souza (2015), ele explica, de forma lúcida, a atividade política contra o Estado, fazendo uma conexão com artes marciais. No momento em que a interpretação da citação abaixo se aparentar agressiva, devemos lembrar aparência negociável, apaziguadora, de plena possibilidade de atuação institucional com pouca “ação direta”, também é uma forma de desmobilização (podendo ser facilmente confundida com uma forma de mobilização) utilizada pelo Estado.

Contra o aparelho do estado é necessário explorar, sobretudo, a capacidade de usar artimanhas, de ludibriar, ao mesmo tempo, em que é muito veloz (características marcantes da capoeira); ademais, é preciso aprender a usar o peso do adversário contra ele próprio, engenhosidade típica do judô). O que isso significa na prática? Em situações de enfrentamento armado, o conhecimento de um relativo escudo protetor proporcionado pela elevada densidade construtiva e populacional dos centros urbanos [...] o apoio da população e a capacidade de deslocamento rápido e de atacar de surpresa, alternando lentidão e velocidade, são, entre outros, fatores que podem fazer com que uma enorme disparidade numérica e tecnológica em matéria de meios bélicos seja muito relativizada (basta ver as tremendas dificuldades do mais poderoso exército do planeta, o estadunidense, no Vietnã...). (SOUZA, 2015, p. 70)

A transferência do governo federal para Brasília, além do discurso centrado em promover uma interiorização do povoamento e integração do território nacional, pode-se associar também com a transferência da corte francesa para Versalhes. Em Brasília, o governo, estrategicamente, pôde evitar a população geral indignada e o seu potencial de gerar revolta, como as grandes manifestações que ocorreram no Rio de Janeiro. Sob a falsa desculpa de garantir segurança aos governantes, ocorre o isolamento geográfico destes no planalto central com uma elite com capital disponível para arcar com a especulação imobiliária ou com as viagens frequentes, livre de cobranças diretas, longe de favelas, desigualdade gritantes e delinquência, abrindo caminho para uma maior tranquilidade no governo e, porque não, na corrupção. (VESSENTINI, 1986)

Em Brasília, o que observamos é que uma capital, simbolizando uma ideologia nacional autoritária, burguesa e desenvolvimentista, legitimado por um discurso racionalizante

(no sentido de seguir as imposições dos avanços capitalistas) e que se diz “progressista” (COSTA, 1992). Reafirmando, então, um descompromisso democrático, deixando um ar de revolução/reforma política para população geral, que beneficiasse apenas a elite política e econômica do país. (VESSENTINI, 1986).

E o Estado da geopolítica encontrou em Brasília a sua Capital ideal, a capital que lhe permite com mais facilidade pressionar o Congresso, impor leis e atos institucionais, evitar pressões populares no sentido de aprovar (ou recusar) leis, de manifestar-se frente a decisões do Judiciário ou Executivo etc. É a Capital do isolamento dos governantes, “segurança nacional” entendida como segurança do Estado forte e autoritário. (VESSENTINI, 1986, p.138).

## **6.6. A ESPLANADA ENQUANTO CAMPO DE BATALHA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE**

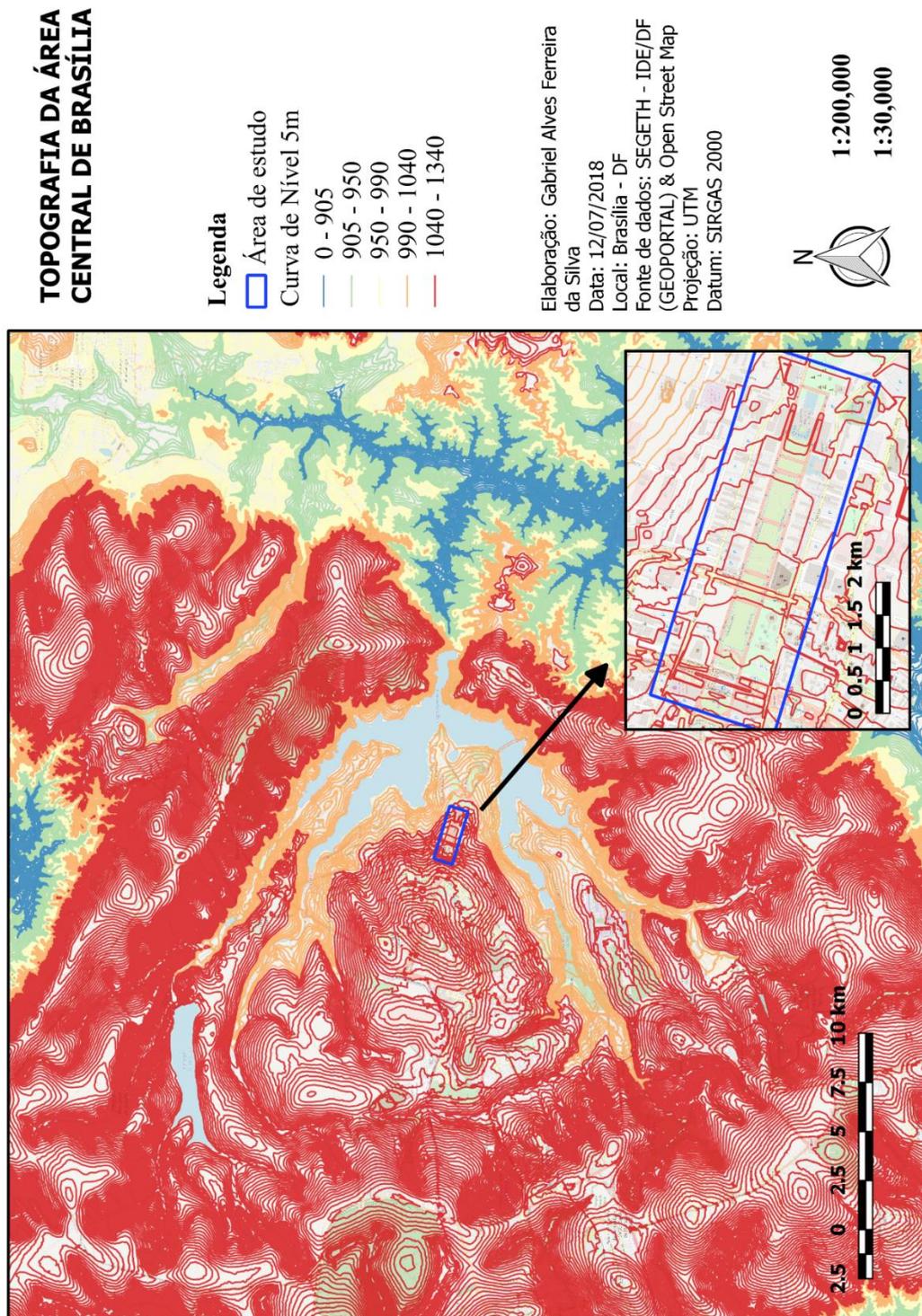
Essa perspectiva de Brasília, simbolizando essa segurança e autoridade se materializou numa série de procedimentos em relação à escolha do sítio da nova capital, que não cabe aqui explanar. A seguir, o mapa 1, buscando representar a topografia local mostra que a sede do Estado da República federativa brasileira está localizada numa área elevada, que se caracteriza um semi-domo, e em volta é rodeado por uma barreira geográfica, caracterizada por sua altimetria mais alta, proporcionando à capital uma proteção terrestre.

Localizado no grupo geológico do Paranoá, o Plano Piloto está numa região de planalto, tendo uma altitude que varia, aproximadamente, entre 900 e 1200 metro (ver mapa 1). Esse semi-domo referido corresponde a uma unidade de ardósia (com algumas regiões isoladas de metassiltos), que em sua região central (no Eixo Monumental, na altura da praça do cruzeiro) possui um relevo convexo, com um declive suave ao oeste, e ao norte, sul e leste uma declividade um pouco mais acentuada. Pela “barreira geográfica” que envolve essa feição de semi-domo, Maria Novaes Pinto classifica essa feição de Depressão do Paranoá, sendo uma área de dissecação intermediária. (PINTO, 1990; FREITAS-SILVA & CAMPOS, 1998 (atualizado), *apud* NEUMANN 2012, p. 68)

Ao norte e ao oeste da Esplanada está localizada a região de chapada da Contagem, ao sul e ao leste, um pouco menos elevada, a região de chapada de Brasília, formadas por metarritmito arenoso em suas regiões voltadas para a Depressão do Paranoá, de quartizitos médios em seu topo, que atua como divisor de bacias, e um metarritmito argiloso em seu círculo mais externo, pelo fato de ser uma área em que existe um intemperismo mais avançado, com vales mais dissecados (PINTO, 1990; NEUMANN, 2012).

Embora seja uma área urbana, o caráter panorâmico da escala monumental do projeto que precedeu a construção de Brasília, idealizado por Lúcio Costa, prevê uma área extensa de gramados na Esplanada dos Ministérios, que de fato foram feitos. Estes segundo à classificação

de Neumann (2012), se alternam entre Latossolo Vermelho e Latossolo Vermelho-Amarelo. Esses solos não são hidromorficos, ocorrem frequentemente estruturas retilíneas até suavemente ondulado. Possuem uma textura argilosa, com uma alta porosidade, bastante permeável e fortemente drenado. Quando úmidos, são friáveis ou muito friáveis. (MARTINS *et al.*, 2004).



Mapa 1: topografia da área central de Brasília

Os gramados extensos, medem, entre eixo N1 e o eixo S1 (as duas vias principais do Eixo Monumental), cerca de 200 metros. As duas vias citadas acima, com 4 faixas cada uma, possuem individualmente, 20 metros. Somando um total de 240 metros entre um prédio e outro. As poucas árvores<sup>26</sup> nesse gramado e com uma leve declividade em direção ao leste-sudeste, permite uma mobilidade com poucos obstáculos, independente do meio de locomoção, além de uma boa visibilidade terrestre por helicópteros ou em locais mais elevados como os ministérios, congresso.

Quanto ao gramado do Congresso, no entanto, existe um desnível que se apresenta como um fator estratégico (figura 13 e mapa 1). Os espelhos d'água que antecedem o Congresso se configuram como obstáculos físicos que dificulta a chegada dos manifestantes ao prédio, diminuindo a vulnerabilidade do prédio. No próximo capítulo falarei do caso da manifestação dos indígenas, no Acampamento Terra Livre. As forças estatais ficam com a vantagem da altitude e da visão panorâmica, além desse gramado atuar como um funil nas grandes manifestações, fazendo com que, uma vez as massas amontoadas ali, torna difícil tanto a sua locomoção e reorganização plena.



*Figura 13: congresso Nacional (acervo pessoal)*

<sup>26</sup>Lucio Costa (1987) requereu, em uma revisão do planejamento urbano de Brasília (Brasília Revisitada), que as Palmeiras Imperiais plantadas no Eixo Rodoviário L e W fossem para a Esplanada do Ministérios, por motivos paisagísticos. Mais especificamente ao longo dos Ministérios e próxima ao Palácio do Buriti. O seu pedido não foi atendido, com a exceção das Palmeiras na Praça dos 3 Poderes, e ao invés disso hoje existem árvores com uma copa mais larga que proporciona mais sombra. Caso o contrário, essa medida provocaria uma imponência ainda maior da arquitetura dos Ministérios na paisagem, facilitando ainda mais a visão panorâmica e diminuindo a circulação de pessoas, pela ausência de sombra.

A forma como está posto o arruamento do Congresso permite que a polícia fique a postos no congresso e, caso exista uma emergência, consiga se posicionar entre o espelho d'água e o prédio para tentar conter qualquer mobilização, sem precisar passar pelos manifestantes.

O clima de Brasília possui uma precipitação anual de 1 477,4 mm<sup>3</sup>, segundo a normal climatológica do INMET 1981 – 2010 (2018). O seu clima consiste em uma estação chuvosa nos meses do verão, ocorrendo precipitação regular entre outubro e abril, e uma estação de seca durante o inverno, entre maio e setembro. Na classificação de Köppen, ela fica classificada como “Cwa” – (Clima Subtropical ou Mesotérmico, com inverno seco e verão quente).

Nos meses de seca, é natural que o tempo ensolarado seja constante, e a umidade atinja níveis menores. Já nos meses de chuva, ocorre frequentemente a precipitação do tipo convectiva e, conseqüentemente, ocorrem chuvas localizadas durante o período da tarde (costuma ocorrer depois das 14 h). O fenômeno da continentalidade, junto com a baixa umidade também contribui para as temperaturas mais amenas durante a noite, principalmente no inverno, e o tempo ensolarado contribui com as temperaturas agradáveis durante o dia, causando uma amplitude térmica significativa.

Se compreendermos todas as informações acima, começamos a entender como atuar no território. Bom, a condição de planalto facilita as locomoções terrestres no território, pelo fato das suas variações altimétricas serem leves. O semi-domo é vantajoso para o Estado, porque deixa a Esplanada numa situação mais elevada. As calçadas que levam até o local de estudo estão, portanto, em uma subida, em ambos os lados (pela Asa Sul ou Norte) e são pouco arborizadas. É uma questão de planejamento, pois o planejamento urbano de Brasília não permite grandes concentrações habitacionais próximo à Esplanada.

O desnível construído entre os Ministérios e as vias N2 e S2 (figura 13) cria uma situação em que só é possível entrar e sair da esplanada, quando em grandes grupos, por dois locais (chegando pela Praça dos 3 Poderes ou no sentido Rodoviária do Plano Piloto Congresso), pois as escadas existentes para subir para os Ministérios por essas vias são pequenas e não o suficiente para atender grandes demandas instantaneamente, freando a mobilização, pondo em risco sua continuidade.



*Figura 14: desnível entre os Ministérios e a via N2 (acervo pessoal)*

O latossolo presente nos gramados extensos do centro da capital permite uma grande permeabilidade e, combinado com um sistema de drenagem eficiente, deixa pouca margem para alagamento, mesmo com as chuvas convectivas frequentes durante o verão, em que cai grandes quantidades de água em pouco tempo. É comum a formação de poças d'água isoladas por algumas impermeabilizações, mas nada que impeça o trânsito de carros ou pessoas, não causando grandes dificuldades na intervenção da polícia, nem na ocorrência da manifestação.

O clima seco durante o inverno e a estação chuvosa durante o verão proporcionam, naturalmente, situações variadas. A latitude de Brasília proporciona de antemão, um ângulo maior de incidência dos raios solares, aumentando as temperaturas médias. Principalmente na estação de seca, é comum a ocorrência de dias ensolarados, com pouca nebulosidade e os poucos abrigos do sol não contribuem. As manifestações que se realizam durante o dia, com a exceção das que ocorrem no final de tarde, acabam deixando os presentes, inclusive a polícia, muito exposta ao sol.

A alta exposição solar resulta em diversos efeitos no corpo, entre eles, a indisposição. O corpo, numa tentativa de tentar compensar o aumento da temperatura causada pela exposição, acelera o metabolismo, e causa um cansaço, a chamada moleza. O suor, mecanismo de redução da temperatura corporal, resulta numa desidratação mais rápida. Em épocas de baixa umidade no planalto central, essa desidratação pode se agravar. A desidratação também tem como resultado o cansaço. A exposição aos raios ultravioletas, que penetram na pele causando alterações químicas, também resulta em cansaço após uma exposição ao sol prolongada (SLEEP, 2017).

Houve algumas medidas tomadas para reduzir esses efeitos, tanto por parte da polícia quanto por parte dos manifestantes (figura 15 e 16), mas o sol tem um efeito direto no decorrer da manifestação. Ao observar a quadro 4 a seguir, nota-se que dos 9 conflitos registrados durante o recorte temporal, 6 foram no período de final de tarde (quando a superfície está menos aquecida e o sol está incidindo num ângulo menor) e noite.

Em apenas uma, das cinco manifestações que ocorreram durante o período entre a manhã e tarde, registrou-se conflito. Proporção inferior em relação àquelas registradas entre o final de tarde e noite: 3 conflitos em 6 manifestações. À tarde, no entanto, ocorreram 4 manifestações e em duas ocorreram conflitos. No entanto, em uma delas, a marcha da maconha, o conflito ocorreu de forma diferente: a polícia, na concentração da manifestação, atuou revistando os manifestantes (busca pessoal) para apreender drogas ilícitas e resultando numa desestruturação momentânea da manifestação.

| Horário das Manifestações | Conflito com a polícia |          | Total Geral |             |
|---------------------------|------------------------|----------|-------------|-------------|
|                           | Não                    | Sim      | Absoluto    | Relativo    |
| Noite                     | 3                      | 3        | 6           | 22%         |
| Final de tarde - noite    | 6                      | 3        | 9           | 33%         |
| Tarde                     | 2                      | 2        | 4           | 15%         |
| Manhã - tarde             | 5                      | 1        | 6           | 22%         |
| Manhã                     | 2                      | 0        | 2           | 7%          |
| <b>Total Geral</b>        | <b>18</b>              | <b>9</b> | <b>27</b>   | <b>100%</b> |

*Quadro 4: horário das manifestações em relação ao conflito com a polícia.*



*Figura 15: sindicato fornece caminhão com água engarrafada para manifestantes*



Figura 16: manifestantes concentrados de baixo da sombra (acervo pessoal)

Devido ao efeito da continentalidade, proporcionada pelo diferencial entre o calor específico da superfície terrestre e da água, existe uma amplitude térmica significativa entre o dia e a noite. Durante o inverno, aumentam as oportunidades de passar frio nas quedas significativas de temperatura, no caso de um despreparo dos manifestantes. Situação de menor risco de ocorrer em cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro, devido à questão da maritimidade, que diminui a variação térmica.

A baixa umidade, em épocas de seca, os ventos fracos a moderados, quando comparados a regiões litorâneas, também influencia na manifestação. Os instrumentos químicos (*spray* de pimenta e gás lacrimogêneo, por exemplo) utilizados pela polícia estão sujeitos a efeitos diferentes, de acordo com essas condições. O vento sem muita energia do planalto central, cuja média anual da direção resultante é leste<sup>27</sup>, faz com que ocorra uma dispersão menor dos gases químicos, focando seus efeitos numa menor área, fazendo com que eles fiquem mais fortes nesse determinado local e aumentando sua duração.

A média anual da direção resultante mensal do vento sendo leste faz com que o vento, em média, sopra os gases químicos para cima dos manifestantes, colaborando com a repressão. Isso porque, ao olhar da rodoviária para o Congresso Nacional, o grau da orientação é de cerca 108° (leste-sudeste), e o vento vai estar soprando contra. Apesar disso, as altas temperaturas do

<sup>27</sup> A média anual da direção resultante é 97.2°, a mediana, 92° e o desvio padrão mensal é fica em cerca de 86°. Acaba sendo um desvio padrão que indica bastante variação. No entanto, para análises mais pontuais, deixo a informação entre os meses abril e outubro, meses do final e início da época de chuva, respectivamente, os ventos variam entre a direção E e ESE (Leste e Leste-Sudeste), com um desvio padrão mensal de 7.3°, média de 94.4° e mediana de 97°. (INMET, 2018)

clima subtropical, a nebulosidade de baixa a moderada, principalmente nos períodos de seca, combinada com a falta de sombra na Esplanada e vias largas e asfaltadas, resultam num processo de ascendência do ar nas camadas mais próximas à superfície terrestre, mesmo com as massas de ar de alta pressão comuns no inverno, indo de acordo com altos índices de evaporação registrados na normal climatológica. Isso diminui a duração da atuação do gás e concentração numa determinada área.

A umidade relativa do ar, quando comparada às médias das capitais litorâneas ou mais próximas à linha do equador, se apresenta mais baixa. Ambos os gases, no contato com água, podem causar uma sensação de queimadura, pois a sua solubilidade em água é muito baixa, não atuando positivamente para sua remoção e agravando os efeitos (DESCOMPLICA, 2016; SUPERINTERESSANTE, 2016). A umidade mais baixa em Brasília também contribui para a redução desses efeitos, visto que as substâncias químicas vão entrar menos em contato com partículas d'água. Todavia, a pele ressecada, com menos proteção e mais propensas à coceira, dermatite e descamação, sofre mais com a baixa umidade. Isso pode aumentar o contato das armas químicas com as mucosas, agravando seus efeitos. A temperatura alta também atua neste sentido, além de contribuir para as reações químicas, dilatam os poros da pele e aumenta o contato das substâncias tóxicas com as mucosas.

Existem diversos fatores que influenciam na manifestação, indo além do que está explanado aqui, e é nítido que a formação geográfica proporciona uma capacidade analítica potente para se efetuar a compreensão desses fenômenos (e devemos exercê-la). A análise geográfica do território da manifestação em Brasília (a Esplanada dos Ministérios) indica que antes mesmo do ato de se manifestar, já existe uma violência em potencial exercida pelo Estado.

“Brasília surge como um modelo de cidade que almejava produzir um espaço urbano diferenciado, apoiado no planejamento urbano racionalista, burocrático e estatal, e em políticas públicas mais equitativas” (PENNA, 2013a, p. 214). Apesar disso, a falta de acessibilidade, provocando esvaziamento, não é um resultado do acaso. Lúcio Costa, com uma intencionalidade de criar uma Capital casando a estética com o funcionalismo, levada pelo movimento modernista da época, resultou num planejamento autoritário e seletivo. Até porque, a cidade moderna no Brasil surge com uma premissa de negação ao período colonial, aliada a um planejamento tecnocrático, sanitaria (e, porque não, higienista). (Informações verbais)<sup>28</sup>.

Muito provavelmente, o autoritarismo não era o objetivo de Lúcio Costa, até porque são diferentes a disponibilidade dos dados e os fenômenos que estão em evidência hoje. Tem

---

<sup>28</sup> De acordo com as aulas no curso de extensão III CIDADE E URBANISMO NO BRASIL, por Rodrigo Faria, na Universidade de Brasília, em Brasília, no segundo semestre de 2017.

que se levar em conta as próprias alterações feitas durante a construção. Contudo, a materialização, sem dúvida, foi essa. Vessentini (1986, p. 95 – 96) lembra que o período de 1946 até 1964, onde houve uma abertura política, um processo de eleições diretas, ainda assim se manteve a “persistência de um autoritarismo entranhado no Estado e na Sociedade”, mesmo que de uma forma menos explícita que nos períodos que anterior e posterior a esse intervalo.

Logo, percebe-se uma Brasília articulada pelo agente público e pelo setor imobiliário, expressando os interesses do capitalismo financeiro mundializado, se tornando um negócio, corporativista, que visa atender às demandas das empresas que buscam nela se estabelecer (CARLOS, 2005; PENNA, 2013a).

Isso resultou numa forma de dominação, por meio do planejamento urbano associado com forças hegemônicas do capital especulativo, que reforça as desigualdades estruturais através de uma arquitetura e um urbanismo que reafirma a hegemonia dos detentores de capital e poder não só pela infraestrutura, mas pela superestrutura. Atingindo então, frequentemente por meio da concretude associada ao planejamento urbano, a memória, a cultura, a língua e resultando numa dominação (informações verbais)<sup>29</sup>.

Assim, Göran Therborn nos mostra em seu lançamento recente, *Cities of Power*, que essa dominação é feita pelo reforço da autoridade e persegue uma detenção de um poder institucionalizado. A autoridade é reforçada por simbologias contidas na arquitetura do prédio ou de uma praça, por exemplo, no que existe em volta dessa arquitetura, observando o conjunto da localização.

A exemplo do Congresso Nacional (figura 13): trata-se de uma estrutura predial alta, antecedido por um gramado extenso entre duas vias largas, retilíneas, que formam um ângulo reto ao passar pelo prédio. Num raio ligeiramente extenso, não existe nenhum prédio mais alto. Sua visibilidade é dificilmente interferida. A arquitetura modernista, fazendo o uso de formas geométricas, impõe uma estética nova, calculada, complexa, rígida e nobre (reforçada pela praça de palmeiras imperiais atrás do prédio). Tudo simultaneamente, e expressando simbolicamente, por meio do concreto, o poder do legislativo na política brasileiro. Tanto ocorre que o Congresso Nacional, como representação imagética do poder político ao nível nacional, é mais frequentemente encontrado do que qualquer outra estrutura predial em Brasília, sendo um dos principais símbolos (se não o principal) da capital brasileira. Lúcio Costa (1987) sobre a presença da escala monumental que envolve o Congresso Nacional, escreve: ela “não

---

<sup>29</sup> De acordo com as aulas no curso de *Cities of Power*, por Göran Therborn, em Brasília, em novembro de 2017.

[está] no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por dizer, consciente daquilo que vale e significa”.

Essa autoridade, expressa na morfologia, segue para a superestrutura e institucionaliza um poder por meio de poderes já existentes<sup>30</sup>. Tem-se uma elite econômica, detentora de terras, urbanas e agricultáveis, e das infraestruturas produtivas, dominando a política, legitimamente. Dessa forma, perpassando a situação de desigualdade existente na distribuição de renda e terra, à esfera do poder político.

Como resultado, esse novo poder [simbólico] institucionalizado, elitista em sua essência, utilizando da Constituição para se mascarar de democrática e popular, concede abertura ou não para novas ascensões ao poder, como os movimentos sociais e suas manifestações, se organizarem ou não, no espaço geográfico. Como vimos e como ainda veremos a resposta é não.

Nesse ponto voltamos à construção cidade Brasília, ela que ocorre de acordo com a lógica desse poder institucionalizado, efetuando uma manutenção do seu poder e autoridade ao aprender com a reação às mobilizações que se articulavam e contribuía para a desestruturação desse último. Tais mobilizações incluem os movimentos sociais e suas manifestações. Therborn deixa isso muito nítido ao falar que “o estudo das manifestações de poder nas cidades precisa olhar, também, para as trocas de poder, os contra-poderes e as ascensões de poderes” (informação verbal)<sup>31</sup>.

Voltando em Costa (1987), ele escreve que a Brasília não interessava ser grande metrópole, argumentando que prejudicaria sua finalidade era política administrativa, é a mais nítida expressão da negligência das atrocidades do capitalismo no meio urbano. O prejuízo no qual ele se refere são as desigualdades, a expressão do déficit habitacional e na distribuição de renda da população brasileira. Como coloquei na introdução já dizia Maquiavel (1513, p. 85), o governo com mais temor do seu povo do que dos estrangeiros, constrói fortalezas e barreiras. Nesse caso, a urbanismo da capital se porta como uma barreira.

A metrópole, inserida na lógica dominante atual, carrega uma instabilidade política por expressar as desigualdades provocadas pelo capitalismo e necessitar de um esforço maior para controlar as indignações ali causadas: “o caráter expansivo da urbanização, de característica polinuclear e descontínua, forma um tecido urbano segmentado, organizado por

---

<sup>30</sup> “O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores.” (BOURDIEU, 2004, p. 166).

<sup>31</sup> Tradução livre de “the study of manifestations of power in cities has to look, also, at changes of power, counter power and rise of power”, dito no curso de Cities of Power, por Göran Therborn, em Brasília, em novembro de 2017.

localidades dispersas de assentamentos para moradia (e/ou trabalho), caracterizados por classes sociais também segmentadas, distintas pela renda” (PENNA, 2013a, p. 216).

Diante disso, entra a questão funcional da cidade: se a conservação desse patrimônio urbanístico e arquitetônico acarreta também numa manutenção desse poder quase que oligárquico, a conservação deve ser revista e deve-se partir para uma reorganização territorial através de novas abordagens nas políticas públicas.

A participação política encontra empecilho no planejamento urbano. A dispersão e a fragmentação proposital das áreas urbanas das Regiões Administrativas é apenas um exemplo concreto do reforço do poder e das desigualdades. A conservação do patrimônio possui um projeto de poder político.

A rodoviária, sendo uma centralidade na mobilidade urbana de Brasília ao atender a população espacialmente segregada e, conseqüentemente, uma das centralidades políticas na atuação dos movimentos sociais da capital, teria sido posta na mesma localização<sup>32</sup>? As dificuldades de mobilidades urbana e dispersão espacial de Brasília próxima à esplanada, como foi citado aqui, atingem diretamente na inclusão e participação política, deixando os moradores da capital tão distante da política nacional quanto os moradores de São Paulo.

Esses territórios, como o da Esplanada e o do plano piloto, associados ao controle, dominado pela ação estratégica do poder hegemônico, racionalizado, se trata de hibridação entre o poder público e o mercado financeiro. Deixando, então a leitura do espaço ao visível e ao imediato e colando a leitura da sociedade nas mesmas categorias. Isso resulta num antagonismo ao território usado, presente, principalmente, nos subúrbios empobrecidos. Neste sentido, a ação dos movimentos sociais se trata de um exercício de atravessar territórios. (Informações verbais)<sup>33a</sup>.

À vista disso, Ana Clara Torres Ribeiro<sup>33b</sup> e Paulo Arantes (1998) afirmam: “nem tudo que é sólido desmancha no ar”. O capitalismo destrutivo que, em nome do progresso e fluidez,

---

<sup>32</sup> "Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária à noitinha. (...) É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora, entra em contato com a cidade. Então, eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. (...) Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. (...) Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade." Lúcio Costa (1995) sobre a Rodoviária do Plano Piloto.

<sup>33a</sup> e <sup>33b</sup> Conforme explanado por Ana Clara Torre Ribeiro na conferência de abertura Território da Sociedade: por uma cartografia da ação, no III Seminário Nacional Da Metrópole: Governo, Sociedade E Território, em São Gonçalo, em dezembro de 2010 (disponível em: <<https://youtu.be/FkgJfmb2VUU>>; acessado 12/08/2018).

apaga e recria territórios feito plástico, encontra uma rigidez na dominação que se expressa nos territórios geradores de valor, criados para responder a necessidades modernas de capitais transnacionais provido de força política. (SANTOS, 2017).

A criação dessas centralidades rígidas, antônimas ao território usado, se mostram como um impedimento à participação política, à democracia e a própria cidade, “[...] falar em direito à cidade implica também ter um movimento social urbano forte e organizado capaz de questionar e contrapor-se à forma em que estão organizadas as relações de poder na cidade” (JACOBI, 1986, p. 23). Como consequência, temos poder local, descentralizado, de fato popular, provendo acesso à moradia, à alimentação, saúde, educação, mobilidade urbana, e, porque não ser um começo de um caminho para uma justiça social em relação às opressões como as de gênero, raça e sexualidade. E é nesse sentido que Jacobi afirma, sobre os movimentos sociais: não queremos ser administrados, queremos administrar. (*Ibidem*).<sup>34</sup>

Os fatores compreendidos neste capítulo constroem o que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico. Definindo-os como uma produção construída a partir de uma realidade que estabelece uma lógica no mundo social, através de instrumentos estruturados e estruturantes do conhecimento e da comunicação. Assim, os sistemas simbólicos expressos na arte, na religião, na língua e nas produções culturais como um todo, cumprem uma função política, assegurando e legitimando uma dominação de uma classe/grupo sobre outra por uma violência simbólica, monopolizada pela própria classe dominante (como vimos aqui). Sendo assim, o cerne do estabelecimento do funcionalismo na sociedade.

A integração e colaboração fictícia entre a sociedade e a legitimação das dominações impostas, provoca um discurso ideológico, que acaba impondo classificações políticas, filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. “Os sistemas simbólicos devem sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação)” (*ibidem*, p. 12 – 14).

Assim se configura o poder simbólico como um poder subordinado, pois reside não nos sistemas simbólicos, mas agentes e atores que exercem o poder desses sistemas e nos que reproduzem esse poder. Este, difícil de se reconhecer, expresso por meio desta forma dissimulada, calada, porém visível, é capaz de violência política, concretamente exercida e demonstrada no próximo capítulo.

---

<sup>34</sup> Como complemento Penna (2013b, p. 340), fazendo o uso de Klink (2010, p. 14) coloca: As desigualdades geradas no espaço urbano revelam a necessidade de reconhecer “a persistência da limitada capacidade de intervenção” e a fragilidade dos governos na “coordenação funcional e socioeconômica para contornar uma dinâmica territorial insustentável”.

## 7. O CARÁTER GEOGRÁFICO DAS MANIFESTAÇÕES: O MERGULHO

Nesse capítulo, realiza-se uma análise a partir da prática dos manifestantes para chegar ao nível analítico, isto é, o caminho contrário do capítulo anterior, no qual se iniciou nos fatores exteriores que influenciam na existência dos fenômenos presentes na manifestação, para então entender e adentrar no ato da manifestação.

Nessa parte, se percebe a dificuldade da chegada da geografia acadêmica e uma maior aproximação dos estrategistas militares. Esses últimos chegam mais facilmente na prática e mais dificilmente na teoria, enquanto os acadêmicos chegam na teoria muito mais facilmente que na estratégia e tática prática. Procurando pesquisas por palavras chaves (estratégia, tática, manifestação,...), é fácil encontrar trabalhos em ambas as áreas do conhecimento. Encontram-se diversos trabalhos acadêmicos falando de estratégia e tática, mas não conseguindo sair do nível da abstração, e diversos trabalhos advindos da ciência militar falando de teoria, mas sem sair do empírico.

É difícil dizer o porquê de isso acontecer, embora se possa criar hipóteses que tem a ver com a formação e o cotidiano de cada um desses profissionais e permanência de cada um em suas zonas de conforto, criadas a partir de suas experiências. De certa forma, é fácil não chegar na parte prática, afirmando como quem frequenta o meio acadêmico. Teorias são atraentes e suas discussões são longas, complexas, difíceis de serem finalizadas. Algo parecido deve ocorrer em relação aos que frequentam mais as leituras sobre estratégias e táticas militares. É justo nessa contradição entre a teoria e a prática que se assenta uma pergunta central para essa análise: como se materializam as ações que envolvem as manifestações.

O estudo da ação é um campo interdisciplinar, provido de uma extensa leitura prévia das pesquisas já realizadas, e esse estudo também possui outras necessidades, outras lacunas, para além do que se preenche aqui. Por exemplo, o discurso, como a professora Ana Clara Torres Ribeiro (2014 p. 183), uma vez mencionou, dando um curso sobre as teorias da ação, na UNICAMP, que “o sistema de ação, sem a análise do discurso, simultaneamente, não é sistema de ação”.

O que é proposto aqui é o estudo do espaço geográfico, considerando as manifestações, compreendendo as mesmas como movimentos socioterritoriais. Afinal, isso é geografia, pois é o estudo do espaço geográfico, mediado por uma metodologia específica. Este espaço, como Milton Santos (2017) já nos explicou, é um conjunto indissociável e indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Tanto os sistemas de objetos, quanto os sistemas de ações vêm sendo tratados aqui. Sobre o que vem a ser uma ação, já introduzi no capítulo anterior para trabalhar as conceituações envolvidas na manifestação. Ribeiro (2014, p. 304) coloca que a análise da ação precisa ser algo que envolve modos de dizer, modos fazer e modos de resistir. A manifestação, se tratando de [um sistema de] ações política, são passíveis de analisar os três modos em questão.

Nesse capítulo abarca-se, principalmente, o que seriam os modos de resistir. Não se analisa exatamente o que envolve a análise do discurso, mas os modos de fazer não são desprovidos de discurso. Os modos fazer, analisados desprovidos do discurso, não se capta corretamente a intencionalidade. Dito isso, busca-se perceber, ao longo desse capítulo, como cada movimento social provido de um objetivo, seguindo uma determinada teoria dos movimentos sociais alinhadas com uma determinada tese política, materializa seus discursos alinhados a um certo modo de fazer. Dessa forma, articulando a teoria marxista com as contribuições de Max Weber, como orienta a professora Ana Clara (*ibidem*). Essa articulação é feita a partir de uma perspectiva do pensamento materialista-histórico dialético.

No sentido que a complexidade do exercício do poder não pode ser explicada apenas pela economia na sua compreensão clássica. “O que ele [Weber] faz é explicar que os mecanismos de poder estão vinculados à cultura, às várias formas pela dominação, pela opressão, são articuladas à cultura” (*ibidem*, p. 231). Embora não tenha sido possível captar o discurso aqui, por alguns fatores limitantes, busca-se captar o espírito. É, por isso, que se analisa aqui a ação, e não simplesmente a atividade -que seria algo alinhado com o sistema técnico, ou ação racional, ligado à racionalização imposta pelo capital.

Será visto a seguir que existe uma diferença nas ações, que dialoga muito com a racionalização da ação e, também, com a ação instrumentalizada. É muito difícil categorizar o que seria uma ação racional do que seria uma ação irracional, pois o racional é conduzido por valores, que possuem uma construção cultural. Logo, é natural ser racional, pois o que não é racional é conduzido, *a priori*, pelo emocional. (*Ibidem*). O que se busca colocar em cheque aqui é a ação conduzida pela racionalidade capitalista.

### **7.1. A AÇÃO INSTITUCIONAL E A BUROCRACIA**

A dominação do capitalismo opera para além da relação de exploração do trabalho e da terra. Existe uma imposição econômica, mas existe também um domínio pelo econômico, político, ideológico e psicológico (PAGÈS *et al.*, 1987).

Logo, há mais de um campo onde se travam disputas. Entre estes, está o campo institucional onde se realiza a ação instrumental. No recorte estudado, a maior expressão da

ação instrumental se realiza no momento que movimentos sociais se deparam com a burocracia. A instrumentalização da ação confunde os meios com os fins. Isto é, os meios se tornam o fim, e perde-se de vista a objetividade. Ela se apresenta como uma proposta de neutralização das ações política, tornando as ações, em atividades, sem discursos, apenas lógicas racionalizantes, negligenciando por total o fator humano, parcial. Este, estaria enviesado, fadado ao erro, e a burocracia surge para reduzir isso a um mínimo (PAGÈS *et al.*, 1987).

A ação instrumental é pensada para a burocracia. Nesse sentido, ela opera a negligenciando o fator humano das relações políticas e evidenciando os fatores legalistas e operacionais. Isso resulta numa despersonalização e a política se torna fetichizada em torno do aparato burocrático. Impõe-se essa farsa baseada num protocolo neutro. Como consequência, essa burocratização resulta em uma abstração espacial. Além de não se saber a quem se encaminhar para reivindicar, não se sabe onde se encaminha para reivindicar. (*Ibidem*).

A Esplanada dos Ministérios, sendo refém da burocracia, se torna um território codificado, cujos fluxos são complexos de se deduzir. O impacto disso, na manifestação, é a criação de uma dificuldade no planejamento territorial da mesma. Surgem questionamento como “onde devemos nos manifestar? ”; por onde está tramitando um determinado projeto? ”, por exemplo, um projeto referente à educação, mas ele não necessariamente está encabeçado pelo Ministério da Educação. O direcionamento da manifestação também fica comprometido pela despersonalização, pois não se sabe a quem direcionar a fala. A Ministra ou O Ministro costuma ser a solução, mas existem outros encarregados que estão lidando com a causa mais diretamente.

Como consequência, as manifestações são mais facilmente levadas a terem pautas generalizadas e menos direcionadas. Em resumo, parece que a ação política nas ruas fica refém da ação institucional instrumentalizada/tecnocrata pertencente a burocracia. Dessa forma, o sentido imediato e pontual, ou o objetivo parcial, das mobilizações constituem uma problemática estratégica mais desafiante que o objetivo final. Afinal, a manifestação tem por objetivo reverter a lógica da institucionalidade decidindo sobre a ação direta, fazendo com que a ação direta que decida sobre a institucionalidade.

Aliado a isso, instrumentos ideológicos de dominação legitimam mais a ação instrumental que a ação direta, pois, a ação direta não está subordinada ao sistema burocrático e a ação instrumental direciona a política para uma racionalidade própria do capitalismo; e, ao mesmo tempo, o protesto de rua pode ter um sentido revolucionário.

## 7.2. A SOBREPOSIÇÃO DA AÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE A AÇÃO DIRETA

O sentido da ação institucional direciona para uma racionalidade instrumental, antes de uma ação direta, por exemplo, o protesto nas ruas. Tal situação é algo que pode ser muito bem caracterizada como a violência simbólica, que Bourdieu (1989) nos alerta. É uma racionalização, construída através de uma percepção de símbolos, que se apoia em valores, gerados por agentes e atores do capitalismo. É o poder do sistema econômico e político exercendo uma dominação que começa no inconsciente e adentra o consciente, formando uma hegemonia.

Assim, o sistema burocrático também opera para a perda do sentido da ação política, no âmbito da conformidade, a não ser que o sentido esteja provido de institucionalidade, que englobe ele mesmo. O ato de se manifestar na esplanada, antes mesmo dela começar, já está passando por uma violência criada por um terror psicológico, pois o pensar em ação direta, em um território que representa um dos símbolos do poder institucionalizado, é uma ameaça a este poder. O que procura mudar a lógica na qual o poder se constrói, muda que detém o poder.

No momento em que a manifestação se concretiza, são adaptadas às formas de violência. Nesse momento, a esfera pública atua por meio da polícia. A atuação da polícia é regida por leis, e a manifestação é entendida pelos mesmos, como descrita na lei. Não cabe aqui adentrar na complexidade que representa a fundamentação nas quais as leis são criadas e postas em prática, mas no Brasil se estabelecem considerando a Constituição, que estabelece um Estado Democrático de Direito. Dito isso, o artigo 5º, inciso XVI, da Constituição Federal brasileira (1988), prevê que “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”.

Neste debate, é fundamental lembrar de Lenin (2012), em *O Estado e a Revolução*, no momento em que ele fala da democracia capitalista<sup>35</sup>, Estado, liberdade<sup>36</sup>, e igualdade<sup>37</sup>. A democracia legal, formal, garantida pelo Estado (e que por sua vez formula a liberdade) fundamenta a igualdade. Contudo, esta última só existe formalmente. Não existe uma igualdade

<sup>35</sup> Lenin (2012, p. 149) sobre a democracia capitalista: “[...]inevitavelmente mesquinha, que exclui sorrateiramente os pobres e, por consequência, é hipócrita e mentirosa”.

<sup>36</sup> Lenin (2012, p. 150), citando Engels, para falar sobre o Estado e Liberdade: “enquanto o proletariado ainda faz uso do Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal”.

<sup>37</sup> O “igual direito” – diz Marx – encontramos-lo aqui, com efeito, mas esse é ainda o “direito burguês”, o qual, como todo direito, pressupõe uma desigualdade. Todo direito consiste na aplicação de uma regra única a diferentes pessoas, a pessoas que, de fato, não são nem idênticas nem iguais; e, por isso, o “igual direito” equivale a uma violação da igualdade e da justiça. (LENIN, 2012, p. 152).

real. O caráter formal da igualdade equivale ao reconhecimento institucional de que todos e todas podem determinar as características do Estado e como administrá-lo.

Na prática, o que ocorre é que a democracia acaba funcionando como um paliativo, na visão de Lenin, para um apaziguamento entre as classes e camufla a opressão entre elas. Numa visão pós-moderna, podemos estender esse apaziguamento e a camuflagem das opressões patriarcais, preconceito de gênero, de raça, de orientação sexual, etc. “Todo direito consiste na aplicação de uma regra única a diferentes pessoas, a pessoas que, de fato, não são nem idênticas, nem iguais; e, por isso, o ‘igual direito’ equivale a uma violação da igualdade e da justiça” (*ibidem*, p.152).

A igualdade perante uma democracia no capitalismo garante apenas a igualdade quando se trata de aspectos que não interferem na lógica do capitalismo, isso se refere aos meios de produção privados, ao reino da mercadoria, a falsa noção de ascensão social e a inferiorização de grupos sociais. Como ter igualdade se a dignidade é, para alguns, um privilégio e para outros, uma mercadoria, detentora de seu próprio valor de troca, vendido diariamente.

Assim, não se tem liberdade enquanto o Estado for comandado por agente e atores hegemônicos, que não possuem articulação nem capacidade representativa em relação a com a população assalariado e que criam e reforçam normas que privilegiam camadas sociais já privilegiadas.

### **7.3. A RACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO E O USO DA FORÇA POLICIAL**

Logo antes do golpe de 2016, acerca das manifestações que ocorreram nesse período, no que diz respeito a relação entre polícia e manifestantes, altamente difundidas nas redes sociais e nos meios de comunicação: nas manifestações contra o impeachment, onde não favorecia os desejos das elites políticas e econômicas do Brasil, existia uma tensão silenciosa de ambos os lados, uma parte impondo dificuldades sobre a outra; já nas manifestações a favor do impeachment, tiravam fotos com a polícia, sorrindo, em clima de amizade, descontração.

Manifestação, na polícia militar é vista de diferentes formas. Algumas análises consistem em um poço de equívocos limitados por um pensamento ignorante frente à realidade material, legitimando apenas a ação instrumental, que segue razão capitalista. Pode-se caracterizar estas como uma aceitação da daquilo lhe é imposto, e de fato: é o que se costuma ver na prática. Entretanto, há outras análises que adentram numa visão interdisciplinar, casando a ação militar com um pensamento analítico, crítico.

Para exemplificar esses pontos de vista, começa-se por Melo Júnior (2016, p. 18-19). Este possui uma compreensão um tanto distante do vem a ser a atuação da polícia militar. O autor se baseia em interpretações legalistas, concedendo a PM um título de heroico:

“No Estado democrático de Direito, a atuação da Polícia Militar para o restabelecimento da ordem pública faz imprescindível, sendo a segurança pública um dever do Estado, mas ainda um direito e responsabilidade de todos conforme dita nossa Carta Magna de 1988. A polícia então surge no contexto como instrumento legal necessário para mediação e resolução dos conflitos sociais, tornando fundamental o conhecimento teórico de seu arcabouço, bem como o desenvolvimento constante do conhecimento científico, vislumbrando uma estrutura horizontal, a qual a sociedade, possui um papel fundamental não apenas ao repassar ao Estado o seu poder, mas também como mão capaz de colaborar com a segurança pública e em especial com a atividade policial”. (MELO JÚNIOR, 2016, p. 18 – 19)

Maia (2016, p. 36), que possui uma preocupação incompreensível em colocar que uma manifestação não pode infringir nenhum direito alheio, e ele que, como um policial militar reservou para si o direito de avaliar a conduta ética, o tempo adequado para a manifestação, a liberdade dos manifestantes e dos indivíduos no entorno da manifestação em seu artigo sem qualquer base teórica a não ser legalista, chega a uma argumentação insuficiente ao utilizar o Código de Hamurabi para falar sobre proporcionalidade na atuação da força policial na contenção de distúrbios civis:

“O conceito de proporcionalidade nos remete ao Código de Hamurabi, onde pode-se observar a ideia no conceito de ação e reação, e daí surge a famosa expressão "olho por olho, dente por dente". Apesar de a ideia ser antiga, a ação proporcional à agressão sofrida é até hoje permitida em nosso ordenamento jurídico, desde que proporcional ao fato praticado, é o que se infere na legítima defesa e no desforço pessoal, hipóteses de autotutela. Nesse sentido, a proporcionalidade como princípio norteador das ações policiais [...] deve intervir na esfera dos direitos fundamentais, limitando o poder legítimo das pessoas apontando critérios de limitação dessa liberdade individual”. (MAIA, 2016, p. 36)

A proporcionalidade citada é uma atitude relativizada de acordo com o indivíduo que se utiliza dessa retórica. No caso, concede a liberdade para um policial atuar “proporcionalmente” de acordo com seu próprio critério. O policial militar como indivíduo, e sobretudo a Polícia Militar como uma instituição, se torna um agente detentor de leque imenso de legitimidade e autoridade, sem uma consciência e construção ética adequada, difícil de ser fiscalizada ou questionada e sob uma premissa incontestável de ordem social (ver figura 17 e 18 para avaliar a gama de atuação que é dada aos policiais com a premissa da proporcionalidade).

Por outro lado, existem análises como as de Costa e Junqueira (2017, p. 205), que não se preocupam tanto em como repreender a manifestação, como as anteriores, mas o que caracteriza essa repressão, desde o momento da sua formação até as consequências que esta acarreta na sua atuação e representação social:

“Desperta a atenção o fato de que o termo “distúrbio civil” ainda vigora nos manuais e nos regulamentos, além de ainda estar presente no discurso dos policiais. Isso demonstra, de imediato, a forma negativa ou depreciativa com que a instituição policial encara um ato de protesto, uma manifestação, por mais que formalmente seja feita a distinção entre uma manifestação pacífica e uma de violência ou quebra da ordem, tornando-se um evento em desordem (distúrbio). Daí a legitimidade do protesto torna-se sufocada por tal forma de representação que não somente é disseminada à tropa de choque, mas no caso da Polícia Militar de Goiás, aos policiais dos cursos de formação, construindo uma visão que compromete os valores democráticos e o respeito aos direitos humano”. (COSTA E JUNQUEIRA, 2017, p. 205)

E continua:

“As representações sociais que os policiais alimentam de que a instituição é exclusivamente uma agência de aplicação da lei (COSTA, 2016a) encontra-se tão presente nas práticas policiais quanto em regulamentos e manuais. Tanto que esta forma de representação e julgamento das situações com que os policiais lidam pode ser entendida pela explicação de uma lista dos possíveis crimes cometidos pelos cidadãos e os dispositivos legais que justificam a intervenção policial, bastante comum nos manuais em questão. Isso leva os policiais a reproduzir a metodologia usual da mera aplicação da lei e da ordem, tornando invisível a face cidadã e consciente do ato de fazer protesto”. (*Ibidem*, p. 206).

O que está em debate, aqui, não é a necessidade ou não da presença da polícia nas manifestações, mas sim sua atuação, que conseqüentemente deslegitima a sua presença. Isto é, apesar do preparo intenso aos quais estão sujeitos dentro da instituição, existe um despreparo no que tange a atuação e o alto uso de armas menos letais nas manifestações. Ao mesmo tempo que se reconhece a importância de compreender as circunstâncias na qual ocorrem as manifestações, a repressão é legitimada com um tanto de facilidade. Parece que o reconhecimento é empregado apenas como um discurso para legitimar a repressão, e não como algo que deve ser de fato posto em prática.

Um exemplo é Amaral & Valério (2014, p. 2), no artigo intitulado “Uso da Força e de Armas de Fogo em Manifestações Populares”. No mesmo tópico de conclusão se diz: “entender as motivações e a lógica de cada grupo manifestante (a essência de cada grupo) é absolutamente necessário para poder atuar de forma adequada”; alguns parágrafos abaixo os autores colocam: “o uso da força, monopólio do Estado através de seus agentes, deve ser escalonado de acordo com o grau da ameaça. Nesse sentido, o uso letal de armas de fogo é admitido nos casos em que estejam presentes a necessidade e proporcionalidade, bem como diante de uma inequívoca causa de excludente da ilicitude”. Resumidamente, os autores acreditam que as manifestações populares no estado de São Paulo podem se escalar ao nível que se tornem similares às guerrilhas travadas por Fidel Castro e Che Guevara entre 1956 e 1959 em Cuba.

Todavia, o que de fato acontece é que, devido a diversos fatores, entre eles a popularização da tática *black bloc* no Brasil, se observa o número de depredações aumentarem, a maior ocorrência de barricadas, bloqueios de vias com material incendiado, arremessam

pedras contra policiais, bombas caseiras de curto alcance, etc. Enfim, situações as quais, com preparo, consegue-se reagir e apaziguar a situação, sem necessidade do uso de armas de fogo.

Por conta de um pensamento militarista e uma racionalização da ação, como detalha Costa e Junqueira (2017, p. 207), ocorrido por conta de um reforço dessa ideologia na formação, “a doutrina interiorizada é reproduzida irrefletidamente nas narrativas de policiais que atuam nas tropas de choque, de modo que predominem representações sociais de que o modelo militar é o mais adequado para a intervenção policial de controle de manifestações públicas de protesto”<sup>38</sup> (ver figura 17 e 18).



Figura 17: três policiais utilizando armas de fogo na manifestação que ocorreu dia 24 de maio de 2017<sup>39</sup>



Figura 18: manifestante faz o uso de estilingue para lançar projéteis em forças policiais<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Vale destacar que “Poncioni (2005) evidenciou que o militarismo está mais presente na tropa das unidades especializadas das polícias militares que nos policiais que desenvolvem o policiamento ostensivo geral. Desse modo, valores básicos como a disciplina e a hierarquia estão presentes não somente na administração burocrática do quartel e nas interações sociais, mas principalmente nos procedimentos operacionais de atuação da tropa de choque” (COSTA E JUNQUEIRA, 2017 p. 206-207).

<sup>39</sup> Fonte: Redação Pragmatismo Político (2017), disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/05/manifestante-alvejado-por-arma-de-fogo-em-brasilia-respira-por-aparelhos.html>>, acesso dia 26 de julho de 2018.

<sup>40</sup> Foto de Marcelo Camargo (Redação Carta Capital, 2017), disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/perdeu-o-dia-de-caos-em-brasilia-entenda-o-novo-episodio-da-crise>>, acesso dia 26 de julho de 2018.

A forma com que se dá a atuação da polícia é contestável, contudo ela não é necessariamente condizente com o que diz os manuais e o treinamento. Existem manuais (a exemplo do Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1997)<sup>41</sup> que caracterizam os tipos de mobilização política, qual é composição social de cada um, como estes últimos atuam e reagem e qual deve ser a atuação da polícia em torno de cada uma dessas variáveis. A polícia considera a morfologia urbana, apesar de nem sempre considerar todos os fatores geográficos que influenciam a situação; o contexto social dos manifestantes<sup>42</sup>; classifica as trocas de subjetividades entre os manifestantes; e consequentemente as estratégias e táticas empregadas pelos menos. É a chamada teoria das multidões. Ou seja, sem dúvida existe um raciocínio geográfico e uma geografia ativa nas ações da Polícia.

O CDC, como é abreviado o Controle De Distúrbios Cíveis, é uma tarefa da Tropa de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, ou BPMChoque. Estes são providos de equipamentos de proteção como escudo, capacete, coletes, armamentos menos letais como spray de pimenta, granadas de efeito moral, gás lacrimogêneo, munições de impacto controlado, popularmente conhecidas como balas de borracha, etc.

Também existem outras unidades na PMDF, além dos policiais que atuam no policiamento ostensivo geral, que atuam em manifestações, como ficou constatado no trabalho de campo. São eles o Grupamento Tático Operacional (GTOP), Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO), Grupo Tático Motociclista, Batalhão de Policiamento com cães (BPCães), Batalhão de Aviação Operacional (BAvOP), Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas (ROTAM) e, menos frequentemente, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Além disso, também é comum a mobilização do Corpo de Bombeiros, do Departamento de Trânsito (DETRAN), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

#### **7.4. A VIOLÊNCIA POLICIAL**

O treinamento da Polícia Militar é brando. Todas as unidades possuem alguma instrução quanto a atuação em protestos, mas apenas o BPMChoque possui uma formação

<sup>41</sup> Utiliza-se o exemplo da CDC da PMSP, pois não foi possível obter acesso ao manual de CDC da PMDF.

<sup>42</sup> A forma com que a polícia busca compreender o indivíduo não é adequada. Se, baseia, na maioria das classificações por estereótipos de aparência. A não delimitação dos fatores que influenciam na postura dos manifestantes levam à uma estratificação guiada pelo preconceito, e consequentemente uma repressão baseada no mesmo, além de não levar em conta a tese política e o discurso empregado na manifestação. A estratificação frequentemente é feita levando em conta massas pacíficas (Idosos, religiosos, raciais e comportamentais), massas organizadas (professores, metalúrgicos e sem terras) e massas violentas (punks, torcedores uniformizados, detentos, perueiros/camelôs e estivadores).

direcionada para atuar em tais situações. Nesse cenário, aumentam as chances de existirem relatos de repressão violenta ou desproporcional. A figura 19 para representa a necessidade de preparo para lidar com determinadas situações.



*Figura 19: manifestante confrontando diretamente um Policial (acervo pessoal)*

Existe uma grande mobilização tática por parte do Estado e Polícia para atuar nas manifestações. Há, em caráter de sigilo parcial, um Protocolo Tático Integrado de Manifestações. Nele, está posto como deve ocorrer, ou se deve ocorrer, a repressão de manifestantes na Esplanada dos Ministérios. Foram traçados 110 cenários, cada um deles indicando como cada um dos 48 órgãos de Segurança Pública, Inteligência e Defesa, locais e federais envolvidos no acordo devem agir, antes, durante e após manifestações populares realizadas no Distrito Federal. (Metrópoles, 2017; Carta Capital, 2017; Brasil, 2017). Acaba que o sigilo expressa um projeto político que deseja estar melhor preparado para atuar *contra* a população, do *com* ela.

Entrando no debate da violência, seguindo o que já foi exposto aqui, existe uma contradição no raciocínio: a violência das forças repressoras é justificada pela violência dos manifestantes, que por sua vez justificam sua violência pelas condições impostas pelo Estado, que são violentas em certo grau, mesmo que simbolicamente, como coloca Pierre Bourdieu (1989).

Nesse sentido, fazendo uma reflexão rapidamente sobre as teorias da violência, Hannah Arendt (2016) considera a violência aposta ao poder. Onde há poder extremo, não existe violência, e vice-versa. Dito isso, ela também considera que Marx entra em desacordo ao

falar que as classes dominantes assumem o poder através de um processo de luta classes, que consequentemente envolveria violência. Para ela, portanto, aquele Estado que possui poder não atua por meio da Violência. Se considerarmos Max Weber (1996), por outro lado, ele já afirmava que o Estado consiste numa dominação que se baseia numa violência legítima, e então os dominados se sujeitam à autoridade dos dominantes, garantindo a existência do Estado.

Para a apropriação da teoria, foram utilizadas as experiências dos nove conflitos registrados<sup>43</sup>. Diga-se de passagem, junto ao debate da violência e legitimidade, vem o debate da ética. O planejamento estratégico é orientado de acordo com uma ética, a qual se apoia em uma série valores. A violência policial registrada foi, não só legitimada por um aparato legal, aceito pela sociedade civil, que institui a autoridade e a dominação sobre os manifestantes, mas também por uma ética socialmente construída. Dessa forma, o aparato legal, concede um argumento moralista para a condução da violência e a ética concede uma legitimidade em relação à consciência individual e coletiva.

Os conflitos registrados estão relacionados: ou com o não reconhecimento da legitimidade da atuação do Estado por parte dos manifestantes; ou com uma atitude dos manifestantes não reconhecida pelo aparato legal do Estado. A autoridade do Estado, apesar de reconhecida, não necessariamente foi obedecida, ou no caso da marcha da maconha não desejava ser reconhecida. A violência foi utilizada como instrumento para reforçar a autoridade e a obediência. No entanto, o que ocorreu foi uma resistência popular.

Tanto ao se tratar da violência promovida pelos policiais, quanto pelos manifestantes, reforça-se a presença de uma questão ética. O que legitima a violência policial? É uma questão de obediência ou uma questão ética? E o que legitima individualmente a violência dos que estão protestando? Não é obediência, seria então uma ética?

Isso nos remete de volta a questão sobre a racionalização do pensamento, que induz a uma atitude que se passa por correta. A polícia, como já foi exposto, nitidamente conduz suas ações por meio da lógica capitalista, que por sua vez é construída por uma ética, pensada por Weber como o “espírito do capitalismo”. O argumento dos manuais de que existem emoções reprimidas, que se expandem durante a manifestação, que o anonimato faz com que o indivíduo se sinta irresponsável por seus atos e que existe um contágio de ideias durante a manifestação através de subjetividade, serve, tanto para as policiais, quanto para os manifestantes.

---

<sup>43</sup> Foram elas: Manifestação Péssimas vindas a Temer, Manifestação Ocupa Brasília, 2º Ato Nacional Unificado Contra a PEC 55, Manifestação Contra a Reforma da Previdência, Marcha do Acampamento Terra Livre 2017 (nº1), Marcha da Maconha, Manifestação contra a corrupção de Temer, Manifestação de "Despedida do Temer" e Estudantes em Brasília pela Retirada das Reformas #OcupaBrasília.

Nos manuais da polícia e em artigos acadêmicos produzidos por policiais (exemplo de Goiás, 2015, e Maia, 2016) se reconhece que na análise do comportamento de massas, podem surgir emoções reações coletivas legítimas, irracionais, movidas pelo anonimato e pelo instinto, massificando um comportamento inadequado.

É interessante notar que essas considerações sobre o comportamento coletivo são, em maioria, apenas direcionadas ao comportamento dos manifestantes, negligenciando a própria instituição da polícia. Sem adentrar nas teorias da psicologia social sobre o assunto da obediência e do comportamento de massas, as mesmas argumentações podem ser utilizadas para classificar a atuação dos Policiais. O anonimato, por exemplo, está muito presente entre os policiais, como se viu nos trabalhos de campo. Os próprios policiais reforçam esse anonimato quando, na maioria dos casos onde há possibilidade de confronto e existe uma proximidade entre policial e manifestante, os policiais tiram a etiqueta que os identificam<sup>44</sup>.

### **7.5. A REAÇÃO DOS MANIFESTANTES**

Durante a manifestação, percebem-se posturas que atuam menos no sentido da conciliação. Isso varia por diversos fatores, mas a tese política adotada por cada um dos grupos protestando é uns dos principais responsáveis. A estratégia e as táticas de uma manifestação variam de acordo com a forma que se deseja fazer política. Isso vai muito além de uma dicotomia ação direta ou ação institucional. Representa uma análise mais profunda do discurso de cada grupo, e como estes desejam materializar suas ações.

Movimentos identitários, podem estar mais preocupados com a representatividade, isto é, a capacidade propositiva, do que com o projeto político. Movimentos constituídos por uma determinada categoria podem estar mais preocupado com a questão de classe e salarial, com o projeto político e o que ele acarreta para a questão de resolução salarial, o que pode acabar deixando a representatividade mais de lado.

É a discussão que realiza Ana Clara Torres Ribeiro (2014) quando fala sobre as faces do protagonismo. Dependendo do protagonismo e da forma de fazer política que o coletivo deseja fazer, realizam-se diferentes estratégias e diferentes táticas. Movimentos que são mais adeptos a teorias institucionalistas, possuem manifestações extremamente legalistas, com níveis muito moderados de desobediência civil. Movimentos que seguem teorias menos institucionalistas, tendem a realizar um protesto mais ou menos sujeito às imposições do Estado. Ambas as posições geram consequências diversas.

---

<sup>44</sup> Notou-se que nem todos tiram. Alguns poucos permanecem com a identificação.

Uma característica das situações em que existiu um conflito na manifestação, é que a orientação política de esquerda presente entre os manifestantes, reagindo a uma autoridade abusiva. Quase todas tiveram o envolvimento do movimento estudantil, exceto uma que foi dos indígenas. O movimento estudantil, além de ter uma questão envolvendo a idade, tem caracterização quanto à posição política: na maioria das vezes, os estudantes se fazem presentes com uma orientação política à esquerda ou ao anarquismo, sendo eles os principais representantes dessa última legenda. A ação política, não é só discurso desprovido de práticas, nem práticas isoladas do discurso, é questão de ser os modos de fazer, modos de dizer e modos de resistir.

É interessante lembrar da caracterização dos manifestantes realizadas no capítulo 5. Os manifestantes são, em maioria, da classe média, mas optar pela reação a violência da PM não é uma apenas uma questão de classe, como tem sido construído aqui. É uma questão ideológica. As ações nas quais a polícia se refere como irresponsáveis, sejam elas o ato de causar depredação, fazer uma barricada ou jogar uma pedra em direção a um policial, não se trata só do que se tem a perder, se trata do que se tem a ganhar.

Amorim e Arias (2015, p. 7), citam Guilherme Boulos, líder o do MTST, falando sobre as táticas de *black bloc*:

Achamos que ela não contribui para o acúmulo de forças e para o avanço das lutas populares. Quebrar um banco pode parecer muito radical, mas é muito fácil. Quebrar uma vitrine de banco, podemos sair daqui e quebrar. Isso não vai fazer do Santander ou do Bradesco mais pobres. Isso pode resolver meu problema psicológico, mas não radicalizar as lutas sociais. Vai isolar as lutas populares no país.

Isso coloca em pauta o que viria a ser o fazer político, a ação direta e a ação institucional. Se considerarmos que a depredação não é uma forma de expressão, atuação e fomento do debate político, estamos apenas considerando uma forma elitizada de fazer política, isto é, uma política “civilizada”, no sentido de ser elitista, sem afrontar o *status quo*, que interessa somente às forças hegemônicas, do qual esse civismo parte. Coloca a ação direta violenta como algo simplesmente irracional, impulsivo, puramente emotivo e reduz toda política envolvida na ação, no discurso dessa ação, à uma questão de expansão das emoções, como se isso também fosse desprovido de discurso político.

Imaginar que o indivíduo atue somente pela razão, é desconsiderar todo tecido social no qual ele está inserido. Não se faz apelo à violência, mas é possível justificá-la e explanando que ela não surge do nada, e que promoção da mesma é feita por indivíduos que são vítimas, ou simpatizam com as vítimas de crueldade. Quebrar uma vitrine, uma vidraça de um grande banco, de um ministério, é uma reação à repressão. A violência não está negando o diálogo ou

o desejo por participação política, a violência é um resultando de uma vontade de participação política e ao mesmo tempo uma negação estrutural do sujeito à política, combinada com as consequências da espoliação [urbana] sofrida diariamente.

Gohn (2014, p. 95), fazendo um resgate das obras de Alain Touraine, coloca que para este sociólogo, o sujeito é ligado ao movimento social, vulgo movimento coletivo, por meio de afirmações: “a primeira é que o sujeito é a vontade, resistência e luta, e não a experiência imediata de si”; “a segunda é que não há movimento social possível à margem da vontade de libertação ou liberação do sujeito”. E continua, “o sujeito não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, seu interior ou o espelho de sua intimidade. Ele é ação, é um trabalho, que nunca coincide com a experiência individual. A experiência a que ele se refere é a coletiva, o aprendizado a partir do coletivo”.

A tática *black bloc*, por exemplo, ela não surge do abismo. Pinheiro e Melo (2015, p. 171), sobre o ensino da tática, colocam que “aprendizagem e produção de saberes se dá em uma relação complexa entre o autodidatismo, a convivência nos espaços de protesto; nos grupos políticos autônomos e apartidários; *no confronto físico e psicológico do cotidiano das ruas de São Paulo*; nos meios tradicionais de comunicação; nos sites de rede social da internet e através das poucas referências bibliográficas nacionais que existiam antes de 2013<sup>45</sup>”.

De forma geral, o principal momento de aprendizado tático e estratégico é nas ruas, durante o próprio ato, pelas experiências adquiridas nas manifestações e pelo conhecimento passado entre os manifestantes. Essa afirmação é válida para táticas incisivas como a *black bloc*, mas também para táticas de confronto em geral. Se observarmos a figura (figura 19) a seguir, percebe-se que 64% das respostas indicaram que nunca fizeram alguma preparação para treinamento ou situações de risco durante uma manifestação.

É um dado interessante, levanta a questão de como diminuir os riscos de uma repressão policial, se não existe uma instrução inicial para isso? Prender-se a um discurso pacifista, de não-violência é positivo, mas este capítulo evidencia que esse discurso é prejudicial aos próprios manifestantes quando eles se tornam alvo da violência policial, sem saber se proteger e se posicionar no território diante do conflito.

---

<sup>45</sup> Grifo do autor.

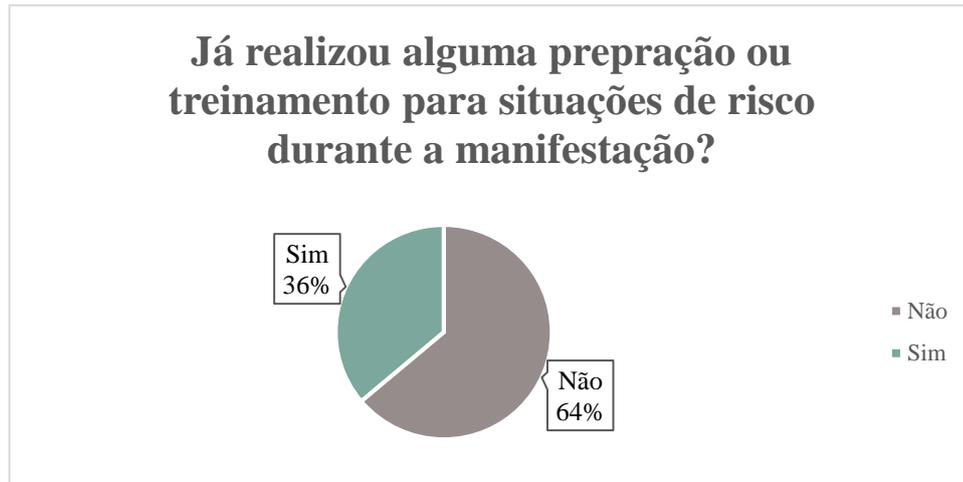


Figura 20: gráfico da preparação para situações de risco (respostas: 83)

Ao taxar atitudes de preparatórias como agressivas, violentas ou politicamente ineficazes; ao dizer que táticas anti-repressivas contradizem a efetivação de um projeto político pacifista, promove-se uma negligência e torna-se mais suscetível a momentos de repressão intensa. A repressão covarde se trata de algo que acontece, que existe, que não é fictício, e cair na falsa premissa que existe uma democracia consolidada e que os tempos de repressão autoritária se foram é algo fictício.

## 7.6. ESTRATÉGIAS E TÁTICAS, E A ESCALA DE IMPACTO

Há táticas que buscam obter repercussão da manifestação e estabelecer comunicação com o governo por meio da midiaticização. Tal pensamento atua no sentido da espetacularização e *viralização* das propostas políticas. “Com base na observação de táticas presentes em diferentes movimentos sociais de diferentes partes do mundo, percebe-se a criação de uma tendência comum que privilegia estratégias de comunicação integradas através de um radicalismo lúdico-artístico (geralmente irônico), criativo (no sentido de constantemente buscar reinventar-se), espetacularizado e [...] midiaticizado” (Assis, 2004, p. 2).

Essa proposta reflete também a negação da participação política da sociedade civil não institucionalizada no aparato estatal e o aparelhamento da grande mídia a este último. A manifestação acaba sendo um “barulho silencioso”, principalmente na Esplanada dos Ministérios, pois a política se isola nos prédios e não ouve as reivindicações dos manifestantes na rua. Isso induz os protestos recorram à midiaticização, para que suas reivindicações cheguem por meio da tela do computador ou do celular usado para o trabalho. O primeiro custo, no entanto, é perder o controle da repercussão da comunicação de suas pautas.

“O novo ativismo [...] busca alternativas de comunicação/manifestação que lhes deem visibilidade e poder simbólico para alcançar seus objetivos”, “os manifestantes buscam a

brincadeira, a ‘bagunça’, a ironia, a irreverência, a paródia e a teatralização como táticas-chave de oposição” (*ibidem*, p.3). O segundo custo da midiaticização das reivindicações é o esvaziamento da manifestação, pois este pode ser substituído pela midiaticização massiva, que pode ser feita pelas redes sociais. Esse custo é arriscado, pois, pode passar a importar mais a sua escala de impacto do que a escala onde ocorre o evento. Ocorre também uma consideração exagerada do discurso, e perde-se de visão a prática.

É compreensível a importância dada à comunicação, afinal um protesto é uma tentativa de se comunicar, e o apoio via redes sociais é um instrumento que concede legitimidade e motivação à realização de um ato que na maioria das vezes ocorre com poucos recursos, impedindo que manifestação seja engolida por uma onda imensa de informação supérflua. A questão midiática também traz segurança. O grau de ameaça de um dado movimento à chamada ordem pública se torna maior e mais segura se tiver legitimada e com provida de atenção da população<sup>46</sup>. Uma estratégia que vise adquirir esse apoio não é nada para se desconsiderar. Mas a midiaticização excessiva acaba tornando a situação algo ainda mais espetacularizado, com pouca prática, e pouco controle dos *modos de dizer* que envolve a ação.

O confronto entre manifestantes e a polícia, por ser algo que envolva uma tensão elevada, acaba por captar a atenção da mídia com certa frequência. Então, mesmo se não ocorrer um processo de midiaticização no próprio movimento, a busca pela venda das informações dos grandes meios de comunicação obriga as táticas e estratégias de uma manifestação se preocupar com a repercussão indesejada. Primeiro, em relação a mídias independentes, para tomar controle da divulgação; segundo, em relação ao cuidado com as fotos que podem gerar notícias enviesadas.

É interessante percebermos em Brasília, a captação da atenção do público ocorre que quase exclusivamente pelas vias de comunicação tradicionais, como jornais, telejornais ou pelas redes sociais. É nesse momento que é preciso observar a espacialidade Esplanada e observar a espacialidade de outros palcos de manifestações pelo Brasil. Em São Paulo, é muito frequente que ocorram manifestações na Avenida Paulista.

Essa é uma centralidade do circuito superior da economia brasileira e, até certo ponto, internacional. É também um grande ponto turístico e de lazer, frequentado tanto por moradores

---

<sup>46</sup> Vale lembrar a situação em que o apresentador de José Luiz Datena, no dia 13 de junho de 2013, ao apresentar um telejornal no emissora Band, fez uma enquete ao vivo com a pergunta “você é a favor desse tipo de protesto”, se referindo à violência causada pelos manifestantes no dia. Em um dado momento, havia cerca de 3000 votos no “sim” e cerca de 1900 no “não”. Mesmo após mudar a pergunta, na tentativa de induzir o telespectador a mudar o voto, perguntando “você é a favor da baderna”, os votos na opção “sim” chegaram a 2300, enquanto a opção “não” ficou em cerca de 980.

da grande São Paulo quanto por turistas que estão visitando São Paulo, de passagem. Aindas na Avenida Paulista existe a FIESP (Federação de Indústrias do Estado de São Paulo), diversas lojas de roupas, prédios de escritórios, e afins. Algumas manifestações, ao passar pelo MASP (Museu de Arte de São Paulo), entram na Avenida Nove de Julho, para ir em direção à Prefeitura da cidade de São Paulo. Assim, passam por locais residenciais, hospitais internacionalmente reconhecidos, sedes de grandes empresas, centros comerciais do circuito superior, até chegar nos prédios de administração pública, que nas proximidades ainda fica a BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo).

No Rio de Janeiro, por exemplo, um palco tradicional de manifestações é a Cinelândia, onde fica a Câmara Municipal, e onde antes ficava o Palácio Monroe, que funcionava o Senado brasileiro. A Cinelândia é um ponto turístico, político e cultural, pela história, pelos bares que ainda existem, pelos museus na redondeza, pela Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro e pelo teatro municipal. É comum a caminhada até a ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), passando pela avenida Rio Branco, que é um grande centro comercial, tanto do circuito superior da economia, quanto do circuito inferior. Algumas manifestações começam na ALERJ, seguem até a Igreja da Candelária e sobem a Avenida Presidente Vargas até a Estação Central.

Todas essas áreas do centro do Rio de Janeiro não possuem locais residenciais, no máximo alguns hotéis que existem pelas redondezas, mas é um local de intensa circulação, principalmente durante o dia, é um centro comercial, onde trabalham pessoas, informalmente nos comércios de rua até os trabalhadores do terceiro setor, que ficam nos prédios adensados de escritório. Próxima à ALERJ existe a bolsa de valores do Rio de Janeiro, as Barcas na Praça XV, a Estação Central, que é um grande Terminal Rodoviário, assim como existe o Terminal Rodoviário do Castelo.

Tanto a capital paulista, quanto a capital fluminense, possuem uma grande abrangência, que afeta o cotidiano de pontos que envolvem diversos agentes e atores globais, assim como o cotidiano de uma grande parte da população da cidade do Rio de Janeiro e de suas regiões metropolitanas. A escala de impacto é ampliada pela capacidade de reunião do local.

Contudo, se observarmos a Esplanada dos Ministérios, a dinâmica e local é diferente. Apesar de ser um local de trabalho, não existem pontos comerciais na rua, não existem locais com capacidade de aglutinação. Não possui capacidade de enraizamento, apenas se constitui como um lugar de passagem, excludente (como estamos vendo aqui), sem espírito, sem povo.

Assim, possui características que caminham em direção à não pertencimento e desapropriação de propriedade pública.

Os únicos momentos de grande circulação são os momentos em que as pessoas estão saindo dos seus pontos de trabalho e caminhando em direção à rodoviária. Os prédios dos ministérios não são virados para a Rua, formam um ângulo reto em relação ela, outro fator que tira a atenção da população em geral da Esplanada. A arquitetura, o urbanismo e a estratégia policial da Esplanada são feitos de tal forma que o que está na rua não entre nos prédios a não ser que autorizado (ver figura 21). É a expressão do medo que o Estado possui em relação à sua própria população. Cabe perguntar se os grandes empresários possuem a mesma dificuldade para entrar e discutir propostas no Congresso.



*Figura 21: foto da jornalista Gisele Arthur tirada no dia 30 de novembro de 2016, durante uma manifestação<sup>47</sup>*

## **7.7. DAS DIFICULDADES DE SE MANIFESTAR EM BRASÍLIA**

Com a setorização de Brasília, as instituições que agregam o circuito superior da economia, possuem participação significativa na administração do capital financeiro internacional, não estão na Esplanada, estão em locais como os Setores de Autarquia ou os

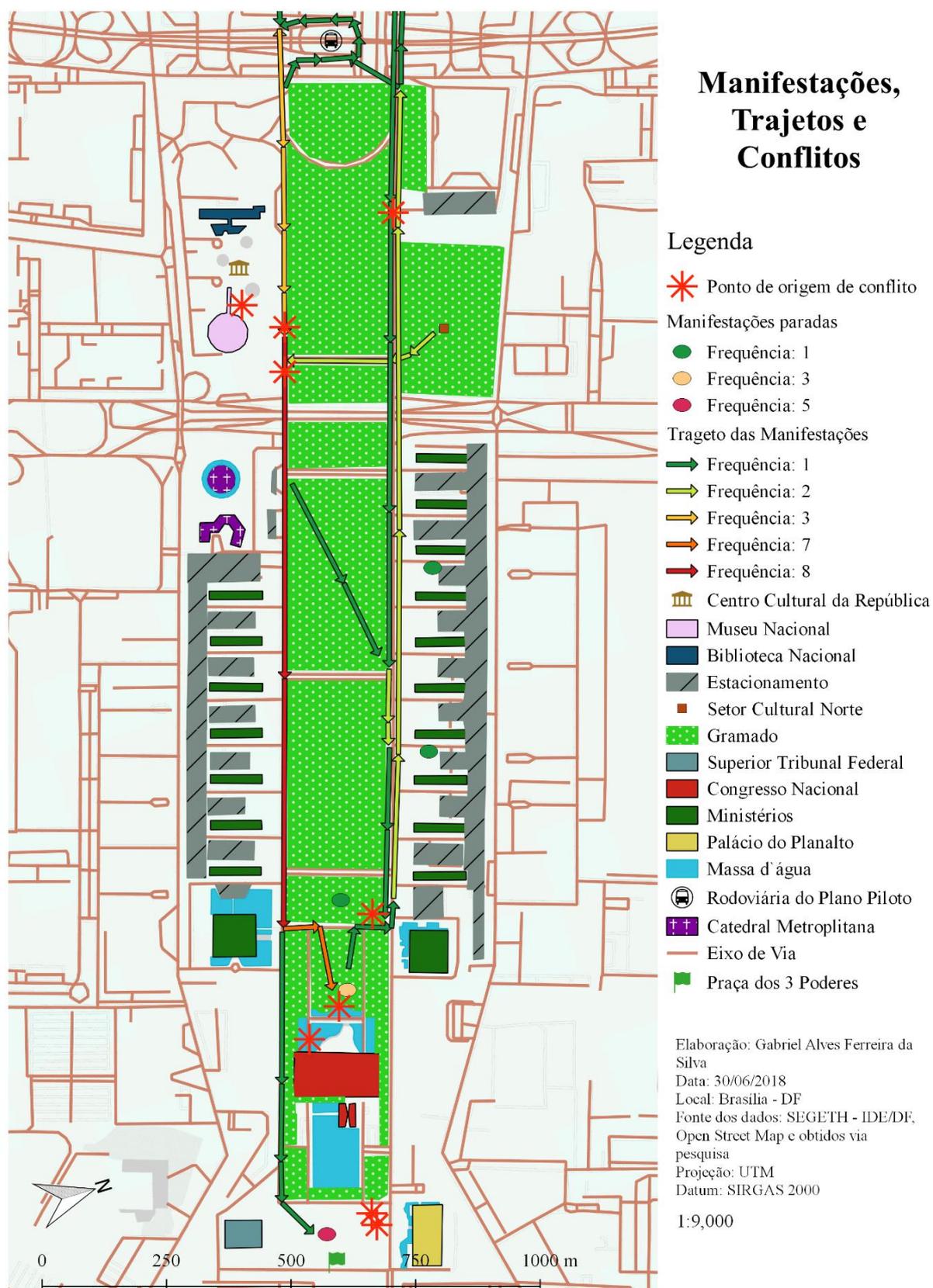
<sup>47</sup> Essa foto foi tirada na Manifestação Ocupa Brasília, que protestava contra a PEC 55, que estava em votação no Senado. A PEC 55, que agora se tornou a Emenda Constitucional 95, definiu um teto nos gastos públicos federais por 20 anos. A foto foi tirada numa cerimônia em que entregava o “Selo de Participação Legislativa”, premiando as entidades que contribuíam com proposições e ideias para o legislativo. Algo que, ao mínimo causa uma reflexão. Quem você precisa ser para participar no legislativo? É uma simples questão de escolha, em atuar via ações diretas ou institucionalmente, ou é uma questão de filtro que leva em conta fatores socioeconômicos. Uma das entidades indicadas era a União Nacional dos Estudantes Secundaristas – (UBES), que também estava na organização do ato. Cabe a indagação também sobre o que organização territorial implica sobre a representatividade, que aparentemente é um isolamento do representante em relação aos representados.

Setores Comerciais. Tal condição não as impede de intervir no governo, mas as impede de sentir e ouvir as manifestações.

É uma organização interessante, pois distância a administração pública dos agentes do setor econômico, no entanto, apenas na teoria, e acaba servindo como um isolamento perverso do setor privado. Isso acaba refletindo na manifestação ao escolher o local do evento. Acaba que os movimentos precisam territorializar suas ações num dado local, mas as sedes dos setores que estão envolvidos com a reivindicação estão territorialmente dispersas, dificultando a efetividade e impacto de uma manifestação. Entretanto, a representação simbólica que a Esplanada possui é dada uma tamanha importância, por diversos motivos, entre eles a maior possibilidade de mediação do protesto, que ocorre uma desconsideração pelo trajeto da manifestação, e pelas suas diversas possibilidades de impacto.

O mapa a seguir (mapa 2) representa o trajeto que foi feito pelas manifestações durante o recorte temporal estudado. Percebe-se que existem manifestações paradas e manifestações que possuem um trajeto. Com a exceção da manifestação do 15/03/2017 (Dia nacional contra a reforma da previdência & ocupação do ministério da fazenda), que foi posta como uma manifestação que teve trajeto, mesmo muito pequeno, e foi parada, pois, na maioria do tempo ela ficou em frente à ocupação, todas as manifestações foram consideradas ou providas de trajeto, ou paradas.

O mapa mostra de acordo com a cor, a frequência com que uma manifestação ocorreu num dado trajeto. Cada seguimento verde, por exemplo, significa o caminho que uma manifestação fez. Dois seguimentos verdes, distintos, implica em dois caminhos distintos que duas manifestações fizeram. Para exemplificar a lógica do mapa, uma seta alongada verde, indica que o trajeto foi feito apenas por uma manifestação, já uma seta alongada vermelha, indica um caminho que foi feito por 8 manifestações. Além disso, foi representado os pontos onde iniciariam os 9 conflitos que ocorreram durante o recorte temporal.



Mapa 2: mapa das manifestações, seus trajetos e conflitos

Existem, conforme o Mapa 2, algumas tendências nas manifestações que ocorrem na Esplanada dos Ministérios. Primeiro, o caminho que segue em direção ao Congresso Nacional, a partir do Museu da República notadamente foi o trajeto mais utilizado. Se contarmos que sete das oito manifestações que passaram por ele foram para o gramado do Congresso Nacional, e somarmos com às três manifestações paradas que ocorreram no local, mais a manifestação que ocorreu no gramado logo em cima (devido ao gramado estar bloqueado), com a parada LGBT que partiu de lá, temos 12 das 27 manifestações registradas ocorrendo no local. O que reforça a questão da representação simbólica que carrega o Congresso Nacional, exposto no capítulo anterior.

A estratégia de manifestação envolve a discussão sobre a surpresa. Ao colocar na constituição que é necessário avisar as autoridades antes de fazer uma manifestação, diminui a possibilidade da polícia, por exemplo, ser surpreendida. Quando manifestantes se propõem é desafiar as autoridades, pode ser que o aviso prévio não será feito. A polícia possui inteligência para se preparar em tais situações, atuando de longe, nas redes sociais, até presencialmente com os chamados “P2”, que são os policiais infiltrados afim de coletar informação para inteligência.

Tendo em vista esse fator, a repetição dos trajetos não promove qualquer tipo de vantagem em relação à possibilidade de repressão. É uma falsa segurança que passada pela polícia militar que já sabe como se organizar e como reprimir, e que atua quando achar relevante. Uma atuação da Polícia Militar sem organização prévia é inviável, pois pode trazer consequências à própria corporação por atitudes incorretas.

Chama a atenção o exemplo da greve geral em escala nacional, que se deu por uma paralisação geral, chamada para o dia 30 de junho de 2017. Com trabalho de campo, constou-se que a Polícia Militar estava a postos para monitorar e possivelmente reprimir manifestantes, com integrantes da Força Nacional até a Cavalaria. Entretanto, não houve manifestação, apenas o desgaste das forças policiais.

Outro exemplo que aborda a surpresa seu deu no dia 25 de abril de 2017, em que Acampamento Terra Livre promoveu uma manifestação em que os indígenas chegaram a entrar, pacificamente, no Congresso Nacional. Ao entrar, iniciou-se um confronto com a PM e retenção de alguns companheiros que estavam na marcha. Os indígenas decidiram não recuar sem que os 4 companheiros retidos fossem liberados, o que de fato ocorreu após insistência. Todavia, foi uma manifestação em que a PM ficou com pouca estrutura e contingente para reagir, e garantiu uma maior segurança dos indígenas e os asseguraram maior possibilidade de negociação.

A não ser que se trate de uma manifestação de orientação política à direita, (pois suas pautas não afetam a estrutura na qual o capitalismo estruturado no Brasil se apoia, preservando os privilégios), há sempre a necessidade de planejamento estratégico territorial que considere uma repressão policial violenta.

O tempo da manifestação também é um gatilho para a promoção da violência. Ocorre um acúmulo da tensão conforme o decorrer do seu tempo de realização, até que exista um desgaste além do desejado, onde o protesto acaba. Todas as manifestações em que ocorreram conflitos com reação dos protestantes, tiveram um decorrer de tempo, até que a tensão acumulada ou pelos manifestantes, ou pela PM fosse impossível de se conter e desencadearam atos de violência. Apesar de a figura do policial ser vista como uma entidade coletiva, não se pode desconsiderar o seu valor individual. Questões como a empatia em direção à causa se tornam relevantes no momento em que atuam para diminuir o acúmulo de tensão.

É importante perceber no Quadro 2 que, apesar de as manifestações maiores terem mais probabilidade de ocorrer de conflitos, não é uma situação exclusiva. Se existe um acúmulo de tensão, medo e raiva, pode surgir conflitos e resultar em atos de violência, tanto por parte dos aparelhados ao Estado quanto por parte dos manifestantes.

| Classe do número de manifestantes | Conflitos com a Polícia/Total de Manifestações da Classe |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------|
| 5.000<                            | 2/5                                                      |
| 3000  — 5000                      | 2/5                                                      |
| 1000  — 3000                      | 3/6                                                      |
| até 1000                          | 2/11                                                     |

*Quadro 5: relação entre número de manifestantes e conflitos*

Outra questão revelada pelo mapa é sobre o trânsito. As manifestações, na maioria das vezes, planejam e executam seu trajeto junto ao sentido do trânsito. Nota-se, que a gestão do trânsito é um recurso estratégico da PM, pois facilita a observação e repressão. Normalmente, a interrupção do trânsito ocorre somente com grandes manifestações, ou em momentos em que será realizada uma repressão. Contudo, notou-se que em manifestações cuja ideologia predominante era de direita, o trânsito era interrompido, a exemplo da manifestação do dia 26 de março, em que tanto a S1 quanto a N1 foram interrompidas, mas para uma manifestação não condizente com a situação, de apenas 500 pessoas, a maioria não estava na rua, estava no gramado.

Já manifestação do dia 31 de agosto, em que a “péssimas vindas ao Temer”, a com cerca de 1000 pessoas, não teve a N1 bloqueada por completo, na qual estava seguindo. Assim,

manifestantes ocuparam três faixas e meia, enquanto os carros passavam em duas das seis faixas disponíveis. O trânsito se apresenta como um elemento estratégico e essencial para a realização das táticas. Carlos Marighella (1969) colocou que o trânsito congestionado é uma desvantagem para quem não está preparado para lidar com ele, e cita o exemplo de estudantes que em 1968 marcharam pelas ruas contra o trânsito, dificultando a atuação da polícia.

Ir contra o trânsito requer mais organização, porém ir a favor do trânsito deixa o caminho livre para o posicionamento da polícia e facilita a sua atuação na repressão. Os carros também podem servir de barreiras e bens privados que impedem a atuação polícia, pois a mesma não deseja, *a priori*, depredar nenhum bem público ou privado. Os estacionamentos podem servir de abrigos a princípio, mas apenas em determinadas situações. A polícia costuma utilizar os estacionamentos como locais de argumentos, lá também é de difícil locomoção, facilitando cercar os protestantes, e prendê-los, caso desejado. O objetivo principal da polícia na manifestação é dispersar, depois, se necessário ou se desejar, pode prender manifestantes.

O gramado extenso da Esplanada facilita as ações da PM, pois permite uma maior dispersão dos manifestantes, logo, uma perda de conectividade por aglomeração, acarretando numa perda de força. É muito difícil agir contra a PM em momento de repressão, ela detém mais instrumentos, recursos e habilidades em geral (fora a legitimidade legal), sendo portadora da vantagem. As ações de enfrentamento com a polícia não muitas vezes são concentradas no conflito direto, mas são mais efetivas quando são focadas da diminuição da vantagem da PM e na segurança dos manifestantes, criando barricadas, mantendo distância dos policiais, confundindo a atuação policial, utilizando da surpresa. Um pode não excluir o outro, mas é nítido o perigo do enfrentamento direto.

É nessa lógica que se devem concretizar as táticas, como lembra Certeau (1998, p. 102), citando escritos de Aristóteles, a tática “trata-se de fortificar ao máximo a posição do mais fraco”. A construção da estratégia, também lembrando as citações de Certeau (*ibidem*, p.163) “não existem estratégias se não incluir a estratégia do outro”. Ou seja, se a estratégia não considerar a possibilidade de repressão, as táticas não serão suficientes para garantir a segurança dos manifestantes.

A tática seguida pela polícia é a citada nos manuais e orientações que são vistos durante sua formação. Logo, isso implica que existe certo padrão para as chamadas operações de CDC. O objetivo inicial da polícia é o acompanhamento da manifestação para que ela possa garantir a ordem pública e atuar, caso haja perturbação à mesma. No caso de uma manifestação, a polícia atua para que haja dispersão, não a detenção ou confinamento de manifestantes, desanimando e dificultando aos manifestantes outra reunião imediata. (São Paulo, 1997).

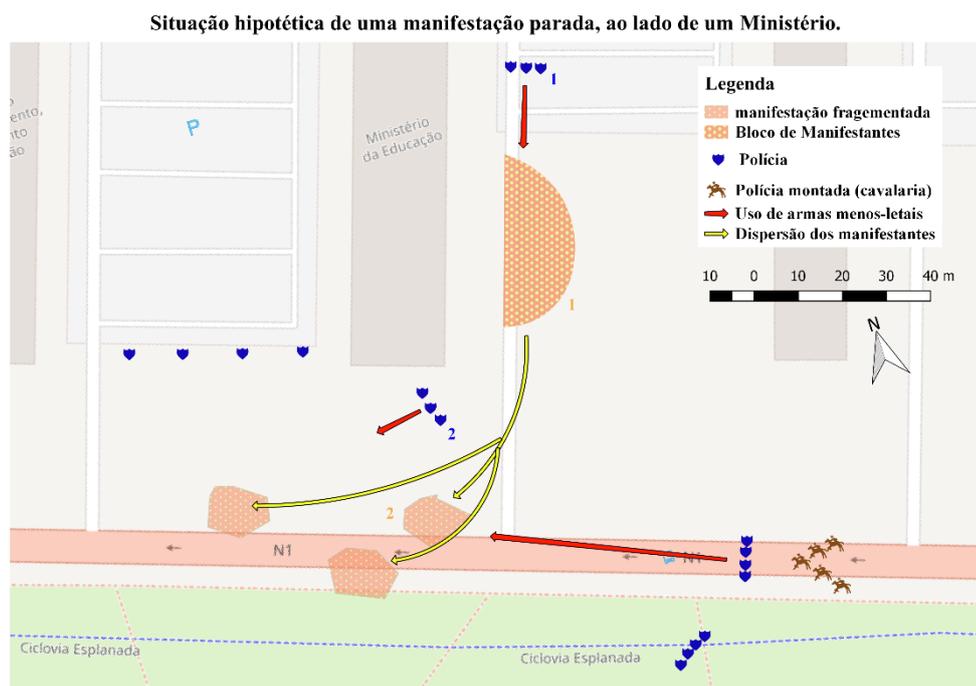
A polícia possui alguns tipos de formação, são eles: linha, usada para fazer recuar a massa ou para dirigi-la através de uma área descoberta ou, ainda para fazê-la evacuar determinado local. Pode, também, ser empregada para conter a massa ou para bloquear o acesso a determinado local; cunha (formando uma frente triangular): é usada para penetrar e separar a massa, normalmente utilizado pela cavalaria, como representado nas figuras a seguir; escalões, uma formação diagonal em relação à rua, são usados para dispersar a massa, seja em áreas abertas, sejam em áreas construídos ou para dirigir o movimento da mesma numa só direção. As formações podem assumir certa complexidade de acordo com a função que representa cada integrante –aqui, estão simplificadas.

No cartograma a seguir (mapa 3), com base nos trabalhos de campo foi feita uma representação de uma situação hipotética de repressão numa manifestação parada, estão representadas todas as formações. A linha é utilizada em momentos em que se deseja fazer recuar, ou barrar o avanço de uma massa, são elas que vão, normalmente, mas atuar na repressão imediata, e fazer o uso de armas menos-letais, desde a bala de borracha até as armas químicas.

Nota-se que antes da repressão imediata, já existem unidades posicionadas para cercar a manifestação. Essa tática, que possui aspectos que remetem à tática *kettling*, (MELO JÚNIOR, 2016), visa neutralizar as possibilidades de reação dos manifestantes após uma intervenção policial, além de ser uma ferramenta de pressão psicológica. No caso da Esplanada, que se trata de um local aberto, acaba por direcionando o fim e a dispersão da manifestação, normalmente em direção à rodoviária.

*Kettling* é uma tática que facilita a criminalização dos movimentos sociais, pois cerca os manifestantes até não terem por onde escapar. Após o cerco, os policiais podem prender mais facilmente os manifestantes.

É interessante perceber que algumas forças policiais estão apenas paradas, executando o que seria o auxílio à repressão. Por questão de contingente, podem ser unidades que trabalham com o choque, podendo resultar em despreparo quando entram em ação (mapa 1). Também é importante entender que a formação em linha, utilizada pelo choque, normalmente atua para recuar os manifestantes, e a cavalaria, atua para dispersar os manifestantes e impedir seu reagrupamento. Por isso que, no mapa 3 e 4, observamos a cavalaria atrás dos atuantes com armas menos-letais, pois esses primeiros iniciariam a repressão, e esses segundos finalizariam.



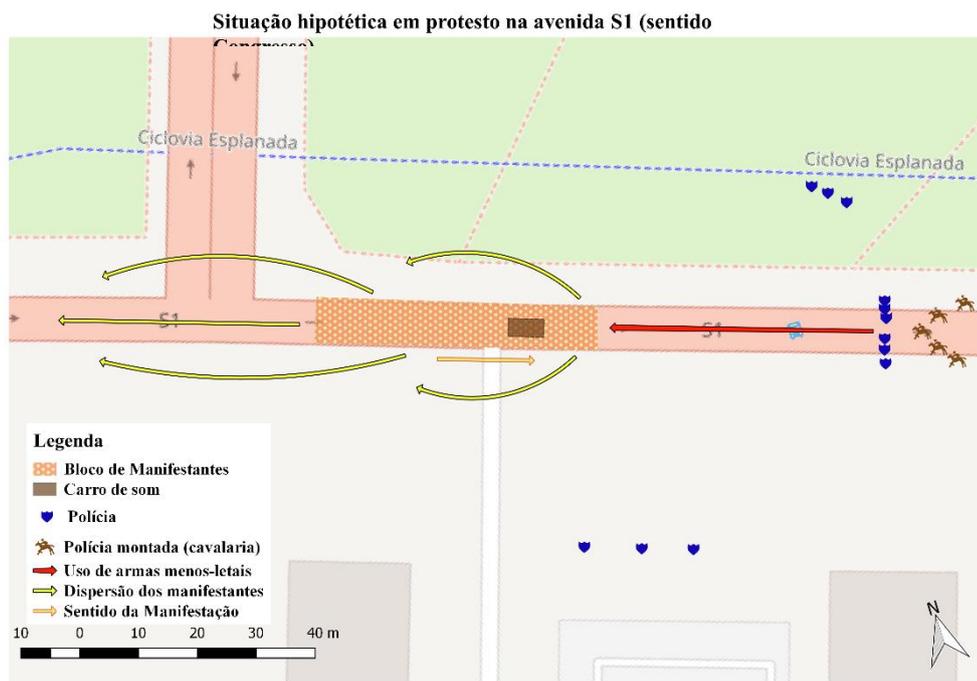
Mapa 3: mapa de uma situação hipotética de repressão numa manifestação parada<sup>48</sup>

Já na representação a seguir (mapa 4), também podemos notar que existe também essa tática de cercamento, de forma que cause o mesmo efeito. Podemos notar que a distância que os policiais tomam para iniciar a repressão é maior, pois existe uma inércia (o movimento da manifestação) a ser anulada, para que a massa possa ser redirecionada. Por isso são postas diversas setas de dispersão. Mesmo assim, o uso da cavalaria é realizado<sup>49</sup>.

Nesse próximo Mapa 4 está representado o carro de som. Este acaba por envolver certa discussão em seu uso. Por um lado, impõe uma centralidade nas decisões nas pessoas que estão em volta deste aparelho sonoro, por outro pode ser um instrumento importante na organização e no direcionamento da manifestação. Nem sempre há concordância com a organização exercida pelos presentes no carro de som. Uma das expressões que desses desacordos em torno do carro, é na manifestação do dia 29 de novembro de 2016, quando um grupo de protestantes, insatisfeitos com a organização, ocupou o carro de som e expulsou as figuras políticas, algumas envolvidas na direção de entidades como a UNE (União Nacional dos Estudantes), do carro de som.

<sup>48</sup> Utilizou-se o Open Street Map como base.

<sup>49</sup> Sobre o uso da cavalaria: “os recursos de Tropa Montada, através dos conjuntos PM/Cavalos, pelo porte físico dos solípedes, pelo plano superior em que o profissional se situa, pela mobilidade e força emprestada pela formação emassada, atuam estrategicamente, como impacto psicológico, ensejando níveis de inibição e desestímulos ao confronto direto” (SÃO PAULO, 1997, p.45).



*Mapa 4: mapa de uma situação de repressão hipotética na S1<sup>50</sup>*

Isto se deu, pois, estas figuras estavam ininterruptamente falando no microfone “recua” e palavras que iam contra qualquer reação frente à violência policial. Com as grandes caixas de som do caminhão reverberando essas palavras pela Esplanada, algumas pessoas que eram a favor da reação, e estavam ativamente combatendo a tentativa de repressão da polícia, decidiram tomar o carro de som e expulsar os presentes de lá.

Por outro lado, a manifestação do dia 24 de março de 2017, que reivindicava a retirada das reformas da previdência e trabalhistas, existiu um carro de som que, no momento em que a polícia começa a agir com repressão, se posiciona ao máximo de tempo possível, perpendicularmente à N1, formando um ângulo reto com a lateral da rua, dificultando o campo de visão e atuação dos policiais em torno da repressão dos manifestantes. Logo, a expressão da infraestrutura da manifestação pode e deve ser utilizada em torno da sua permanência, não só para o amparo da manifestação e em prol da escala sua escala de impacto, como também é uma escolha estratégica a sua presença e a escolha tática usá-la em prol da resistência frente à repressão policial.

Lembrando que ambas são situações hipotéticas, e que temos que considerar também as tropas motorizadas, que atuam de diversas formas na manifestação. A polícia, na época da Copa do Mundo, adquiriu um blindado que dispõe de jatos d’água para reprimir manifestantes. Como

<sup>50</sup> Utilizou-se o Open Street Map como base.

o recorte temporal utilizado se deu durante uma crise hídrica no abastecimento de água do DF, não foi utilizado. Além disso, existem helicópteros que auxiliam atiradores (figura 22).

O uso de helicópteros é extremamente útil para as forças de repressão, tanto para o uso de armas menos-letais, fazendo com que elas se tornem mais perigosas de acordo com a altura em que é utilizada, tanto para a captação e disseminação de informações entre a polícia. A visão garantida pelo helicóptero é boa, justo pela baixa quantidade de abrigos e pontos cegos que existem na Esplanada.



*Figura 22: policial com uma arma, pendurado de um helicóptero, observando manifestantes.*

O uso de lugares altos como pontos estratégicos também foi levado em consideração pela polícia em momentos como a manifestação de “Despedida do Temer” (18/05/2017), em que foram atiradas bombas de cima da laje do Congresso Nacional, em direção aos manifestantes que estavam passando pela S1 e na manifestação do dia 29 de novembro de 2016, contra a PEC 55, em que os policiais ocuparam a plataforma superior da rodoviária de forma que ela não fosse usada por protestantes para atirar projéteis em policiais que estavam realizando trabalho de repressão.

O uso de instrumentos defensivos contra a repressão policial é polêmico pela própria questão da racionalidade capitalista debatida anteriormente. Antes de começar a manifestação, já se cria uma construção social que confunde a defesa com a de agressão, logo os instrumentos de defesa são vistos como instrumentos de ataque. Os manifestantes ficam sem conseguir se manifestar, e sem conseguir garantir sua própria segurança. Muitas vezes alguns artefatos de

defesa e segurança pessoal como vinagre, escudo, máscara de gás e afins, são retidos em pontos de revistas, sob o argumento que são uma ameaça à garantia da ordem.

São utilizadas bala de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta, etc. contra manifestantes, mas se forem utilizadas máscara de gás, a ordem estará sob ameaça, porque aparentemente a máscara de gás concede uma atuação ilimitada contra os tiros e bombas que são atirados pela polícia. A garantia da ordem fica representada pela violência sem direito sequer de utilizar instrumentos paliativos contra a mesma.

É interessante notar que a ideologia de esquerda entre os manifestantes se fez presente em todas as situações em que houve conflito. Existe, de fato, uma diferença de postura em relação aos manifestantes de direita e ideologias afins, mas isso, por si só, não é o suficiente para justificar esse quadro. A esquerda não é representada um quadro agressivo, boçal. Isso seria um distúrbio psiquiátrico, e não uma ideologia fundamentada em teorias e práticas com mais de um século de amadurecimento, fora as ideologias que antecederam a formação da mesma.

Os conflitos são causados por uma relação pré-estabelecida e os agentes-atores hegemônicos do Estado. Há outros fatores, mas o diálogo, a abertura para participação, possui uma possibilidade de diminuir a tensão. Isso não é feito nem por parte da polícia, nem por parte das autoridades. Em apenas uma manifestação de ideologia predominante à esquerda, a polícia utilizou do diálogo, que foi a do dia 31 de março de 2017, a Manifestação Contra a Reforma da Previdência. A polícia alertou um grupo, via alto-falante, que se prosseguissem, a PM utilizaria de instrumentos de repressão. A manifestação de direita não é violenta, porque ela não ameaça as forças hegemônicas do Estado.

Tendo isso em vista, a manifestação pode ser considerada uma extensão da política institucional. Durante a manifestação, a política que estava contida no discurso e na atuação na instância política institucional gera ações e reações nas ruas. O que devemos nos perguntar é: por que há o respaldo do poder político institucional, mas não há respaldo do poder contido em determinadas manifestações, sendo respondido até com violência?

Se olharmos à tática *Black Bloc*, ela atua por meio do espetáculo, como aponta Solano, Manso e Novaes (2014), e a busca por essa performance da violência é, justamente, denunciar a ausência de poder, a desconsideração do Estado com a opinião pública: depredando bancos, empresas, sedes de governo justamente para reafirmar a revolta contra esse poder negado aos manifestantes e atacar a ordem e os valores das instituições capitalistas. Não teria violência se houvesse poder e participação popular, se não houvesse desrespeitos aos direitos políticos e nem repressão da demonstração da opinião contrária ao governo.

Assim, retomando a questão acerca da força social e ideologia de uma manifestação, que resulta numa força política que tal grupo deseja exercer e na construção do caráter simbólico dos protestos. Será essa força social influencia na escolha da dicotomia entre o uso da violência e a não violência. Na maioria das manifestações registradas, foram encontrados grupos que atuavam por afinidade, e poucas vezes por consenso.

O consenso não necessariamente resulta em maior organização e comunicação. Manifestações como a de “Péssimas Vindas ao Temer”, que ocorreu no dia 31/08 de 2016, contou com uma comunicação boca a boca, para decidir o momento em que se ia tentar fechar a rua inteira, correndo da polícia. Ou seja, sem carro de som, sem uma centralidade definida, com maior possibilidade de intervenção individual nas decisões, sem necessariamente compor uma das entidades organizadoras. Em situações de conflito com polícia examinadas durante o trabalho de campo, foi notado ser uma situação em que exige uma auto-organização conjunta, independente de quem está “a frente” do protesto. Tal aspecto também proporciona uma divisão do poder da manifestação mais inclusiva, mais participativa e horizontal, criando grupos com maior consenso.

Já grupos com afinidade podem ser vistos em manifestações cuja organização é feita de forma mais central, não necessariamente uma verticalidade na hierarquia da autoridade, mas uma concentração das decisões em relação aos próximos passos da manifestação em um grupo de pessoas. Muitas vezes não é vetada a participação externa, mas, na prática ela não ocorre. É muito visto em manifestações promovidas por partidos, sindicatos e entidades representativas, em geral. Isso forma manifestações por afinidade, pois aglutina múltiplos grupos que defendem uma determinada pauta – o que não impede de vir à tona divergências com a organização.

A falta de organização se apresenta como uma desvantagem, independentemente de ser uma manifestação com um caráter mais consensual ou por afinidade. Analisar as vantagens de cada uma depende da linha política seguida por cada manifestante. Anarquistas, naturalmente, terão tendências a organizar manifestações mais consensuais. Sindicalistas, por afinidade. No entanto, manifestações em que uma única categoria se apresenta ou se faz predominante, como as manifestações de povos tradicionais, ou sindicalistas, se passa por uma manifestação mais consensual.

Nessa lógica, o que pôde ser percebido com base nos dados coletados é que mais manifestações com mais afinidade possuem administração interna da manifestação mais centralizada. Quando explode uma tensão e há discordância, as disputas pelo poder da administração caminham em direção da implosão dessa centralidade, a exemplo da situação de “desapropriação” do carro de som; enquanto as manifestações mais consensuais possuem uma

disputa por poderes decisórios menos acirrada, mais abertas à intervenção e, em momentos de tensão, a resolução interna ocorre de uma forma mais pacífica; existindo menos polarização na consensual do que por afinidade.

Com a coesão tática, ocorrem também processos de territorialização. Assim, a presença e a permanência de grupos sociais implica na dominação de um dado território. A falta de coesão tática implica em menor potencial de dominação do território, e menor impacto na manifestação. A transformação da Esplanada com uma grande manifestação é um processo de territorialização da política institucional, distante dos movimentos sociais, e uma territorialização dos movimentos sociais, a voz da população revoltada, no caso.

A atuação do Estado para se organizar e adaptar às situações em que os movimentos sociais propuseram, também passa por um processo de territorialização. Os mecanismos de repressão impostos, seriam uma prática ideológica territorializada. Por parte dos movimentos sociais, pela manifestação, já ocorre outra territorialização, a de sua indignação, ao mesmo tempo que organizam sua defesa às repressões. Assim, podemos compreender as manifestações como constantes processos tomar um território para si, e conseqüentemente a política. De um lado os manifestantes, de outro, o aparato Estatal. O caráter dessa territorialização depende da divergência ideológica entre os manifestantes e a representação do Estado, pode ser que ao invés de dois processos territorializantes, ocorra apenas um.

## **7.8. IDEOLOGIAS E MODOS DE FAZER NA MANIFESTAÇÃO**

Há tendências que criam formas diferentes de realizarem uma manifestação, pois mudam as políticas que estão contidas na territorialização de uma manifestação. Existe, por exemplo, uma tendência à mediatização das manifestações. Tal tendência leva, também, à manifestação performática, festiva, o apelo ao irônico e ao lúdico, reivindicações parecendo performances teatrais. É de se entender esse processo, até porque como venho dizendo, a manifestação também é um apelo à emoção. Como coloca Tatagiba (2014), é uma prática que apela para envolver o conjunto de uma sociedade, afinal é uma combinação entre pressão nas ruas e nas redes sociais que tende a resultar numa resposta das autoridades. A repercussão é desejada, pois, o próprio ato de se manifestar já é preparado, artisticamente, para induzir à reflexão.

A direita e as ideologias relacionadas, tendem a exercer um discurso moralista. Para eles, a justiça não pode ser contra as lógicas capitalista e a justiça social seria obtida seguindo normas de austeridade, desregulatórias e preceitos meritocráticos. As bandeiras do Brasil, as cores verdes e amarelas predominando, representam um nacionalismo intrínseco ao

movimento, tomando a representação do Brasil enquanto nação para si. Realizam manifestações performáticas, com descontração, cartazes elaborados e atuam com segurança pela midiaticização do movimento.

A esquerda e as ideologias afins, costumam atuar utilizando outros discursos. Partem da premissa de que a constituição do sistema político e a organização da sociedade é controlada por banqueiros, latifundiários do agronegócio e capitalistas, de forma geral. Não se sentem representados pela Bandeira Nacional, utilizam-se de outras cores, para se identificar como grupo, entre eles o vermelho e o preto. Representam tentativas de mudanças sociais estruturais, com uma proposta de protagonismo mais inclusiva aos excluídos no contexto atual. Essa é a construção simbólica da manifestação.

A forma que tal manifestação territorializa um dado lugar, muda completamente. Existe a amenização da tensão natural que existe em qualquer confronto. Por vezes, diminui a agressividade física, e passa para um enfrentamento por meio do discurso performático, artístico. Essa tática vem se difundindo nas manifestações, tanto na direita, quanto nas de esquerda, e nas identitárias. Um exemplo desse tipo de tática é a manifestação do dia 25 de abril de 2017, em que indígenas colocaram caixões no espelho d'água do congresso nacional para representar os seus mortos.

Esse tipo de manifestação com uma territorialização lúdica, festiva, pode perder o tom de confronto, empobrecendo aquela associação com a batalha de guerrilha feita uns capítulos atrás, deixando, por vezes, a performance enquanto o único canal de reivindicação, embora existam variações e objetivos distintos de manifestação. A manifestação indígena que foi usada como exemplo, é uma que exerce uma postura em que deseja materializar sua indignação no território de uma forma mais nítida de confronto, utilizando da performance sem perder de vista seus princípios de proteção, utilizando de arco e flechas, promovendo uma segurança maior aos manifestantes.

Já as manifestações como a parada do Orgulho LGBT que ocorreu no dia 25 de junho de 2017, possui uma proposta diferenciada, que é uma espécie de festa comício. Logo, não tem o objetivo de adotar uma postura mais de confronto, no sentido de não criar uma tensão entre manifestantes e o Estado, por exemplo. A postura desafia a moral conservadora da sociedade, de modo geral. O objetivo é desafiar simbolicamente utilizando de uma estratégia que visa ocupar o território e realizar práticas que remetem à alegria, celebração, criando uma territorialização que remete à tal. Perde-se a seriedade executiva da Esplanada para dar lugar à celebração da diversidade de orientação sexual e de gênero.

A manifestação dos movimentos identitários, são manifestações com uma questão muito central que é a da exclusão e junto a ela vem o preconceito, a representatividade, a visibilidade, etc., porém seus objetivos incluem de políticas em múltiplas escalas, que envolvem diversas instâncias do governo. Assim, o trajeto é muito mais centrado na visibilidade simbólica e na repercussão nacional do que na visibilidade prática que envolve o direcionamento da manifestação para determinados locais que possuem mais capacidade resolutiva em relação ao problema, exceto quando há uma algo mais em evidência.

As concepções de manifestações que possuem reivindicações ligadas a questões de representatividade e identidade, possuem organizações e formas de se expressar territorialmente de uma forma diferente das manifestações ligadas à classe, políticas orçamentárias, terceirizações, etc. Elas atuam visando uma visibilidade e demonstrando que não estão ligadas a democracia. Maria da Glória Gohn (2014, p. 160) coloca, em relação ao movimento das mulheres que é preciso ter certa cautela em relação às políticas paliativas e assistencialistas, feitas sem perspectiva de inclusão completa e sem caminhar para uma emancipação das mulheres. Em resumo, o recorte de classe e a oposição ao sistema capitalista operante e suas ideologias é uma característica decisiva para caráter da territorialização da manifestação.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Ao lado das obras didáticas ou enciclopédicas que chamam a atenção, a geografia está presente nas práticas, nas habilidades, nos conhecimentos que todos sempre mobilizamos em nossa vida diária, nos preceitos que os governos observam para dirigir seus países ou nos procedimentos aos quais recorrem os empreendedores para conceber, fabricar e divulgar os bens que eles produzem e vendem”.*

Paul Claval, 2010, p. 8

Existe uma banalidade ao se tratar do espaço e do saber geográfico. Muito antes da geografia se consolidar como ciência, já se faziam interpretações do que existe no que hoje conceituamos como espaço geográfico. Faz parte do nosso sobreviver, desde os chamados tempos pré-históricos, até a nossa trajetória a situação de capitalismo avançado. Portanto, para Claval (2010), “todo homem é um geógrafo”, no sentido que a construção social do ser, ao longo do tempo, requer uma percepção, mesmo que banal, do espaço, dando-lhe a condição de geógrafo. Como que, dada essa condição de noção banal do que nos rodeia, pode existir uma abstração espacial num momento em que existe uma profunda ligação da ação coletiva com o território, que seria a manifestação.

A abstração do espaço à qual eu me refiro aqui, se relaciona com uma desconsideração dos atributos de espaço, que envolve os “modos de fazer” da manifestação, uma ação política. A consideração e a percepção do espaço possuem uma relação íntima com o que vem ser o cotidiano (*ibidem*). Contudo, se a Esplanada, como foi evidenciado, possui características que implicam numa falta de vínculo com o território e o lugar, sendo difícil a inclusão daquele espaço no cotidiano, essa percepção do espaço também fica comprometida.

A banalidade do saber geográfico que está intrínseca à formação do sujeito, naquele que compõe a manifestação e formar um movimento com sentido coletivo, impede que exista uma abstração espacial. É importante destacar que durante o processo de formação do sujeito, o ambiente dos sistemas educacionais desempenha uma função importante, ou ao menos deveriam desempenhar. Não existe uma abstração espacial, porém a desconsideração parcial das questões que cercam a operação e organização do/no espaço seriam uma consequência de uma perpetuação da geografia escolar desprovida de formação geopolítica libertadora, como alertava Lacoste (2016).

Outra questão a ser considerada: uma abstração espacial também implicaria numa abstração do sujeito, enquanto um manifestante. Em manifestações identitárias, leva-se em consideração justamente a formação da identidade pessoal e os sentidos coletivos de suas problemáticas. Em manifestações onde são reivindicadas pautas com recortes de classe, a exemplo de melhores salários, melhores condições de vida, estudo, trabalho, transporte, o que seja, também se considera o que vem a ser a espacialidade vivenciada dessas pessoas. Não existe uma abstração no que tange a sensação do sujeito em relação às contradições presentes em seu cotidiano. Isso porque o ato de se manifestar, por si só, já se dá por uma expressão da consciência dos itinerários vividos.

Aqui, constou-se que a atuação da polícia, durante uma tentativa de repressão, não considera a segurança das pessoas com limitações de locomoção, crianças, idosos, etc. A manifestação, não deveria ser um campo de batalha de uma guerra ou uma zona de enfrentamento físico, nem deva ser caracterizado por tal. Um protesto deve ser um ambiente acolhedor para todo tipo de pessoa que concorde com a indignação demonstrada. No entanto, registrou-se aqui que um terço das manifestações teve conflitos com a polícia. Mesmo o uso de violência física não tendo sido observado em todos os casos, verificou-se sempre uma tensão. Este é outro motivo para preocuparmos com a geografia, em fazer uma formação na manifestação própria para essa condição violenta da manifestação, considerando as diferenças individuais, e percebendo o território que nos cerca, e os atores e agentes que nele atuam, mesmo que de forma banal.

Existe uma relação intrínseca entre a manifestação e a democracia, como coloca Tatagiba (2014). Destaco dois pontos, neste sentido. Primeiro, a falsa sensação de democracia plena. Como já foi exposto aqui, a democracia é construída, não simplesmente instaurada. Ainda existem raízes da ditadura civil-militar, um dos exemplos é a formação que ainda possui a polícia militar. Em segundo, a consideração pelo contexto político. A violência na manifestação é uma das formas em que se expressa um contexto político de ataque à democracia. O que é, ao mínimo, preocupante em relação à manutenção dos direitos e a implementação de políticas sociais.

O que foi exposto aqui permite que, se realizarmos uma revisão crítica das questões geográficas que estão presentes nas manifestações, podemos garantir mais segurança e menos desgaste à manifestação e aos manifestantes. Eduardo Giroto (2016), ao falar das abstrações existentes nas políticas de reorganização das escolas públicas do Estado de São Paulo, coloca, de forma muito lúcida, algo que pode ser adaptado para o contexto das manifestações, pois foi

feito pensando a organização do movimento secundarista em torno das ocupações das escolas estaduais de São Paulo:

Nesse sentido, o espaço precisa ser pensado e realizado enquanto lócus da possibilidade, da abertura, do diálogo e do conflito. Uma nova política espacial requer outra espacialidade da política, outra configuração das relações sociais, uma redefinição dos homens e mulheres, não mais como abstrações, mas enquanto seres sociais nascidos a partir da ação. [...] identificados os interesses predominantes hoje na escola e seus principais agentes, é preciso destituí-los como únicas trajetórias possíveis. E aqui se destaca a importância da organização dos estudantes secundaristas e da luta que têm realizado. (GIROTTI, 2016, p. 1137).

A Esplanada é um lugar público e deve ser pensada como tal. Não é preciso perder de vista sua importância estratégica para pensar uma espacialidade menos autoritária. E a manifestação, entre outras formas, é um instrumento que pode atuar neste sentido. Não é uma questão de ser maquiavélico, é uma questão de compreender o real. Esta pesquisa não trata de ficção, isto é a repressão dos movimentos sociais é rotina e a consideração da voz participativa é cada vez mais à direita. Uma democracia parcial e ao que tudo indica, elitista.

A Polícia Militar se caracteriza por ser um aparato que representa o Estado. Nesse caso, ela atua garantindo o reforço da ideologia do Estado, impondo movimentos que devem ser seguidos, dificultando a organização coletiva e reforçando a segmentação das relações sociais, de modo que resulte numa centralização política em torno do aparelho estatal. Essa segmentação, ou fragmentação da sociabilidade e organização política, é causa por constantes processos de territorialização, um em cima do outro, permanecendo ao final, o território do Estado. Acaba que ocorre uma perversidade silenciosa do deste último, uma violência cotidiana drástica, impondo uma racionalidade que mantém a dominação da população e o controle das instituições militares, que vem a ser as máquinas de guerra.

A maior expressão desse processo são as manifestações que foram destacadas aqui. Isso evidencia ser necessária uma reorganização da PM. Não só uma desmilitarização, mas revisar toda sua lógica operante, e desenraizar a seu autoritarismo. A segurança pública, é claro, vai muito além da polícia, envolve uma gama de outras questões que abarcam a educação, saúde, mobilidade, acesso ao lazer, etc.

O sistema capitalista e o interesse pela acumulação de capital, tendo sua engrenagem determinante girando em torno da manutenção da propriedade privada e do trabalho assalariado, acarreta individualismo e uma democracia individualizada. Isso não é uma questão moral, nem uma questão ética, é uma questão ontológica, que se trata da existência do capitalismo. Uns, perdem, para outros, ganharem; uns, trabalham mais e ganham menos, enquanto outros,

trabalham menos e ganham mais; cada um por si, e quem agradar mais aos detentores de capital, prevalece.

A manifestação, enquanto uma ação coletiva, nos casos em que prevê ampliação do que vem a ser a democracia, pode encontrar desafios no que vem a ser a formação da consciência, por esta ter dificuldades em se desprender da mentalidade individualista. O papel da educação é justamente atuar contrário a esta sociabilidade, ensinando a se libertar, revolucionar, não a aceitar, ensinando a pensar em como um grupo organizado e não como trabalhar só. Preparar a classe popular para o poder antes de preparar para o trabalho, pois assim teremos uma humanização da formação ao contrário de uma proletarização precoce do estudante.

A ação direta libertadora protesta levando em conta valores de uso, o sistema político e econômico, valores de troca. O sistema, em momento de concessão, está apenas garantindo a sua operação, mas não altera o cerne do seu funcionamento, que é a exploração utilizando da propriedade privada. Algo que também vai incidir sobre a dialética da produção do espaço. É pela percepção dessa lógica operante que possibilita o início do planejamento de uma ação política eficaz.

Neste trabalho, foi estudado algumas relações entre a geografia manifestação. Foi levado em conta o que antecede, o que vem durante e o após uma manifestação. É importante destacar que este trabalho não é só uma análise, mas também denuncia algumas injustiças e indignação perante essa injustiça. Também foi possível perceber aqui que a forma com que as ações são impressas no território, alteram conforme a finalidade e a ideologia política que a emprega. Isso nos diz a repressão constada aqui, ou o caráter das manifestações que foi observado no trabalho de campo e exibido aqui, não são meras coincidências temporais, há toda uma trama de intencionalidades por trás, estratégias para alcançar os objetivos e táticas derivadas dessas estratégias.

É certo que existe um raciocínio geográfico ao se tratar das manifestações, apesar de frágil. É preciso revê-lo e constantemente construí-lo para que possam surgir novas táticas e estratégias de manifestação, novas geografias, novas cartografias, e se adaptar aos abusos promovidos pelo Estado, caminhando para a transformação da espacialidade. A erradicação dos espaços de caráter autoritários, neste caso, não é possível sem a percepção prévia deste caráter, atuando no espaço e sentindo como se manifesta a dominação. A estratégia libertadora, o raciocínio geográfico proposto aqui não pretende propor uma racionalização excessiva das ações. Aqui, fizemos uma análise que leva em conta uma articulação entre a técnica e o tempo, e a razão e a emoção, seguindo o que já dizia Milton Santos.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Marcia Soares de. Leituras sobre movimentos sociais e ações organizadas em contextos urbanos: notas de diálogos sobre método. : notas de diálogos sobre método. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; CAMPOS, Andreino; SILVA, Caria Antonia da (org.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade**: desafios das experiências urbanas: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 161-170.

AMARAL, Fábio Sérgio do; VALÉRIO, Marco Aurélio. Uso da força e de armas de fogo em manifestações populares. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3984, 29 maio 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28988>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

AMORIM, Elaine; ARIAS, Santiane. Tática e revolução: uma análise política dos Piquetes e dos Black Blocs. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, 11., 2015, Buenos Aires. **Anais XI Jornadas de Sociología**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2015. p. 1 - 12.

ARANTES, Paulo Eduardo. Nem tudo que é sólido desmancha no ar. **Estud. av.** São Paulo, v. 12, n. 34, p. 100-103, Dec. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 21 jul. 2018. [http://dx. doi.org/10.1590/S0103-40141998000300017](http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300017).

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ASSIS, Érico Gonçalves de. O Novo Protesto: Táticas de Manifestação Midiatizadas em Movimentos Sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Intercom, 2004. p. 1 - 17.

BARKAN, Steven E. Strategic, Tactical and Organizational Dilemmas of the Protests Movement Against Nuclear Power. **Social Problems**, Oxford, v. 27, n. 1, p.19-37, out. 1979.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário De Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Volume II.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168.

BRASIL. **Acesso à informação**: Protocolo Tático Integrado das Manifestações. 2017. Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/display.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=570001&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANUTO, Frederico; CARVALHO, Nina Lavezzo de. Das ruas: uma busca por estratégias e táticas de manifestação e repressão que ressignificaram o espaço urbano. In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO, 1., 2016,

Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2016. p. 48 - 62.

CAMPOS, Andreilino. A particularidade do Movimento Negro enquanto sujeito da história brasileira. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; CAMPOS, Andreilino; SILVA, Catia Antonia da. **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 133-160.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Charles. **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 29-37.

CARTA CAPITAL. Tensão à vista em protesto contra Temer e por Diretas Já. **Carta Capital**. [s.l.], 24 maio 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/tensao-a-vista-em-protesto-contra-temer-e-por-diretas-ja>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, Iná Elias de (Org.). O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 3. ed. Petropolis: Vozes, 1998.

CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens: a geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

COSTA, Lúcio. Brasília revisitada 1985/87: Anexo I do Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. In: **Diário Oficial do Distrito Federal**, suplemento, ano XII, nº 194,14 de outubro de 1987.

COSTA, Lúcio. Ingredientes da Concepção Urbanística de Brasília, 1995. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (Org.). **Brasília: Antologia Crítica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012. Cap. 5. p. 144-146

COSTA, Leon Denis da; JUNQUEIRA, Ivanilda Aparecida Andrade. Manuais de condutas de tropas de choque: fundamentos para a repressão. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, p.200-215, out. 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

DESCOMPLICA ([s.l]). **Gabarito Enem 2016: Primeiro dia/Caderno Azul**. 2016. Disponível em: <<https://descomplica.com.br/gabarito-enem/questoes/2016/primeiro-dia/em-sua-formulacao-o-spray-de-pimenta-contem-porcetagens-variadas-de-oleorresina/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. A DIMENSÃO ESPACIAL DA ESCOLA PÚBLICA: LEITURAS SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO.

**Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 37, n. 137, p.1121-1141, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016167626>.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de operações de Choque**. Goiânia: PMGO/Batalhão de Polícia Militar de Choque, 2015

GOHN, Maria da Glória. 500 Anos De Lutas Sociais No Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p.11-40, jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 16, n. 47, p.333-361, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782011000200005>.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. In: Congreso De La Asociación Latinoamericana De Sociología, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1251.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito**. Petropolis: Vozes, 2004.

HAESBAERT, Rogério. As Armadilhas do Território. In: SILVA, José Borzachiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições Ufc, 2016. Cap. 1. p. 19-42.

HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Estrategia y Tactica**. Santiago do Chile: Quimantu, 1973.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, Mar. 1986. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 21 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000100004>.

IBGE (Org.). **PNAD Contínua: Rendimento de Todas as Fonte 2017**. [s.l.]: Ibge, 2018.

IBGE (Org.). **PNAD Contínua: Educação 2016**. [s.l.]: Ibge, 2017.

INMET. **Normais Climatológicas do Brasil: 1981-2010**. Brasília: Instituto Nacional de Metereologia, 2018.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. O Estado e a Revolução: As condições econômicas do definhamento do Estado. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. **As armas da Crítica: uma antologia do pensamento de esquerda**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 145-159.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 89-94.

MAIA, Wittemberg Souza. O USO DE PROTOCOLOS TÁTICOS EM MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS: IMPLEMENTAÇÃO PARA O POLICIAMENTO DE CDC. **Homens do Mato**, Cuiabá, v. 16, n. 1, p.30-51, jan. 2016.

MACHIAVELLI, Nicoló. **O Príncipe**. [s.l.]: Lcc Publicações Eletrônicas, 1513. (Portal Domínio Público). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e a descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 83-88.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. [s.l.]: Sabotagem, 1969.

MARSHALL, Samuel Lyman Atwood. **Homens ou Fogo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003

MARTINS, Éder de Souza et al. **Evolução geomorfológica do Distrito Federal**. Documentos, Planaltina, DF, n. 122, p. 1-57, jul. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16150>> Acesso em: 17 jul. 2018.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Org.). **As armas da Crítica: uma antologia do pensamento de esquerda**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 89-93.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. [s.l.]: Ridendo Castigat Mores, 1999.

MELO JÚNIOR, Paulo César Vieira de. TÁTICA BLACK BLOC VERSUS TÁTICA KETTLING: A INTERVENÇÃO POLICIAL MILITAR MÍNIMA NA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA EM MANIFESTAÇÕES SOCIAIS EM MATO GROSSO. **Homens do Mato**, Cuiabá, v. 16, n. 1, p.11-29, jan. 2016.

MERCY FOR ANIMALS (São Paulo). **Mercy For Animals: Educação**. Disponível em: <<http://www.mercyforanimals.org.br/educacao>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

METRÓPOLES. Protocolo de órgãos de segurança para manifestações será assinado hoje. **Metrópoles**. Brasília. 27 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/protocolo-de-orgaos-de-seguranca-para-manifestacoes-sera-assinado-hoje>> Acesso em: 30 jul. 2018

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

NEUMANN, Marina Rolim Bilich. **Mapeamento digital de solos, no Distrito Federal**. 2012. xii, 110 f., il. Tese (Doutorado em Geociências) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PAGÈS, Max et al. **O Poder das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimento Socioterritorial: A materialização do conceito. In: PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Unesp, 2013. Cap. 4. p. 195-233.

PENNA, Nelba Azevedo. Empreendedorismo e planejamento urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: PEREIRA, Elton Manoel (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil: conceitos diálogos e práticas**. 2. ed. Chapecó: Argos Editora, 2013a. p. 207-230.

PENNA, Nelba Azevedo. A produção dos espaços metropolitanos: Planejamento e gestão do território. In: FERREIRA, Alvaro et al (Org.). **Metropolização do espaço: Gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b. p. 337-361.

PINHEIRO, Ari Leme; MELO, Teresa Mary Pires de Castro. A black bloc como tática, quem ensina? Onde se aprende? In: SEMANA DE PEDAGOGIA E SEMINÁRIO DO PPGED, 7., 2015, Sorocaba. **Anais...** . Sorocaba: Ufscar, 2015. p. 165 - 174.

PINTO, Maria Novaes. Caracterização geomorfológica do Distrito Federal. In: PINTO, Maria Novaes (Org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Unb, 1990. p. 285-320.

POWERS, Matthew. The Structural Organization of NGO Publicity Work: Explaining Divergent Publicity Strategies at Humanitarian and Human Rights Organizations. **International Journal of Communication**, [S.l.], v. 8, p. 90 - 107, jan. 2014. ISSN 1932-8036. Available at: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2517>>. Date accessed: 28 Mar. 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da Ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existência. In: LEMOS, A; SILVEIRA, M; ARROYO, M. (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLASCO; São Paulo, USP, 2006, p. 19-26.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017. (Coleção Milton Santos).

SÃO PAULO. Polícia Militar. **Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar**. 3. ed. São Paulo: PMESP/Comando de Geral da Polícia Militar, 1997.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração, 2014. (Coleção História Agora).

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos Espaços de Controle Aos Territórios Dissidentes: Escritos de divulgação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais Da Pesquisa Sócio-Espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018

SLEEP.ORG (Ed.). **Three Reasons That the Sun Makes You Tired**. 2017. Disponível em: <<https://sleep.org/articles/sun-makes-you-tired/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SUPER INTERESSANTE (Ed.). Descubra as regras para usar o gás lacrimogêneo. **Super Interessante**. [s.l.], 31 out. 2016. Disponível em: <Descubra as regras para usar o gás lacrimogêneo>. Acesso em: 30 jul. 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p.35-65, 31 dez. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

## APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MANIFESTANTES

### Questionário sobre a geopolítica das manifestações na Esplanada dos Ministérios.

Este questionário tem o objetivo coletar dados para complementar o meu trabalho de conclusão de curso sobre a geopolítica das manifestações que ocorreram durante o período de ano após o impeachment da Dilma, na Esplanada dos Ministérios. As respostas serão analisadas dentro da neutralidade permitida pela ciência, de acordo com os objetivos da minha pesquisa. Por favor, tente preencher com bastante sinceridade!

Grato desde já pela participação!

Gabriel Alves

**\*obrigatória**

#### Perfil do manifestante:

---

1.

Idade:

---

2.

Gênero:

- Feminino  
 Masculino  
 Prefiro não responder
- 

3.

Raça:

- Branca  
 Indígena  
 Negra  
 Miscigenada ou não se identifica com nenhuma  
 Prefiro não responder
-

4.

Qual é a renda acumulada de todos que moram em sua residência?

- Prefiro não responder
- Até 3 salários mínimos (Até R\$ 2811)
- Entre 3 e 6 salários mínimos (entre R\$ 2.812 e R\$ 5.622 )
- Entre 6 e 10 salários mínimos (entre R\$ 5.623 e R\$ 9.370)
- Entre 10 e 15 salários mínimos (entre R\$ 9.371 e R\$ 14.055)
- Entre 15 a 20 salários mínimos (entre R\$ 14.056 e 18.740)
- Acima de 20 salários mínimos (mais de 18.740)

5.

Da sua casa, em média, quanto tempo demora para chegar na rodoviária do plano piloto, utilizando seu meio usual de transporte (exemplo: a pé, bicicleta, ônibus, metro ou carro)? Considere todo o trajeto e tempo decorrido, inclusive o tempo usual de espera, se houver.

- Não moro no Distrito Federal
- Não sei/não costumo fazer esse trajeto
- Até 25 minutos
- Entre 25 e 45 minutos
- Entre 45 minutos a 1 hora.
- Entre 1 hora e 1 hora e meia
- Mais de 1 hora e meia

6.

Você possui filiação sindical?

- Sim
  - Não
  -
- 

7.

Você é policial, militar ou trabalha em alguma instituição policial?

- Sim
- Não

8.

Você é jornalista?

- Sim
- Não

9.

Você trabalha na Esplanada dos Ministérios?

- Sim  
 Não

10.

Você possui alguma ideologia política?

- Não sou possuo a nenhuma ideologia  
 Prefiro não responder  
 A minha ideologia não foi citada (se puder, cite-a logo em abaixo)
- Anarco-capitalismo
  - Anarco-comunismo
  - Anarquismo
  - Capitalismo
  - Centro
  - Comunismo
  - Conservadorismo
  - Direita
  - Esquerda
  - Fascismo
  - Liberalismo
  - Monarquismo
  - Marxismo
  - Nacionalismo
  - Nazismo
  - Neoliberalismo
  - Quarta teoria política
  - Social-democracia
  - Socialismo
  - Teocracismo

11.

Você já participou de alguma reunião para organizar uma manifestação?

- Sim  
 Não, mas eu tenho vontade de ir  
 Não, mas eu não tenho vontade de ir

12.

Você, alguma vez, já esteve presente em algum tipo de preparação ou treinamento para situações de risco durante uma manifestação?

- Sim  
 Não

### Opiniões acerca das manifestações:

---

Não existe resposta errada neste questionário, é só preencher seguindo sua intuição.

13.

Você foi em alguma manifestação na Esplanada dos Ministérios desde o impeachment da ex-presidente Dilma, em 31 de agosto de 2016? \*

- Sim  
 Não  
 Prefiro não responder

14.

(Não considere esta questão caso a resposta anterior tenha sido "sim") se não, quanto tempo faz desde que foi em sua última manifestação?

- Não se aplica, marquei sim na alternativa anterior  
 Nunca fui em manifestação na Esplanada dos Ministérios  
 Há menos de 2 anos  
 Há menos de 4 anos  
 Há 5 anos ou mais  
 Outra:

15.

Quais dos temas a seguir pode-se encaixar nas pautas das manifestações em que esteve presente?

- Não fui em nenhuma manifestação desde o impeachment da Dilma  
 Políticas envolvendo parcerias público-privado (ex: privatizações, preço de passagem de ônibus, construções de hidroelétricas...)  
 Preconceito, igualdade, conquista de direito e/ou legalização de atividade para um (ou mais) grupo social (ex: marcha LGBT, marcha das mulheres, marcha indígena legalização da maconha ou do aborto...)

- Políticas envolvendo o orçamento e seguridade social (ex: educação pública, previdência social, assistência social,...)
- Assuntos relacionados à descumprimento da lei ou ideologias de conjuntura política (ex: contra a corrupção, judiciário tendencioso, fora Temer, fora Dilma, fora PT, Fora Cunha,...)
- \_\_\_\_\_

16.

"A organização da manifestação deveria ser um processo democrático, de forma que qualquer manifestante possa opinar e participar."

Avalie a afirmação:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

17.

"A Esplanada dos Ministérios é um local apropriado para acontecer manifestações."

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

18.

(opcional) Se quiser, justifique a sua resposta anterior.

---



---



---



---



---

19.

Avalie a efetividade de uma manifestação, hipotética, que ocorre num domingo de manhã, sem conflitos, no gramado do Congresso Nacional, sem fechar qualquer via de trânsito.

|                        |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
|                        | 0                     | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     |                         |
| Não tem<br>efetividade | <input type="radio"/> | Extremamente<br>efetiva |

20.

De que forma você avalia a importância de organizar as seguintes questões antes de uma manifestação:

|                                                     | Não tem importância   | Pouco importante      | Não sei/Neutro        | Importante            | Extremamente importante |
|-----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Segurança dos manifestantes                         | <input type="radio"/>   |
| Postura frente a repressão policial                 | <input type="radio"/>   |
| Preparação de manifestantes para situações de risco | <input type="radio"/>   |
| Trajetos                                            | <input type="radio"/>   |

21.

"Normalmente, quem exerce a fala no microfone, durante a manifestação, são pessoas influentes ou que objetivam influência".

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

22.

Na sua opinião, qual é o melhor meio de comunicação entre manifestantes, durante a manifestação?

- Comunicação por meio do "boca a boca"
- Comunicação por meio do jogral
- Comunicação por meio de microfones com pequenas caixas de som ou megafones
- Comunicação por meio de carros de som ou utilizando palcos com grandes caixas de som
- \_\_\_\_\_

23. Avalie os itens a seguir, de acordo com a importância da sua presença em uma manifestação:

|                                                                                               | Não tem importância   | Pouco importante      | Não sei               | Importante            | Extremamente importante |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Microfone, caixas de som de baixa potência e megafones                                        | <input type="radio"/>   |
| Carros de som                                                                                 | <input type="radio"/>   |
| Políticos ou figuras públicas                                                                 | <input type="radio"/>   |
| Comércio informal                                                                             | <input type="radio"/>   |
| Fornecimento de apoio ao manifestante. Exemplo água, tenda, cadeira, comida,...               | <input type="radio"/>   |
| Questão de controle: Você tá? Tá lendo mesmo? Por favor, marque a opção "pouco importante" (: | <input type="radio"/>   |
| Sombra em um dia de sol                                                                       | <input type="radio"/>   |
| Policiais                                                                                     | <input type="radio"/>   |

24.

Avalie as questões a seguir de acordo com o que normalmente pensa sobre elas, quando ocorrem durante uma manifestação.

|                                                                               | Discordo totalmente   | Discordo parcialmente | Não concorda, nem discorda | Concordo parcialmente | Concordo totalmente   |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Barulho em áreas públicas, próximo a locais residenciais ou de trabalho       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Alteração no trânsito de carros                                               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Pichações                                                                     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Pular catraca no ônibus ou evitar qualquer tipo de cobrança e/ou fiscalização | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ocupação prédios, salas, instituições ou áreas de uso comum                   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Depredação de bens públicos                                                   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Depredação de bens particulares                                               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Confronto com a polícia                                                       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

25.

"Desde o impeachment de Dilma Rousseff, a polícia agiu corretamente ao reprimir manifestantes em diversas situações" Mark only one oval per row.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não sei ou eu não ouvi falar nessas repressões
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

26.

Na sua opinião, normalmente, quais são as prioridades da polícia, durante uma manifestação? Lembre-se: aqui não existe resposta incorreta.

- Defender o público geral dos manifestantes
- Proteger os manifestantes
- Garantir a ordem
- Impedir ações que afetam a estabilidade do governo e depredação pública
- Reprimir manifestantes Other:
- \_\_\_\_\_

27.

Porque você acha que o policial se feriu? Marque as alternativas que melhor se encaixam.

MENU 
DISTRITO FEDERAL

policiais se feriram durante o ato. Até as 19h não havia balanço de manifestantes machucados.



Policial ferido durante confronto com manifestantes na Esplanada dos Ministérios nesta terça-feira (13) (Foto: Polícia Militar/Divulgação)

- Por causa dos atos de vandalismo dos manifestantes
  - Porque o policial estava tentando se defender dos manifestantes
  - Porque o policial estava se defendendo frente a agressividade dos manifestantes
  - Porque ele entrou em confronto com um manifestante desarmado
  - Porque os manifestantes agiram em autodefesa frente a agressividade do policial
  - Não sei
  - Outra: \_\_\_\_\_
-

28.

A seguinte foto mudaria a sua resposta anterior? Por favor, não volte e mude sua resposta. Grato pela compreensão.



- Sim
- Não
- Other: \_\_\_\_\_

29.

(opcional) Espaço para qualquer nota ou observação acerca deste questionário.

---

---

---

---

---

30.

(opcional) Caso deseje receber a conclusão dessa pesquisa, deixe o seu e-mail embaixo.

---

---

Powered by

